



**Universidade de
Aveiro
2018**

Departamento de Ciências Sociais, Políticas
e do Território

**RUI JORGE VIEIRA
DE MATOS**

**VELHOS DEMAIS PARA TRABALHAR OU MUITO
JOVENS PARA NÃO TRABALHAR: A SITUAÇÃO DA
POPULAÇÃO COM 50 OU MAIS ANOS EM
PORTUGAL**



**RUI JORGE VIEIRA
DE MATOS**

**VELHOS DEMAIS PARA TRABALHAR OU MUITO
JOVENS PARA NÃO TRABALHAR: A SITUAÇÃO DA
POPULAÇÃO COM 50 OU MAIS ANOS EM
PORTUGAL**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Administração e Gestão Pública, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Cristina de Sousa Gomes, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro, e da Doutora Alda Conceição Botelho de Azevedo, Investigadora de Pós Doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

O Júri

Presidente

Prof. Doutor Gonçalo Alves de Sousa Santinha
Professor auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Óscar Manuel Soares Ribeiro
Professor Auxiliar em regime laboral da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Alda Botelho Azevedo
Investigadora de Pós Doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Agradecimentos

Ao longo deste trajeto, que deu origem à presente dissertação, foram várias as pessoas que me apoiaram e colaboraram, ficando aqui expresso o meu agradecimento especial.

Em primeiro lugar, agradeço o contributo das duas pessoas que tornaram possível a realização deste trabalho. À Professora Doutora Maria Cristina de Sousa Gomes e Professora Doutora Alda Botelho de Azevedo, o meu sincero obrigado por terem acreditado em mim desde início, por toda a disponibilidade e conselhos sempre essenciais. São duas pessoas excecionais que guardarei com toda a estima, e que poderão contar sempre comigo para o que for necessário.

Em segundo lugar, deixo um agradecimento a todos os profissionais, docentes e não docentes, que de alguma forma contribuíram para que este trabalho fosse possível. Em particular, quero agradecer aos participantes que tornaram possível a realização das entrevistas, sem o seu tempo e tolerância nada seria possível.

Quero agradecer a todos os amigos que sempre me apoiaram durante o percurso académico, em particular nestes dois anos. Sem a sua presença, e eles sabem quem são, nada seria igual, e tudo seria mais complicado.

Por fim, e não menos importante, gostaria de agradecer à minha família, em particular aos meus pais e namorada, por todo o apoio e paciência que demonstraram durante todo este percurso. Ao mesmo tempo, gostaria de deixar um pedido de desculpas particular a estas três pessoas, pois nem sempre fui o filho, ou namorado, mais presente durante este período. Sem este apoio e incentivo, principalmente nos momentos de dúvida e maior desalento, nada teria sido possível. O meu sincero obrigado.

Palavras-chave

Desemprego, envelhecimento, emprego, mercado de trabalho, trabalhadores mais velhos.

Resumo

O envelhecimento da população é um tema transversal a diversos domínios da sociedade, entre eles o mercado de trabalho. Neste estudo analisou-se a situação e evolução recente dos trabalhadores com idades mais avançadas (50-64 anos) em Portugal para perceber se estas pessoas são efetivamente velhas para trabalhar ou jovens para deixarem de o fazer. A revisão da literatura permitiu a sistematização do processo de envelhecimento da população em Portugal e na União Europeia, assim como salientou a importância desta temática nos domínios governamental, organizacional e social dos vários países. A partir da análise da informação censitária (2001 e 2011), dos dados do Inquérito ao Emprego 2012-2017) e das entrevistas semiestruturadas realizadas a adultos ativos com idades mais avançadas procurou-se apresentar uma perspetiva da realidade dos indivíduos entre os 50 e os 64 anos, baseada na evolução dos últimos anos do (des)emprego e no discurso dos entrevistados sobre a sua situação perante o mercado de trabalho em Portugal. Os resultados permitem concluir que o progressivo envelhecimento da população portuguesa torna urgente a adoção de medidas com vista à integração dos mais velhos nas organizações assegurando o seu bem-estar e a sua inclusão de forma sustentável e participativa.

Keywords

Ageing, employment, laboral market, older workers, unemployment.

Abstract

The population ageing it's a transversal issue in several domains of society, including the labour market. This study analysed the recent situation of workers with advanced ages (50-64 years) in Portugal to understand if they are old actually to work or young to stop doing it. The review of the literature allowed the systematization of the population ageing process in Portugal and in the European Union and highlighted the relevance of this theme in governmental, organizational and social domains in several countries. With the analysis of data from the census (2001 and 2011), the Labour Force Survey (2012-2017), and semi-structured interviews to older adults this study attempted to present a perspective of the reality of the persons between 50 and 64 years, based on (un)employment trends in the last years, and the interviewees' speech about their situation in the Portuguese labour market. The results allow concluding that the progressive ageing of the Portuguese population makes it urgent to adopt measures in order to ensure the integration of older workers in the organizations to safeguard their well-being and inclusion in a sustainable and participative way.

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I.....	5
1. Evolução da População e do Trabalho	5
1.1. Envelhecimento populacional e esperança de vida	5
1.2. Emprego e desemprego no século XXI	9
1.3. Evolução do trabalho e do emprego em Portugal: 2000-2017.....	12
Capítulo II.....	15
2. Recursos Humanos e Políticas Públicas de Emprego	15
2.1. Mão-de-obra envelhecida e mercado laboral	15
2.1.1. Indivíduos com 50 ou mais anos perante o trabalho	18
2.2. Evolução demográfica e reflexão sobre as políticas públicas.....	21
2.3. Proteção no emprego e desemprego em Portugal	24
2.3.1. Medidas legislativas direcionadas aos indivíduos entre os 50 e os 64 anos	26
Capítulo III	31
3. Metodologia	31
3.1. Objetivos do estudo.....	31
3.2. Método.....	31
3.2.1. Dados Secundários	32
3.2.2. Entrevistas	32
Capítulo IV	35
4. Análise dos Resultados.....	35
4.1. Análise dos Dados.....	35
4.1.1. Caraterização global da população residente por grupo etário, sexo e escolaridade	36
4.1.2. Caraterização da população residente com 15 ou mais anos por grupo etário, sexo e principal meio de vida	39
4.1.3. Caraterização da população residente com 15 ou mais anos por grupo etário, sexo e condição perante a atividade económica	42
4.1.4. Caraterização da população residente com 15 ou mais anos por grupo etário, sexo, condição perante a atividade económica e grau de escolaridade.....	45
4.1.5. Caraterização da população residente empregada por grupo etário, sexo e escolaridade	52
4.1.6. Caraterização da população residente empregada por sexo e situação na profissão	56
4.1.7. Caraterização da população residente desempregada por grupo etário, sexo e escolaridade	58

4.1.8. Caraterização da população empregada por sexo, grupo etário, escolaridade e situação na profissão: 2012-2017	62
4.1.9. Caraterização da população desempregada por sexo, grupo etário e escolaridade: 2012-2017.....	64
4.1.10. Caraterização da população inativa, com 15 ou mais anos, por grupo etário, sexo e condição perante a atividade económica: 2012-2017	65
4.2. Síntese de Resultados	68
4.3. Análise das Entrevistas	69
Capítulo V	73
5. Considerações Finais	73
5.1. Principais Conclusões.....	73
Referências Bibliográficas	77
ANEXOS.....	87
ANEXO I – População residente por grupo etário, escolaridade e sexo, em 2001 e 2011 ..	88
ANEXO II – População com 15 ou mais anos por grupo etário, sexo e principal meio de vida, em 2001 e 2011	90
ANEXO III – População com 15 ou mais anos por grupo etário, sexo e condição perante a atividade económica, em 2001 e 2011	92
ANEXO IV – População com 15 ou mais anos por grupo etário, sexo, condição perante a atividade económica e escolaridade, em 2001 e 2011	94
ANEXO V – População empregada por grupo etário, escolaridade e sexo, em 2001 e 2011	100
ANEXO VI – População empregada por situação na profissão e sexo, em 2001 e 2011..	102
ANEXO VII – População desempregada por grupo etário, escolaridade e sexo, em 2001 e 2011.....	103
ANEXO VII – Guião da Entrevista	105
ANEXO VIII – Consentimento Informado	106

Índice de Tabelas

Tabela 1. População com 65 ou mais anos, na UE: 1974, 1994 e 2014 (%).....	6
Tabela 2. Idade média da população na UE e em Portugal, entre 2008 e 2017	7
Tabela 3. Taxa de desemprego na UE e em Portugal, entre 2007 e 2017 (%).....	9
Tabela 4. Taxa de Inatividade em Portugal, por grupo etário, entre 2007 e 2017 (%).....	10
Tabela 5. Taxa de emprego total em Portugal e na UE, entre 2017 e 2017 (%)	11
Tabela 6. Taxa de emprego, por sexo, em Portugal e na UE, entre 2007 e 2017 (%).....	12
Tabela 7. Medidas específicas para funcionários mais velhos	19
Tabela 8. População residente por grupo etário e escolaridade em 2001 (%).....	37
Tabela 9. População residente por grupo etário e escolaridade em 2011 (%).....	38
Tabela 10. População residente por grupo etário e escolaridade, em 2001 e 2011 (Nº).....	38
Tabela 11. População em idade ativa por grupo etário e principal meio de vida em 2001 (%).....	40
Tabela 12. População em idade ativa por grupo etário e principal meio de vida em 2011 (%).....	41
Tabela 13. População em idade ativa por grupo etário, em 2001 e 2011 (Nº).....	41
Tabela 14. Condição perante a atividade económica e grupo etário em 2001 (%)	43
Tabela 15. Condição perante a atividade económica e grupo etário em 2011 (%)	44
Tabela 16. Condição perante a atividade económica e grupo etário, em 2001 e 2011 (Nº)	44
Tabela 17. Condição perante a atividade económica, grupo etário e escolaridade em 2001 (%).....	47
Tabela 18. Condição perante a atividade económica, grupo etário e escolaridade em 2011 (%).....	49
Tabela 19. População ativa por grupo etário e escolaridade, em 2001 e 2011 (Nº).....	50
Tabela 20. População inativa por grupo etário e escolaridade, em 2001 e 2011 (Nº) (Parte I).....	51
Tabela 21. População inativa por grupo etário e escolaridade, em 2001 e 2011 (Nº) (Parte II)	52
Tabela 22. População empregada por grupo etário e escolaridade em 2001 (%).....	53
Tabela 23. População empregada por grupo etário e escolaridade, em 2011 (%).....	54
Tabela 24. População empregada por grupo etário e escolaridade, em 2001 e 2011 (Nº).....	55
Tabela 25. População empregada por sexo e situação na profissão, em 2001 (%)	56
Tabela 26. População empregada por sexo e situação na profissão, em 2011 (%)	57
Tabela 27. População empregada por situação na profissão, em 2001 e 2011 (Nº).....	58
Tabela 28. População desempregada por grupo etário e escolaridade, em 2001 (%).....	59
Tabela 29. População desempregada por grupo etário e escolaridade, em 2011 (%).....	60
Tabela 30. População desempregada por grupo etário e escolaridade, em 2001 e 2011 (Nº)	61
Tabela 31. População empregada por sexo entre 2012 e 2017 (Nº).....	62
Tabela 32. População empregada por grupo etário entre 2012 e 2017 (Nº)	63
Tabela 33. População empregada por escolaridade entre 2012 e 2017 (Nº).....	63

Tabela 34. População empregada por situação na profissão entre 2012 e 2017 (Nº).....	64
Tabela 35. População desempregada por sexo entre 2012 e 2017 (Nº)	64
Tabela 36. População desempregada por grupo etário entre 2012 e 2017 (Nº)	65
Tabela 37. População desempregada por escolaridade entre 2012 e 2017 (Nº).....	65
Tabela 38. População inativa por grupo etário entre 2012 e 2017 (Nº)	66
Tabela 39. População inativa por sexo entre 2012 e 2017 (Nº)	66
Tabela 40. Condição perante a atividade económica entre 2012 e 2017 (Nº).....	66
Tabela 41. Síntese de resultados relativos ao grupo etário 50-64 anos: 2001-2011.....	68
Tabela 42. Síntese de resultados relativos ao grupo etário 45-64 anos, 2012-2017.....	69
Tabela 43. Principais respostas dos participantes (Parte I)	70
Tabela 44. Principais respostas dos participantes (Parte II).....	71
Tabela 45. Síntese de medidas legislativas relativas à população dos 50 aos 64 anos.....	75

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Esperança de vida (anos) e taxa de fecundidade geral (‰) em Portugal	7
---	---

Introdução

A realidade mundial que hoje conhecemos é visivelmente diferente da anteriormente vivenciada, verificando-se ao longo dos tempos a ocorrência de alterações a vários níveis: desde o tecnológico e de gestão, até a alterações populacionais como as relativas ao envelhecimento demográfico (Góis, 2012).

Embora o envelhecimento demográfico¹ não seja em si mesmo um problema, uma vez que viver mais tempo corresponde a uma melhoria das condições de vida, pressupõe, no entanto, o aumento da população mais velha em relação à população mais jovem, consequência do aumento da esperança de vida e diminuição da fecundidade. A mudança da estrutura da população origina uma maior pressão sobre vários dos sistemas fiscais e de segurança social a nível global, obrigando a uma reorganização dos sistemas sociais. No mesmo sentido, o aumento da taxa de desemprego, que define o peso da população sem emprego no total da população ativa (INE, 1994b), e a diminuição da taxa de emprego, que define a relação existente entre a população empregada e a que se encontra em idade ativa (INE, 2005b), ocasiona também pressões financeiras sobre os sistemas económico e social (Hamzaoui *et al.*, 2017).

A crise económica de 2008 deu origem, para além do aumento do número de desempregados² e da deterioração das condições de trabalho, a um forte acréscimo da vulnerabilidade social. Segundo Valente *et. al* (2015), o impacto dos cortes nos sistemas de proteção social, consequência dos programas de consolidação orçamental impostos aos governos sob assistência financeira, foi particularmente notório em países como Portugal.

Embora pareçam ultrapassados os piores anos da crise, em Portugal, o envelhecimento da população e o desemprego são duas dimensões da sociedade portuguesa que estão subjacentes a diversas problemáticas socioeconómicas. Se por um lado o envelhecimento passou a constituir uma característica incontornável da população portuguesa, por outro, o desemprego acentuou-se na sequência da crise económica.

Sendo que o desemprego poderá surgir em qualquer fase da vida ativa, a população em idades mais avançadas, em situação de desemprego, poderá confrontar-se com dificuldades na reintegração e riscos na manutenção no mercado laboral (Ferreira, 2017).

¹ Segundo Bandeira *et al.* (2014), em termos gerais o envelhecimento demográfico define-se como sendo o aumento da proporção de indivíduos mais velhos em detrimento dos mais jovens.

² O desempregado é definido como sendo um indivíduo entre os 15 e os 74 anos; que se encontra sem trabalho na semana de referência ou que se encontra disponível para trabalhar nas próximas duas semanas; ou que tem procurado ativamente emprego nas últimas quatro semanas (Eurostat, 2010).

Com o avançar dos anos, e com o aumento da duração do desemprego, a empregabilidade destes indivíduos diminui e na sequência do afastamento e exclusão deixam também de o procurar. Estes indivíduos integram uma categoria que se designa por “desencorajados” e engloba todos os que não têm trabalho e não o procuram, pois consideram “não ter idade apropriada, não ter instrução suficiente, não saber como procurar”, e “achar que não vale a pena procurar ou que não há empregos disponíveis” (INE, 2005a).

Neste contexto, a finalidade desta investigação é perceber a evolução destas duas componentes, envelhecimento demográfico e desemprego, no período 2000-2017, em Portugal, situando-a, sempre que possível, no contexto da União Europeia. A definição do período de análise – início no ano 2000 e término em 2017 – é fundamentado essencialmente pelas trajetórias socioeconómicas que decorrem das mudanças ocorridas nas políticas ao longo dos anos, nomeadamente com a criação do Código de Trabalho em 2003, posterior revisão em 2009 e com os vários acordos de concertação assinados durante a intervenção externa, assim como pela trajetória demográfica marcada pelo pronunciado decréscimo populacional e consequente agravamento do envelhecimento populacional.

Segundo um estudo realizado por Harper *et al.*, (2006), em que foram analisadas as visões/perspetivas dos empregadores relativamente à idade em que os empregados passariam a ser considerados “trabalhadores mais velhos”, verificou-se que esta categorização varia de país para país e também, mas com menor frequência, de acordo com a dimensão da organização – a amostra do estudo ficou caracterizada com a idade média de 54 anos, sendo que o país onde se verificou uma idade maior foi no Japão (60,4 anos) e idade inferior na Turquia (44,0 anos). No mesmo sentido, Fula *et al.*, (2012) mostram no seu estudo que a idade considerada para designar o “trabalhador mais velho” situa-se entre os 53 e os 65 anos, existindo ainda outros autores que consideram idades diferentes.

Face à, ainda, imprecisa definição da idade dos “trabalhadores mais velhos”, tanto em Portugal como em outros países europeus, considera-se no presente documento o trabalhador mais velho aquele que apresenta idade entre os 50 e os 64 anos, encontrando-se este em idade ativa mais avançada. É pela duplicidade de situações, ou possível desencorajamento, que se pretende analisar o grupo etário dos 50 aos 64 anos, visto que se tem deparado com alterações do enquadramento laboral e saída do mercado de trabalho. Se

por um lado as instituições públicas têm vindo a ressaltar a situação dos “Nem-Nem”³, por outro, os mais velhos, não têm sido alvo de uma atenção tão detalhada.

A realidade descrita, aos níveis mundial e especificamente europeu, remete todos os Estados para discussões e reflexões no sentido de integrar temáticas como o envelhecimento na agenda política, no sentido de serem desenvolvidos planos de ação direcionados às transformações que têm ocorrido na sociedade atual (Veiga, 2014). Acresce, ainda, a esta complexidade a chegada à idade da reforma dos *indivíduos em idade ativa mais avançada* e de gerações mais qualificadas que, tendo vindo concluídas as suas trajetórias profissionais, pretendem manter uma vida ativa e profissionalmente válida, o que recentemente em Portugal levantou o problema da discussão da conclusão das carreiras profissionais aos 70 anos de idade⁴.

Com a escolha desta temática é fundamental realizar uma reflexão sobre o desenvolvimento e implementação de políticas públicas de emprego, direcionadas aos indivíduos em idade ativa mais avançada. Esta reflexão justifica-se pela necessidade de reunir e divulgar informação que envolva a sociedade portuguesa no debate da participação dos indivíduos com 50 e mais anos no mercado de trabalho.

Em particular, nesta investigação pretende-se explorar: (1) as principais tendências da evolução do envelhecimento da população portuguesa; (2) a evolução do trabalho e do emprego, em Portugal, no século XXI; (3) a legislação adotada na promoção e manutenção das pessoas com mais de 50 anos no mercado laboral; (4) a situação das pessoas com mais de 50 anos perante o trabalho; (5) a evolução das taxas de emprego e desemprego na população entre os 50 e os 64 anos, considerando o sexo, a idade e as habilitações literárias.

O presente documento encontra-se estruturado em cinco capítulos essenciais no sentido de uma melhor compreensão da temática em estudo: (1) Evolução da População e do Trabalho; (2) Recursos Humanos e Políticas Públicas de Emprego; (3) Metodologia; (4) Emprego/Desemprego, Atividade e Perceção sobre o Trabalho; (5) Considerações Finais.

No primeiro capítulo encontram-se sistematizadas as informações relativas à evolução da situação demográfica da sociedade atual, especificamente em Portugal e na

³*Young people neither in employment nor in education and training (NEET)*, designado em português “Nem-Nem”, é o indicador correspondente à percentagem de jovens que não se encontram empregados, nem estudam ou efetuam formação complementar (Eurostat, 2015).

⁴ Diário de Notícias, 16 de agosto de 2018: “Governo quer acabar com reforma obrigatória” – ver link: <https://www.dn.pt/pais/interior/governo-quer-acabar-com-reforma-obrigatoria-9722765.html>

União Europeia, e a evolução das questões relacionadas com o trabalho e o emprego. No segundo capítulo, e no seguimento do capítulo anterior, encontra-se descrita a evolução das políticas públicas adotadas no contexto português que promovem o emprego e a manutenção dos indivíduos com 50 ou mais anos no mercado laboral, bem como o impacto que o envelhecimento populacional possui na reflexão das políticas públicas ao nível da União Europeia.

O terceiro capítulo, já referente à construção empírica da investigação, incide sobre os procedimentos adotados na investigação e a sua descrição detalhada tendo em conta a organização dos dados secundários e das entrevistas realizadas.

No quarto capítulo, com a apresentação dos resultados, são analisados os dados relativos ao emprego e desemprego que permitem realizar a diferenciação das situações de emprego. Esta diferenciação terá como principais variáveis o sexo do indivíduo, a sua idade e as habilitações literárias. Por último, no quinto capítulo, encontram-se explanadas algumas reflexões e conclusões que poderão ter impacto em estudos posteriores.

Capítulo I

1. Evolução da População e do Trabalho

1.1. Envelhecimento populacional e esperança de vida

Por todo o mundo, e na Europa em particular, o envelhecimento demográfico e as alterações da estrutura etária da população são questões que apresentam características e impactos sociais, económicos e políticos consideráveis (Figueiredo, 2007). A evolução recente da relação entre a população idosa (65 e mais anos) e a população jovem (0-14 anos), isto é, do índice de envelhecimento (INE, 2003), evidencia que ao longo dos últimos anos, este rácio tem aumentado tanto em Portugal como ao nível da União Europeia (UE).

No mesmo sentido, verifica-se que a velocidade de algumas das alterações demográficas, nomeadamente da percentagem da população com 65 ou mais anos em diversos países da União Europeia, como Portugal, Itália e Grécia, tem sido mais acentuada, como se apresenta na Tabela 1. O envelhecimento demográfico resulta essencialmente da diminuição da fecundidade, dando origem ao decréscimo continuado da população mais jovem e aumento da mais velha (Bandeira *et al.*, 2014), resultando assim na diminuição do número de pessoas em idade de procriação (Fernandes, 2005).

O envelhecimento, por si só, não deverá ser considerado um problema, até porque o facto da esperança de vida aumentar ao longo dos anos deriva dos avanços significativos na medicina, melhores cuidados de saúde, higiene e nutrição (Figueiredo, 2007), traduzindo-se assim em acréscimos ao nível da qualidade e de bem-estar, assim como na diminuição da mortalidade (Bandeira *et al.*, 2014). São, segundo Walker (2008), países como Irlanda, Holanda, Noruega, Suécia, Japão e Austrália os que se encontram na linha da frente no que diz respeito à longevidade.

A população da UE tem-se tornado progressivamente mais velha, passando de cerca de 59 milhões de pessoas com mais de 65 anos em 1985 para 87 milhões em 2010 (Eurostat, 2012), com tendência a progredir, reafirmando, assim, o que se tem verificado desde os anos oitenta a nível mundial.

Tabela 1. População com 65 ou mais anos, na UE: 1974, 1994 e 2014 (%)

Países	Anos		
	1974	1994	2014
UE-28	-	-	18,7
Alemanha	14,1	15,3	21,0
Áustria	14,7	15,0	18,4
Bélgica	13,8	15,7	18,0
Bulgária	10,6	14,7	19,8
Chipre	-	11,0	14,2
Croácia	-	-	18,6
Dinamarca	13,1	15,4	18,4
Eslováquia	9,9	10,7	13,7
Eslovénia	-	11,9	17,7
Espanha	10,1	14,8	18,3
Estónia	12,2	13,1	18,6
Finlândia	10,3	14,0	19,7
França	13,3	14,9	18,2
Grécia	12,0	15,2	20,7
Hungria	12,4	14,0	17,7
Irlanda	10,9	11,4	12,8
Itália	11,8	16,3	21,6
Letónia	12,7	13,3	19,2
Lituânia	11,1	12,0	18,6
Luxemburgo	13,0	13,8	14,1
Malta	-	10,7	17,9
Países Baixos	10,7	13,1	17,6
Polónia	-	10,8	15,2
Portugal	9,8	14,6	20,1
Reino Unido	13,8	15,8	17,6
República Checa	12,9	13,1	17,6
Roménia	9,4	11,7	16,8
Suécia	14,8	17,5	19,5

Fonte: Eurostat/Pordata (2018)

Em 2017 a idade média na UE era de 42,8 anos (Tabela 2), sendo a projeção em 2060 de 47,6 anos. Segundo Veiga (2014), em 2050 o envelhecimento da população poderá ter grandes proporções em que 34% da população total da UE terá 60 ou mais anos de idade. No mesmo sentido, observa-se que até 2050 a população da UE com 65 ou mais anos irá crescer cerca de 77% (Walker, 2008).

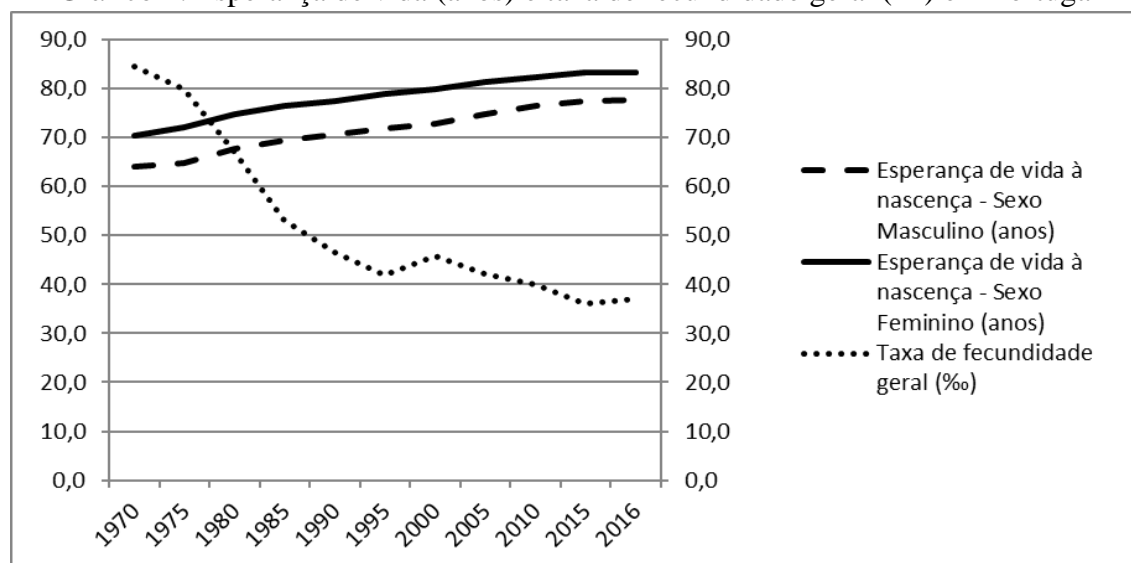
Tabela 2. Idade média da população na UE e em Portugal, entre 2008 e 2017

Ano		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Idade Média	UE-28	40,4	40,7	41,0	41,3	41,6	41,9	42,2	42,4	42,6	42,8
	Portugal	40,4	40,8	41,2	41,7	42,1	42,6	43,1	43,5	44,0	44,4

Fonte: Eurostat (2018)

Em Portugal este processo ocorreu de forma rápida, e segundo Bandeira *et al.* (2014) o envelhecimento populacional foi numa primeira fase desencadeado na década de 60 (taxas de natalidade ainda elevadas), devido essencialmente à emigração que provocou o desequilíbrio da estrutura da população em idade ativa, sendo, no entanto, o decréscimo da fecundidade e aumento da longevidade os seus determinantes. De facto, desde o final do século XX, a realidade demográfica portuguesa não se apresenta muito diferente dos países desenvolvidos e do que acontece no resto do mundo (Rodrigues & Nogueira, 2006), como apresenta o Gráfico 1.

Gráfico 1. Esperança de vida (anos) e taxa de fecundidade geral (‰) em Portugal



Fonte: Pordata/INE (2017)

Em termos numéricos, a situação portuguesa é similar à europeia, visto que a média de idades da população, em 2017, era de 44,4 anos.

As projeções apontam para alterações, já perceptíveis, na proporção de indivíduos entre os 15 e os 64 anos, passando de cerca de 67% em 2010 para 56,2% em 2060, significando assim que a população em idade ativa diminuirá consideravelmente nos próximos 50 anos (European Commission, 2014). Verificando-se atualmente a tendência do prolongamento da vida ativa, com o decorrer dos anos é natural que se observe o

agravamento do envelhecimento da população ativa, consequência do aumento da idade da reforma e da duração da carreira contributiva (Cabral *et al.*, 2013).

A evolução demográfica ao longo dos anos, tem impulsionado algumas mudanças na sociedade europeia nomeadamente ao nível da família, do mercado das diversas comunidades e da própria União Europeia, com impactos sociais e económicos consideráveis (Walker, 2008). Segundo Garcia *et al.* (2017), até à década de 90 muitos países implementaram incentivos à reforma antecipada, mas com o despoletar do debate relativo à sustentabilidade dos sistemas de proteção social essas medidas mudaram, invertendo mesmo o sentido da atuação, verificando-se porém algumas variações ao longo do tempo e de acordo com os países.

Ao longo do tempo tem-se observado o aumento da idade da reforma na UE, incluindo Portugal, devido essencialmente ao aumento da esperança de vida, e consequentemente adaptações dos sistemas de pensões às novas realidades, mas é necessário refletir sobre esse aumento e perceber se esta permanece uma solução ajustada atualmente. De acordo com Walker (2008), os Estados-Providência fornecem alguma proteção aos indivíduos mais velhos através, por exemplo, dos sistemas de pensões encontrando-se estes no centro de alguns debates políticos quanto à sua sustentabilidade a longo prazo, visto que atualmente as pensões constituem uma das principais parcelas da despesa nacional de muitos países.

Segundo Walker (2002), o principal desafio que os sistemas de proteção social enfrentam, especificamente no que concerne ao financiamento das pensões, não é o envelhecimento da população, mas sim a combinação deste aumento com várias mudanças ao nível social e económico – mudanças associadas à taxa de natalidade, ao emprego e à prática da reforma. Tendo em conta que os sistemas de proteção social, existentes na União Europeia, foram concebidos ao longo das décadas passadas, estes terão de acompanhar as transformações que têm ocorrido com a globalização e a ser ajustados à realidade atual, em que há uma maior insegurança no mercado de trabalho e a diminuição da fecundidade, por exemplo.

De acordo com a European Commission (2014), e tendo como base o relatório sobre pensões de 2010, qualquer sistema de pensões tem os seus benefícios e inconvenientes, que necessitam de ser adaptados às tendências demográficas e económicas

de longo prazo, sendo assim essencial que os formuladores de políticas públicas tenham em consideração o equilíbrio entre a sustentabilidade e a adequação das pensões.

1.2. Emprego e desemprego no século XXI

O desemprego sempre foi uma realidade presente, mais ou menos acentuada, em todas as sociedades atingindo diferentes classes sociais, faixas etárias e sexos. Nos finais da década de 90 verificou-se uma diminuição do desemprego em Portugal, porém na mudança do século, especificamente a partir de 2001, ocorreu de novo o aumento significativo do desemprego (Gonçalves, 2005), e ao longo dos anos a realidade tem sofrido avanços e recuos mais ou menos acentuados. Ainda no decorrer da década de 90, especificamente até 1996, verificou-se o aumento do desemprego e até 2000 uma descida gradual, porém, na viragem do século, é retomada a tendência de acréscimo da taxa de desemprego.

Como verificado nos finais da década de 90 e início do século XX, a diminuição do crescimento da economia europeia influencia negativamente a taxa de desemprego, não só de Portugal mas também dos restantes Estados da UE (Gonçalves, 2005).

Na última década, nomeadamente a partir de 2008, a União Europeia (UE) foi assombrada por uma grave crise económica e financeira à escala global. Entre outros efeitos, verificou-se o aumento do desemprego em diversos países e, em Portugal, um dos países europeus mais afetados pela crise económica, o desemprego registou níveis particularmente acentuados, verificando-se em 2013 o valor mais elevado de sempre em Portugal (Tabela 3).

Tabela 3. Taxa de desemprego na UE e em Portugal, entre 2007 e 2017 (%)

Ano		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Taxa de desemprego	UE-28	7,1	7,0	8,9	9,5	9,6	10,4	10,8	10,2	9,4	8,5	7,6
	Portugal	8,0	7,6	9,4	10,8	12,7	15,5	16,2	13,9	12,4	11,1	8,9

Fonte: Pordata/Eurostat (2018)

No seguimento do descrito anteriormente observa-se que, no mesmo período, as variações da taxa de desemprego na União Europeia são menos acentuadas do que em Portugal. Efetivamente, Portugal encontra-se acima da média da União Europeia no que diz respeito a este indicador.

A crise que se fez sentir deu origem, para além do aumento do desemprego e deterioração das condições de trabalho, a um forte acréscimo da vulnerabilidade social.

Segundo Valente *et. al* (2015), o impacto dos cortes nos sistemas de proteção social, consequência dos programas de consolidação orçamental impostos aos governos sob assistência financeira, foi particularmente notório em países como Portugal.

De acordo com o Grupo de Ação Interdepartamental da OIT (2013), com a crise de 2008 verificou-se também que o desemprego sofreu alterações no que concerne às suas características, refletindo-se no desemprego de longa duração⁵, que apresentou uma taxa mais elevada, e no agravamento da inatividade no mercado de trabalho. Através da Tabela 4 constata-se que no período entre 2007 e 2017 todos os grupos etários sofreram oscilações, no que respeita à taxa de inatividade⁶, sendo que os mais afetados são os grupos mais jovens (15-24 anos) e os que se encontram em idade ativa mais avançada (45-64 anos). Contudo, e apesar de o grupo etário dos 45-64 anos ser um dos mais afetados, observa-se o decréscimo da inatividade ao longo dos últimos anos.

Tabela 4. Taxa de Inatividade em Portugal, por grupo etário, entre 2007 e 2017 (%)

Anos	Grupos etários				
	15-24	25-34	35-44	45-64	≥65
2007	58,6	10,4	9,9	30,1	81,8
2008	59,1	10,1	10,1	29,9	82,5
2009	61,3	10,3	10,3	30,1	82,9
2010	63,8	9,8	9,2	29,2	83,4
2011	61,8	9,3	9,2	30,3	85,4
2012	62,9	9,5	9,4	30,0	85,2
2013	64,7	10,0	9,8	29,5	86,7
2014	65,3	10,1	8,6	29,1	88,1
2015	66,3	10,5	8,1	28,1	88,4
2016	66,7	10,6	7,8	27,1	89,0
2017	65,9	10,0	7,7	25,3	88,7

Fonte: Pordata/INE (2018)

De acordo com Gonçalves (2005), a disparidade existente nas taxas de desemprego dos países da UE poderá ser resultado, não só das diferenças existentes entre as vertentes económicas internas de cada Estado, mas também de vários fatores que poderão estar mais ou menos associados a um determinado país, nomeadamente os níveis de qualificação dos recursos humanos, as práticas de flexibilização adotadas pelas entidades empregadoras, os

⁵ Segundo INE (1994), o desemprego de longa duração ocorre quando o indivíduo se encontra “sem emprego”, mas “disponível para o trabalho e há procura de emprego há 12 meses ou mais”. Por outro lado, o desemprego de curta duração difere do anteriormente descrito apenas pelo facto do indivíduo procurar emprego há menos de 12 meses.

⁶ A “taxa de inatividade” representa o número de inativos por cada 100 pessoas com 15 ou mais anos (INE, 2006).

mecanismos de formação dos salários e o enquadramento jurídico das relações coletivas de trabalho.

A partir de 2008, diversas empresas portuguesas viram-se obrigadas a expandir-se internacionalmente para combaterem alguns dos efeitos da crise, apostando assim na criação de emprego e no crescimento económico de uma forma estratégica (Rebelo, 2015), tendo sempre o enfoque na manutenção da coesão social.

As elevadas taxas de desemprego em todos os grupos etários, assim como as taxas de inatividade, são motivo de uma preocupação acrescida, mas é necessário considerar também a evolução da taxa de emprego ao longo dos últimos anos, para assim obtermos uma visão geral comparativa destas duas realidades. Segundo André (2012), não obstante o aumento sucessivo do desemprego, observa-se que as taxas de emprego em Portugal têm sido superiores à média da União Europeia, situando-se Portugal ao nível dos países com as taxas mais elevadas.

Como se verifica na Tabela 5, a taxa de emprego em Portugal, entre os anos 2007 e 2011, foi superior à média da União Europeia, neste caso a 28 países, mas com tendência decrescente ao longo dos anos. Após o ano 2011 a taxa tem sido inferior à média da UE, mas desde 2014 observa-se de novo a tendência crescente da taxa de emprego podendo esta atingir de novo valores de anos anteriores.

Tabela 5. Taxa de emprego total em Portugal e na UE, entre 2007 e 2017 (%)

Ano		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Taxa de Emprego	Portugal	57,3	57,4	55,6	54,6	52,8	50,8	49,7	50,7	51,3	52,0	53,7
	UE-28	53,1	53,4	52,3	51,9	51,8	51,6	51,3	51,7	52,1	52,8	53,5

Fonte: Pordata/Eurostat (2018)

Aquando a diminuição da taxa de emprego verificou-se simultaneamente que o desemprego aumentou drasticamente agravando a situação portuguesa e de toda a UE. Estes dois indicadores afetam distintamente o sexo feminino e o masculino, verificando-se que os homens, na sua generalidade, apresentam maiores taxas de emprego do que as mulheres (Bandeira *et al.*, 2014).

Entre 2007 e 2017, apesar das variações existentes nas taxas de emprego dos homens e das mulheres em Portugal e na União Europeia, o emprego dos homens é sempre superior do que o das mulheres (Tabela 6).

Um dado a ter em consideração é a trajetória da diminuição da taxa de emprego em ambos os sexos, ou seja, observa-se que quando ocorre o decréscimo da taxa de emprego nos homens em Portugal, esse valor é sempre inferior à média da UE, apesar de se verificar uma tendência de recuperação. No sentido oposto, quando diminui a taxa de emprego nas mulheres em Portugal, esse valor apenas é inferior, à média da UE, no ano 2013, ou seja, o nível de emprego feminino em Portugal é sempre, globalmente, superior ao registado na União Europeia.

Tabela 6. Taxa de emprego, por sexo, em Portugal e na UE, entre 2007 e 2017 (%)

	Sexo	Ano										
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Portugal	H	64,6	64,5	61,7	60,7	58,8	56,0	54,7	55,8	56,3	57,1	59,1
	M	50,7	50,9	50,0	49,2	47,5	46,2	45,3	46,1	46,9	47,5	49,0
UE-28	H	61,0	61,1	59,2	58,6	58,4	57,9	57,5	57,9	58,3	58,9	59,6
	M	45,8	46,3	45,8	45,6	45,6	45,6	45,6	46,0	46,4	47,0	47,7

Fonte: Pordata/Eurostat (2018)

No período compreendido entre 2000 e 2011, verificou-se que, comparativamente a outros países da União Europeia, Portugal apresentava algumas características específicas no emprego, sendo uma delas a existência de um nível de participação dos indivíduos com 65 ou mais anos no mercado laboral três vezes maior relativamente a outros países da UE, em 2011, e desde os anos 2003/2004 a tendência relativamente aos indivíduos entre os 60 e os 64 anos no mercado de trabalho tem sido contrária à de outros países, com a estagnação e declínio nos últimos anos (Garcia *et al.*, 2017).

1.3. Evolução do trabalho e do emprego em Portugal: 2000-2017

Nas últimas décadas a instabilidade marcou o quotidiano dos indivíduos, das suas famílias, das empresas e de muitos outros atores envolvidos no meio laboral. Tendo em conta o ambiente de incerteza vivido, ocorreram alterações no âmbito das relações laborais, em que as entidades empregadoras e os seus trabalhadores, tiveram de se adaptar às novas realidades dando origem à diminuição da estabilidade no trabalho (Costa & Pereira, 2005).

No período que antecedeu a crise de 2008, e no seguimento da viragem do século, foi-se verificando uma sucessiva alteração nas diversas políticas referentes ao emprego e proteção social, sendo que estas mudanças já tinham iniciado com a implementação da Constituição de 1976, e de acordo com Dornelas & Silva (2012), as principais alterações

nas políticas públicas referentes ao mercado de trabalho ocorreram no decorrer dos seguintes marcos:

- 2001 – assinatura de dois acordos relacionados com as relações laborais;
- 2003 – criação do Código do Trabalho;
- 2006 – assinatura de dois acordos de concertação social;
- 2008 – assinatura de um acordo de concertação social;
- 2009 – revisão do Código do Trabalho de 2003.

O Código do Trabalho de 2003 e a sua posterior revisão em 2009 são dois dos principais marcos no que concerne às reformas do mercado de trabalho. Na sua generalidade, a sua criação em 2003 contemplava uma maior rigidez, desvalorizando a negociação coletiva e individualizando as relações de trabalho (especificamente do trabalho atípico⁷), ao contrário da posterior revisão marcada pela promoção da negociação coletiva, motor essencial para discutir soluções que possam dar resposta às necessidades, tanto dos trabalhadores como das organizações (André, 2012).

Segundo Cardoso & Branco (2018), com a assinatura do Memorando de Entendimento (ME) em 2011, ocorreram também algumas alterações a diversos níveis, incluindo reformas ao nível do mercado de trabalho. Portugal, em troca de 78 mil milhões de euros, teria de cumprir assim um programa onde se encontravam descritas as linhas das reformas estruturais e da consolidação fiscal durante o período de intervenção externa. Várias das alterações mencionadas no ME, relativamente à proteção no emprego e no desemprego, foram também incluídas nas revisões do Código do Trabalho efetuadas em 2011, 2012 e 2013.

Fundamentalmente, no período posterior ao pedido de assistência à Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, o mercado de trabalho sofreu diversas alterações que levaram ao aumento da instabilidade dos recursos humanos nas entidades empregadoras, afetando por isso indicadores como a taxa de emprego ou de desemprego.

⁷ Considera-se trabalho atípico todo o trabalho que não é realizado a tempo inteiro, como por exemplo, trabalho a tempo parcial ou trabalho intermitente, entre outros (Maia, 2015).

Capítulo II

2. Recursos Humanos e Políticas Públicas de Emprego

2.1. Mão-de-obra envelhecida e mercado laboral

Nos Estados Unidos da América (EUA), segundo a *Current Population Survey* realizada em 2000, existiam sensivelmente 18 milhões de trabalhadores com mais de 55 anos no mercado laboral, sendo que até 2015 iria aumentar para aproximadamente 32 milhões (Coughlin, 2008), mostrando assim que o envelhecimento da população é análogo a todo o globo e deve ser alvo, cada vez mais, de uma profunda reflexão.

No mesmo sentido, corroborando dados que mostram uma mão-de-obra mundial envelhecida, no continente europeu existem cerca de 28 milhões de trabalhadores mais velhos empregados, distribuídos principalmente pela indústria, cuidados de saúde, educação e administração pública, existindo ainda cerca de 6 milhões que trabalham na UE em regime de tempo parcial (Eurofound, 2012).

A realidade descrita comporta desafios que a mudança da estrutura populacional acarreta e que se encontram associados ao avançar da idade, nomeadamente a participação dos indivíduos no mercado de trabalho. De mencionar que, em Portugal, o índice de renovação da população em idade ativa, isto é o rácio dos indivíduos entre os 20-29 anos e os indivíduos entre os 55-64 anos, passou de 93, em 2011, para 79,7 em 2016, mas também a mão-de-obra a nível europeu se encontra a envelhecer (INE, 2017). Esta realidade é descrita também por Bandeira *et al.* (2014) referindo que o reduzido potencial de substituição de gerações, assim como a diminuição da autorreprodução, dará origem a uma mudança no foco da análise demográfica, ou seja, a principal tendência será uma maior preocupação com os efeitos do aumento da esperança de vida depois dos 60 anos de idade.

Os trabalhadores em faixas etárias mais avançadas, tendo em conta o aumento da esperança de vida e o aumento da idade dos *Baby Boomers*, são cada vez mais uma parte significativa da força de trabalho existente atualmente e consequentemente no futuro (European Commission, 2014). Segundo Cabral *et al.* (2013), o aumento da permanência no mercado laboral é consequência do prolongamento da vida ativa, ou seja, esta realidade implica que as organizações, tendo em consideração a idade dos indivíduos, façam adaptações no ambiente e estrutura organizacionais, para que os recursos humanos se sintam minimamente motivados para trabalhar.

As entidades empregadoras são, e continuarão a ser, fundamentalmente dependentes dos Recursos Humanos (RH) para laborar, e para isso a competitividade pelos melhores é cada vez mais elevada no meio laboral, e de acordo com André (2012) os RH são uma das vantagens competitivas que Portugal tem ao seu dispor, sendo essencial que o crescimento da economia e da competitividade de um país seja também alcançado através do investimento nas pessoas, inovação, formação ao longo da vida e qualidade na acessibilidade à educação.

Tendo em conta as necessidades de cada uma das diversas entidades, estas poderão recrutar mão-de-obra relativamente barata ou outra mais especializada (Rodrigues, 1991), que na maioria das vezes é alvo de maior competição. Segundo Costa & Pereira (2005), as diversas mudanças que ocorrem nas empresas, e que as impulsionam a anteciparem as necessidades a que terão de dar resposta, dão origem ao aumento da importância dos RH, e por conseguinte ao aumento da competitividade pelos melhores técnicos.

A adoção de políticas de formação profissional poderá ser um catalisador de maior competição, no sentido em que os indivíduos com baixa escolaridade, mas também os que necessitam de continuar a desenvolver as suas competências, podem proceder a esse desenvolvimento para depois terem a possibilidade de serem recrutados pelas organizações. É essencial não descartar a possibilidade de que o incentivo à formação profissional, por parte de muitas empresas, poderá ter apenas o objetivo destas darem resposta às suas necessidades de curto prazo, não tendo assim consideração pelo desenvolvimento das capacidades e competências dos indivíduos (Almeida, 2007).

Numa entrevista realizada ao especialista em geografia da população Jorge Malheiros este refere que “os jovens não vão ser suficientes para satisfazer as necessidades futuras”⁸ relativamente ao mercado de trabalho, tendo ainda em consideração as atuais condições de natalidade, daí também a importância na reflexão do papel dos indivíduos em idade ativa mais avançada no mercado laboral.

É verdade que o desemprego jovem possui um peso enorme em Portugal, mas é necessário considerar aquelas pessoas em faixas etárias mais avançadas, que depois de entrarem numa situação de desemprego não se conseguem reintegrar no mercado laboral rapidamente, devido a alguns obstáculos que poderão surgir. Uma elevada percentagem de

⁸ Público, 22 de janeiro de 2018: “Em breve, jovens não chegarão para satisfazer necessidades do mercado de trabalho” – ver link: <https://www.publico.pt/2018/01/22/sociedade/entrevista/jovens-nao-chegarao-para-satisfazer-necessidades-do-mercado-de-trabalho-1800128>

população ativa poderá significar a existência de recursos humanos com experiência profissional e conhecimentos especializados sobre uma determinada área, porém aumenta a probabilidade de o mercado laboral não conseguir integrar todos esses indivíduos.

Tem-se verificado uma mudança de paradigma relativamente à ideia de um indivíduo possuir um emprego para a vida toda, dedicando a sua vida a uma única entidade empregadora, ou seja, verifica-se que se pretende substituir esta perspetiva para uma que permita ao trabalhador assegurar empregabilidade durante toda a vida (Almeida, 2007). Esta é uma perspetiva fundamental permitindo que um indivíduo consiga ser reintegrado no mercado de trabalho se sair de uma ou mais entidades empregadoras, sendo que para isso, o desenvolvimento de competências transversais e específicas pode ser um aspeto fundamental.

A mudança de paradigma no sentido de promover a empregabilidade ao longo da vida ganha maior relevância, visto que aumentam os cenários de instabilidade nos recursos humanos que já se encontram no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que se tem agravado também a taxa de desemprego de longa duração (Centeno *et al.*, 2005), havendo ainda a possibilidade dos indivíduos que se encontram incluídos na taxa de desemprego de longa duração passarem à inatividade.

Tendo em conta a realidade descrita, tem sido esforço da União Europeia o incentivo à promoção da participação das mulheres e das pessoas mais velhas no mercado laboral (Eurostat, 2012), grupos onde se verificam maiores níveis de discriminação. Muito do trabalho que deve ser realizado passa pela sensibilização da população e de todas as estruturas envolvidas no mercado de trabalho e Gestão de Recursos Humanos (GRH) relativamente à importância dos indivíduos com mais de 50 anos nas organizações.

Visto que a participação dos indivíduos com idades mais avançadas no mercado de trabalho se encontra relacionada com a procura e com a oferta, as diversas políticas desenvolvidas pelas entidades governamentais são orientadas segundo esses dois fatores: por um lado adotam-se políticas que permitem combater a discriminação tendo em conta a idade, e por outro incentivam-se os indivíduos através de sanções financeiras no sentido de combater a reforma antecipada (Garcia *et al.*, 2017).

Para que os recursos humanos sejam usados mais eficientemente estes devem permanecer um maior período de tempo como mão-de-obra, e têm sido discutidos diversos efeitos positivos da atividade económica prolongada, como um melhor desempenho, maior

estabilidade das finanças públicas e uma melhoria da vida dos idosos (European Commission, 2014).

O ME assinado em 2011, alvo de posteriores alterações, possui um ponto relativo ao regime de despedimentos onde se verifica a eliminação do critério de antiguidade aquando da escolha do trabalhador que deverá ser despedido devido à extinção do posto de trabalho (Lamelas, 2015), ou seja, as entidades empregadoras encontram-se proibidas de recorrer a este critério discriminatório como forma de despedimento de recursos humanos, que poderão encontrar-se em idade ativa já avançada.

Os desafios que surgem com o envelhecimento da população não podem ficar para segundo plano quando se abordam os relacionados com a crise, pois a reforma de muitos trabalhadores não será uma opção viável atualmente, para dar resposta às necessidades da presente situação demográfica, mas sim a criação de emprego para pessoas mais velhas proporcionando a participação destas no mercado laboral (Ivic, 2013).

Habitualmente, os indivíduos com 50 ou mais anos auferem vencimentos mais elevados do que outras faixas etárias devido à sua antiguidade na organização, se for o caso, ao mesmo tempo que possuem maior estabilidade e segurança no emprego quando há maior crescimento da economia, porém durante os últimos anos, particularmente no período em que se fez notar a maior crise económica e as consequentes reestruturações, estes trabalhadores correm maior risco de perder o emprego (European Commission, 2014).

2.1.1. Indivíduos com 50 ou mais anos perante o trabalho

As entidades empregadoras, aquando da decisão de contratar trabalhadores mais velhos ou assegurar a continuidade da sua mão-de-obra, têm algumas reticências no caso da contratação (Johnson, 2007). Em muitas situações, os custos que poderão decorrer do processo de recrutamento, contratação e consequente formação dos indivíduos são um entrave à inclusão destas pessoas, visto que as organizações poderão não recuperar os custos totais de todo o processo e não retirar nenhum benefício.

De acordo com Harper *et al.*, (2006), no passado, diversas empresas foram promovendo ativamente a reforma antecipada de muitos dos seus trabalhadores, porém, com o avançar dos anos, tem-se verificado uma maior consciencialização relativamente ao potencial e à diversidade da mão-de-obra existente nas empresas, passando estas a

desenvolver estratégias no sentido de manter os seus trabalhadores mais velhos mais tempo nos seus postos de trabalho.

Tendo em conta as particularidades e os requisitos específicos dos trabalhadores em idades mais avançadas, as organizações recorrem a “*Specific Measures for Older Employees* (SMOE)” (Boockmann *et al.*, 2018) – medidas específicas para funcionários mais velhos – no sentido de atingir o anteriormente referido.

Na sua generalidade as medidas desenvolvidas têm em consideração o facto de os indivíduos mais velhos possuírem competências e requisitos diferentes dos mais jovens (Skirbekk, 2008), e tendo em conta que diversas organizações já implementam SMOE, estas poderão ser as que se encontram sintetizadas na Tabela 7, sendo ainda fundamental mencionar que nem todas as medidas poderão estar positivamente relacionadas com o aumento da permanência dos indivíduos mais velhos nos locais de trabalho.

Tabela 7. Medidas específicas para funcionários mais velhos

Medida	Descrição
Equipamento específico do local de trabalho	Aumento da iluminação do local de trabalho, do tamanho dos ecrãs e proteção contra o ruído excessivo (p.e.) para compensar determinadas restrições auditivas ou visuais dos empregados.
Redução dos requisitos de trabalho	Permite que os trabalhadores mais velhos permaneçam no emprego mais tempo, com uma carga mais reduzida, até à idade da reforma.
Grupos de trabalho de grupos etários mistos	Permite a troca de experiências, ideias e conhecimentos entre as faixas etárias tendo em conta a diversidade das suas redes sociais.
Formação padrão	Muitas organizações colocam à disposição dos trabalhadores para que consigam uma melhor adaptação à inovação, tecnologia de informação e comunicação.
Formação específica	Permite que os trabalhadores consigam dar resposta às suas necessidades específicas, podendo esta ter maior sucesso do que a formação padrão visto que é direccionada à idade.
Tempo parcial específico	Permite a melhoria na transição entre o trabalho e a reforma – contrato de trabalho mais prolongado com menos carga horária –, ao mesmo tempo que os mais jovens vão sendo incluídos nos locais de trabalho.

Fonte: Elaborado com base em Boockmann *et al.* (2018:161-162)

Em qualquer setor, os anos de experiência de um profissional, em uníssono com as perspetivas dos mais jovens, poderão ser fundamentais para o sucesso das organizações, sendo esta uma relação que terá repercussões na carreira profissional e vida pessoal de todos os atores intervenientes.

Segundo a European Commission (2014), alguns resultados relativamente ao emprego dos mais jovens (15-24 anos) e dos indivíduos com 50 ou mais anos, tendo em consideração o ciclo económico, mostram que a relação entre o emprego destas duas faixas etárias é positiva, dando origem à não competição destes no mercado de trabalho e tornando-o mais eficiente devido ao uso de todo o potencial desta mão-de-obra.

A visão dos empregadores relativamente aos trabalhadores em idades mais avançadas é fundamental para perceber em que sentido se deve trabalhar para que estes indivíduos possam ser mais facilmente integrados nas organizações, ou então virem assegurada a sua continuidade no posto de trabalho. Alguns estudos, realizados no sentido de aferir a perceção dos empregadores relativamente aos trabalhadores mais velhos, fornecem algumas indicações relativamente a estereótipos que ainda poderão existir no âmbito laboral.

Segundo McGregor & Gray (2002), os empregadores na Nova Zelândia consideravam os trabalhadores mais velhos como mais produtivos do que os mais jovens e com melhores relações interpessoais no trabalho, porém o estudo mostrou que eles achavam também que a formação desses trabalhadores era mais complicada e existia uma maior dificuldade na adaptação à evolução tecnológica (particularmente no caso dos computadores).

No mesmo sentido, estudos realizados no Canadá mostram que os gestores tinham globalmente uma visão positiva relativamente aos trabalhadores mais velhos, porém referiam que se poderiam verificar algumas dificuldades no que concerne à realização de trabalhos pesados fisicamente e no desenvolvimento de novas competências técnicas essenciais (Marshall, 2001). Especificamente no estudo realizado por Gibson *et al.* (1992), em organizações de uma região no Canadá, os autores determinaram, através da perceção dos empregadores, potenciais barreiras no acesso ao trabalho por parte de indivíduos mais velhos, destacando-se as seguintes:

- o trabalhador mais velho é visto como não tendo qualificações para desempenhar funções relacionadas com o emprego dito contemporâneo;
- estes indivíduos são vistos como mais dispendiosos no processo de contratação;
- o trabalhador mais velho é visto como sendo vítima de discriminação.

Segundo Padilla (2011), muitos empregadores consideram os seus trabalhadores mais velhos imprescindíveis na organização considerando que estes possuem uma vasta experiência profissional, competências específicas, ética no trabalho, entre outras vantagens para a organização. Contudo, de acordo com a autora, existem ainda estereótipos negativos associados aos trabalhadores mais velhos que dão origem a percepções como menor produtividade, menor adaptação à tecnologia e maior suscetibilidade a problemas de saúde.

Apesar de inúmeras vezes a percepção das entidades empregadores relativamente aos trabalhadores mais velhos ser desfavorável, o comportamento dos empregadores relativamente aos indivíduos com 50 ou mais anos começa a ser no sentido de fornecer determinadas condições adequadas a estas idades, destacando-se a supervisão de funcionários mais novos, a oferta de novos tipos de trabalho assim como a possibilidade de trabalharem menos horas do que o habitual (Harper *et al.*, 2006).

Léonard refere, assim, o discurso ambivalente, relativo à percepção dos empregadores oscilando por um lado entre uma representação “de assalariados em declínio no plano físico, menos produtivos e resistentes às mudanças técnicas e organizacionais, raramente polivalentes e móveis, pouco inclinados a investir na sua formação; e por outro, com o reconhecimento da sua sabedoria, fidelidade e experiência” (Hamzaoui *et al.*, 2017).

Em Portugal, tem sido reduzido o debate em torno das políticas que possam melhor integrar e manter os trabalhadores mais velhos nas organizações apesar de em países como a Austrália, já se ter demonstrado que ao proporcionar condições de trabalho flexíveis contribui-se para uma mão-de-obra motivada e sustentável nas organizações (SafeWork SA, 2014).

2.2. Evolução demográfica e reflexão sobre as políticas públicas

O aumento da esperança de vida e da proporção de indivíduos com mais de 60 e/ou 65 anos é uma realidade não só do presente e do passado, mas também do futuro nos países industrializados, verificando-se cada vez mais esforços de investigadores para encontrar soluções para as consequências deste panorama internacional (Ferreira *et al.*, 2006).

O envelhecimento populacional na UE comporta desafios e reflexões em diversos quadrantes políticos, destacando-se a manutenção da segurança na velhice em termos económicos, a manutenção da solidariedade entre gerações, o combate à discriminação

com base na idade e a prestação de cuidados prolongados tendo em conta a mudança nos contextos familiares e dos seus domicílios (Walker, 2002). Tendo em conta estes desafios, e apesar da UE apresentar diferenças relativamente aos sistemas de proteção social, existem objetivos comuns relativamente às políticas dos Estados-Membros e um aumento dos esforços com essa finalidade.

Os discursos que se têm verificado a nível mundial ao longo do tempo, sobre o envelhecimento da população, influenciam a formulação de políticas públicas no âmbito da UE e em específico de cada Estado-Membro (Walker, 2008). A Organização Mundial de Saúde (OMS) tem recomendado a promoção do envelhecimento ativo e precavido os vários governos para a importância das políticas públicas nesta área, sendo por isso uma das bases para o desenvolvimento de estratégias nacionais e locais sobre o envelhecimento da população (WHO, 2002).

As alterações que têm ocorrido na UE, relativamente ao envelhecimento da população, têm impacto nas políticas públicas, individualmente em cada indivíduo, no mercado de trabalho e nas famílias (Eurostat, 2012), sendo que, para dar resposta a todos os desafios, é necessário ter em consideração uma perspetiva, não só de curto prazo, mas também a longo prazo. Toda esta evolução demográfica ocorrida na Europa é um grande desafio em vários domínios das políticas públicas, desde a política familiar até às políticas do mercado de trabalho, nunca esquecendo as de educação, saúde e sistemas de proteção social, dando origem a um maior escrutínio da sustentabilidade fiscal decorrente do envelhecimento da população (European Commission, 2014).

Segundo o Eurostat (2012), de entre os desafios que surgem com o envelhecimento da população destacam-se, por exemplo, a pressão sobre os sistemas fiscais, sistemas de segurança social e orçamentos públicos, o ajustamento da economia no sentido de estar adaptada a uma mão-de-obra mais envelhecida e uma possível diminuição do mercado de trabalho, consequente da diminuição da população em idade ativa.

No início da década de 90, a Comissão Europeia criou um observatório com o objetivo de estudar o impacto das políticas nacionais no envelhecimento e nos idosos, passando o envelhecimento a integrar a política europeia (Walker, 2008). Mais tarde, o observatório viria a integrar também na sua pesquisa as questões relacionadas com o emprego e com os trabalhadores mais velhos.

Já em 2001 o Conselho Europeu de Estocolmo defendia um conjunto de estratégias que permitiriam fazer face aos desafios decorrentes do envelhecimento populacional, como a redução da dívida pública, o aumento da taxa de emprego e de produtividade e principalmente a reforma dos sistemas de pensões e de saúde (European Commission, 2014).

Segundo Lamelas (2015) *“a influência da UE no desenho das políticas públicas de cariz social assume uma dimensão que não pode ser ignorada”*. A União Europeia encontra-se assim empenhada, entre outras ações, em cumprir com a missão de promover o envelhecimento ativo, tendo sempre como base valores como a liberdade, igualdade, respeito pelos direitos humanos e dignidade humana (Comissão Europeia, 2012), combatendo ainda a exclusão social e discriminação, promovendo assim a igualdade entre homens e mulheres e a solidariedade entre gerações.

Muitas entidades empregadoras compreendem que o envelhecimento da mão-de-obra pode originar alguns problemas a longo prazo no mercado laboral, mas ainda uma pequena parte pensa que deverão ser desenvolvidas respostas no âmbito da Gestão de Recursos Humanos (GRH) – esta perceção de que deverão ocorrer adaptações na GRH é verificada essencialmente em países como a Alemanha, França e Dinamarca (European Commission, 2014).

De acordo com a European Commission (2014), as organizações encaram os vários governos como sendo os principais intervenientes aquando da implementação de políticas públicas direcionadas ao envelhecimento da população, sendo que essas políticas deverão ter como objetivos o aumento da mão-de-obra através da migração, o prolongamento da vida profissional e a utilização otimizada dos recursos humanos já existentes.

No sentido de ultrapassar as contrariedades da globalização, da desaceleração da economia e do envelhecimento da população, surge a ideia de que a combinação de políticas de proteção social, de regulação do mercado laboral, de crescimento económico e de criação de emprego será uma das soluções a considerar (Dornelas & Silva, 2012).

A formulação de políticas públicas pode ser um processo complexo para os legisladores em qualquer área de atuação. Particularmente no âmbito do envelhecimento existem ferramentas que poderão auxiliar os atores envolvidos neste processo, como por exemplo o *Active Ageing Index (AAI)* e o *AgeWatch Index (AWI)*, ambos referentes a

índices internacionais que poderão ajudar na monitorização das políticas (Ferreira *et al.*, 2017).

Segundo Ferreira *et al.*, (2017), o AAI é um índice que permite “*identificar áreas nas diferentes políticas públicas em curso suscetíveis de ampliar a contribuição das pessoas idosas*” e o AWI “*proporciona aos governos um quadro de referência para o desenvolvimento de políticas que evitem deixar para trás as pessoas mais velhas*”. No caso particular do *Active Ageing Index* este poderá ser uma importante ferramenta de diagnóstico para diferentes stakeholders, como por exemplo estudantes, investigadores, empresas e poder político, visto que poderão desenvolver estratégias para combater o envelhecimento, fundamentando-as em evidências científicas (Zaidi, 2015).

Os dois índices podem ser instrumentos fundamentais para que os diversos governos tenham uma maior sensibilidade relativamente às políticas relacionadas com o envelhecimento em que deverão colocar um maior enfoque, para que assim os indivíduos mais velhos vejam a sua integração ativa na sociedade assegurada.

2.3. Proteção no emprego e desemprego em Portugal

No seio da UE o debate relativamente à manutenção e sustentabilidade dos indivíduos em idade ativa mais avançada no mercado laboral tem sido mais intenso, e diversas recomendações têm sido adaptadas à realidade de cada Estado-Membro. É disso exemplo a implementação da Estratégia Europeia para o Emprego (EEE), já discutida durante vários anos, no sentido de serem integradas as políticas de emprego de cada Estado-Membro segundo as diretrizes comunitárias (Centeno *et al.*, 2005).

A proteção no desemprego é um dos alicerces dos sistemas de proteção social de todos os países. A crise económica de 2008 deu origem a um conjunto de mudanças em diversos Estados no que concerne às diversas políticas públicas, e no que diz respeito ao envelhecimento da população, de acordo com Walker (2002), o desenvolvimento de políticas públicas nesta área tem sido afetado pela pressão exercida por instituições internacionais como o Banco Mundial e o FMI no sentido dos Estados reformularem os seus sistemas de proteção social.

Em Portugal, a intervenção externa deu também origem a alterações e/ou adaptações nas políticas referentes à proteção no emprego e no desemprego, resultando em alguns casos no retrocesso e em desvantagens para as pessoas. Por um lado, com a assinatura do ME, verificou-se a diminuição da legislação de proteção no emprego,

encontrando-se as reformas estruturais associadas, principalmente, a dois pontos: 1) redução das indemnizações aos trabalhadores em caso de despedimento por parte das entidades empregadoras; 2) diminuição da proteção no caso dos despedimentos por inadaptação do trabalhador, facilitando assim o despedimento por justa causa (União Europeia, 2011).

Por outro lado, no caso da proteção no desemprego, verificou-se a diminuição do valor das prestações e do tempo de beneficiação das mesmas, porém ocorreu o comprometimento para que o acesso às mesmas fosse facilitado e que um maior número de desempregados fosse elegível. Em 2012 existiam três principais prestações a que os trabalhadores poderiam recorrer em caso de desemprego (Silva & Pereira, 2012):

- Subsídio de Desemprego (SD);
- Subsídio Social de Desemprego (SSD) Inicial e Subsequente;
- Rendimento Social de Inserção (RSI).

Algumas das recomendações relativas ao desenvolvimento de políticas públicas direcionadas ao emprego e mercado de trabalho, incluídas no Memorando de Entendimento assinado em 2011, vão ao encontro da *Estratégia Europa 2020*, criada com o objetivo de preparar a economia da Europa para os próximos anos através do crescimento sustentável (Lamelas, 2015).

Segundo Johnson (2007), o número de trabalhadores mais velhos irá aumentar nos próximos anos, porém as taxas de emprego para as faixas etárias mais avançadas poderão não acompanhar esse aumento, visto que dependerá essencialmente da taxa de procura destes indivíduos. As decisões relativamente ao emprego destes trabalhadores dependem muitas vezes dos custos associados a estes e da perceção relativamente à produtividade que eles oferecem.

Aquando a associação entre a “diminuição da produtividade” de trabalhadores em idades ativas mais avançadas e a diminuição dos seus vencimentos, poderá verificar-se também a diminuição na intensidade da procura de um novo emprego por parte destes indivíduos (Ichino *et al.*, 2017). Contudo, e encontrando-se muitas vezes estes trabalhadores a poucos anos de atingir a idade da reforma, existe uma maior disposição para estes aceitarem, por exemplo, reduções salariais no sentido de encontrarem mais rapidamente um novo emprego.

A contratação de trabalhadores mais velhos dependerá sempre da mão-de-obra disponível no mercado laboral e das necessidades das organizações, pois estas terão sempre como principal objetivo “*maximizar o seu benefício com a contratação*” (Pinto, 2014).

2.3.1. Medidas legislativas direcionadas aos indivíduos entre os 50 e os 64 anos

No período antecedente e procedente ao ano 2008, ano do despoletar da crise económica, inúmeras medidas foram sendo legisladas pelos diversos governos da República Portuguesa. Por ordem cronológica encontram-se sintetizadas algumas das principais medidas legislativas com impacto nos indivíduos em idade ativa mais avançada.

Em 2003, com a criação do Decreto-Lei n.º 84/2003 de 24 de abril do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2003), institui-se o Programa de Emprego e Proteção Social (PEPS) que consiste num conjunto de medidas temporárias de emprego e proteção social para indivíduos em situação de desemprego. Essas medidas, para além da atribuição de subsídios temporários de desemprego, incluem outras como a antecipação do acesso à pensão de velhice, para os 58 anos, por parte de desempregados – à data do desemprego, os trabalhadores teriam de possuir “idade igual ou superior a 55 anos”, “terem completado aos 55 anos, 30 anos com registo de remunerações” e tenham “completado um período de 30 meses de concessão de um dos subsídios de desemprego”.

Estas medidas formuladas em 2003 servem apenas para atenuar os efeitos da vulnerabilidade do mercado de trabalho à data, sendo o principal enfoque os indivíduos em situação de maior fragilidade, assim como os grupos etários que tenham maior dificuldade de reintegrar o mercado laboral – no caso dos trabalhadores mais velhos observa-se essencialmente o incentivo à reforma antecipada.

Com o objetivo de reparar a situação de desemprego de diversos trabalhadores, em 2006, são estabelecidas medidas ativas⁹ e passivas¹⁰ nesse sentido (Decreto-Lei n.º 220/2006 de 3 de Novembro do Ministério da Trabalho e da Segurança Social, 2006). A atribuição do SD e do SSD inicial ou subsequente ao SD são constituídas como medidas passivas, enquanto as medidas ativas incluem o pagamento global das prestações de

⁹ As medidas ativas permitem a capacitação dos indivíduos desempregados com os meios necessários que lhes permitam minimizar a duração da sua situação de desempregado, sendo a formação e os subsídios à criação de emprego as principais medidas (Centeno & Novo, 2008).

desemprego no sentido de o indivíduo criar o seu próprio emprego, e ainda é dada a possibilidade de o trabalhador receber o subsídio de desemprego parcial enquanto estiver a trabalhar também a tempo parcial.

No sentido de aumentar os níveis de empregabilidade e a reinserção no mercado laboral dos indivíduos em situação de desemprego, a Portaria n.º 128/2009 de 30 de janeiro de 2009 do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (2009) vem regulamentar as medidas “Contrato emprego-inserção” e “Contrato emprego-inserção+”. Com estas medidas, os desempregados que beneficiem de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego e rendimento social de inserção realizarão o denominado “trabalho socialmente necessário¹⁰” – de entre os beneficiários destas medidas, para além de indivíduos com deficiências e/ou incapacidades, desempregados de longa duração e ex-reclusos, encontram-se abrangidos os trabalhadores desempregados com 55 ou mais anos.

A Portaria n.º 131/2009 de 30 de janeiro do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2009) regulamenta o programa de Estágios Qualificação-Emprego, sendo um dos objetivos o apoio aos desempregados para que estes sejam incluídos na vida ativa. Os destinatários são essencialmente indivíduos com 35 ou mais anos que estejam à procura do primeiro emprego, ou de outro, existindo a seguinte particularidade nas bolsas de estágio comparticipadas pelo IEFP: se o estagiário tiver 45 ou mais anos a bolsa é comparticipada a 60%, sendo o valor da comparticipação atualizado para 75% através da Portaria n.º 262/2009 de 12 de março do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2009).

A Portaria n.º 3-A/2013 de 4 janeiro do Ministério da Economia e do Emprego (2013) cria a medida de apoio à contratação de desempregados com 45 ou mais anos, inscritos no centro de emprego há pelo menos 6 meses, e indivíduos inativos, através do reembolso de uma percentagem da Taxa Social Única paga pela entidade empregadora.

O Decreto-Lei n.º 13/2015 de 26 de janeiro do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (2015:570-571), no que concerne às políticas de emprego, apresenta alguma reflexão relativamente à inclusão dos grupos mais desfavorecidos no

¹⁰ As medidas passivas têm como principal objetivo garantir uma fonte de rendimento durante o período em que o indivíduo se encontre desempregado. Estas medidas são essenciais para quem não tem capacidade de se autofinanciar enquanto procura um novo emprego, sendo a principal o subsídio de desemprego (Centeno & Novo, 2008).

¹¹ Entende-se por trabalho socialmente necessário a “*realização de atividades (...) que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias, prestadas em entidades pública ou privada sem fins lucrativos*” (Portaria n.º 128/2009 de 30 de janeiro de 2009 do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 2009).

mercado de trabalho, diminuição do desemprego e continuidade dos trabalhadores mais velhos nas organizações. Assim, no Artigo 3.º do presente decreto-lei destacam-se os seguintes objetivos específicos:

- *“f) Promover a permanência dos trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho”;*
- *“g) Promover a inserção socioprofissional das pessoas com deficiência e incapacidade e de outros grupos mais desfavorecidos no mercado de trabalho, nomeadamente os afetados pela pobreza e exclusão social”;*
- *“i) Atuar preventivamente sobre o desemprego, em particular evitando a passagem para o desemprego de longa duração”;*
- *“m) Promover a igualdade de género no acesso e condições do mercado de trabalho”;*
- *“o) Assegurar a eficácia da proteção social em situação de desemprego, estimulando a procura ativa de emprego”.*

Segundo este decreto-lei são promovidos e financiados alguns programas e/ou medidas com a finalidade de cumprir os objetivos da política de emprego, incluindo os anteriormente enumerados.

A Portaria n.º 34/2017 de 18 de janeiro de 2017 do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2017), regula a criação da medida “Contrato-Emprego”, para serem concretizados os objetivos da política de emprego especificados no Decreto-Lei n.º 13 de 26 de janeiro de 2015, sendo atribuída à entidade empregadora um apoio financeiro aquando da contratação de um indivíduo inscrito no IEFP. Os destinatários serão, assim, todos os indivíduos e grupos mais afetados pelo desemprego em toda a sua dimensão, porém, no caso específico da manutenção dos indivíduos mais velhos no mercado de trabalho, não são enumeradas quaisquer medidas concretas para esse efeito.

No mesmo sentido, e com o objetivo de incentivar as organizações a contratarem jovens que estejam à procura do primeiro emprego e desempregados de longa e muito longa duração, o Decreto-Lei n.º 72/2017 de 21 de junho do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (2017) tem como principais beneficiários os atores anteriormente referidos, sendo que no caso dos desempregados de muito longa duração são tidos em conta os trabalhadores com 45 ou mais anos inscritos no IEFP há 25 ou mais meses.

Em suma, observa-se que nas últimas medidas legislativas existe um retrocesso no que diz respeito à reforma antecipada. Enquanto em 2003 o acesso foi antecipado para os 58 anos, nos últimos anos desenvolveu-se um conjunto de medidas no sentido de promover a permanência e inclusão dos indivíduos mais tempo nas organizações, restringindo e penalizando ainda o acesso à reforma antecipada.

Capítulo III

3. Metodologia

Em qualquer investigação, a clarificação do processo metodológico e dos métodos utilizados é essencial, sendo que os métodos de recolha dos dados podem variar tendo em conta o tipo de estudo que se pretenda realizar.

O presente estudo foi estruturado em torno de duas fases. Numa primeira fase, para caracterizar de uma forma global a população portuguesa, e perceber a evolução do (des)emprego no grupo etário dos 50 aos 64 anos, recorreu-se à análise de dados secundários. Numa segunda fase, foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas no sentido de obter a perspetiva pessoal de pessoas com idades entre os 50 e os 64 anos, tendo em consideração a sua situação perante o trabalho.

3.1. Objetivos do estudo

O estudo empírico realizado teve como principal enfoque a análise do emprego e desemprego nos indivíduos com idades compreendidas entre os 50 e os 64 anos.

Podem-se distinguir dois objetivos da investigação efetuada: por um lado pretendeu-se, de uma forma geral, caracterizar a população portuguesa segundo o sexo, o grupo etário e as habilitações literárias, e por outro lado analisar em particular o grupo etário dos 50 aos 64 anos tendo em conta as variáveis enumeradas, assim como a situação relativamente ao emprego e desemprego destes indivíduos. Por outro lado, e com a finalidade de obter uma perspetiva do ponto de vista das pessoas entre os 50 e os 64 anos, foram realizadas 4 entrevistas a indivíduos em situações distintas perante o trabalho.

3.2. Método

A comparação é uma das ferramentas fundamentais da análise. Segundo Collier (1993), o método comparativo proporciona ao investigador a melhoria da capacidade descritiva e desempenha um papel essencial na formação de conceitos, realçando as semelhanças e diferenças que poderão existir entre diversos casos. A utilização de comparações tem como principal objetivo a compreensão descritiva de processos e mecanismos centrais na análise (Santo, 2015).

Este método permite uma comparação ao longo do tempo e entre diversas situações com maior objetividade, e tendo em consideração que proporciona maior facilidade na compreensão, nomeadamente dos dados analisados, adotou-se este método na análise dos dados recolhidos do ano 2001 e 2011 no sentido de verificar a evolução existente no período de 10 anos. Para além destes, a análise incidirá também sobre os dados relativos ao período de 2012 a 2017.

3.2.1. Dados Secundários

Segundo Quivy & Campenhoudt (1998), a utilização de dados secundários é bastante vantajosa na realização de análises demográficas, socioeconómicas, das mudanças a nível social, entre outras, podendo a recolha ser realizada a partir de documentos eletrónicos ou impressos, bases de dados e/ou publicações de estatística facultadas por entidades oficiais (inter)nacionais – INE, OMS e OCDE (p.e.) – ou de outro âmbito (Ramos, 2008).

A recolha de dados secundários na área das Ciências Sociais poderá considerar duas variantes distintas – recolha de dados estatísticos ou documentos de texto de diversos organismos –, permitindo ao investigador a procura de outras informações relevantes que lhe possibilitem a análise de outro fenómeno, como por exemplo a utilização de dados sobre o desemprego/emprego (Quivy & Campenhoudt, 1998a).

Sendo o emprego e o desemprego fenómenos sociais, o recurso a estes dados na investigação é fundamental, tendo sido retirados da base de dados do INE elementos relativos ao emprego e desemprego da população portuguesa – Censos da população dos anos 2001 e 2011. No mesmo sentido, foram analisados dados mais recentes relativos ao emprego, desemprego e inatividade, tendo como referência os Inquéritos ao Emprego de 2012 a 2017.

3.2.2. Entrevistas

De acordo com Bell (2005), a adaptabilidade é a grande vantagem de realizar uma entrevista. A relação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado é essencial, pois no decorrer da mesma o entrevistador poderá investigar algumas respostas e motivos que os questionários, por exemplo, não conseguem fazer. Para além disto, a forma como o

entrevistado responde (p.e. comunicação não verbal) fornece outras informações que não seriam possíveis de obter através de questionários.

A entrevista pode-se apresentar em três tipos distintos: estruturada, semiestruturada e não estruturada. Na presente investigação, a entrevista semiestruturada foi importante no sentido de obter respostas para as questões previamente delineadas, não sendo estas colocadas por uma ordem pré-estabelecida (Bell, 2005; Quivy & Campenhoudt, 1998b).

Neste sentido, as entrevistas foram realizadas a 4 indivíduos do Concelho de Estarreja (Aveiro), que se encontravam nas seguintes condições perante a atividade económica:

- 1 Empregado: trabalhador por conta própria – 55 anos, sexo masculino, 7º ano de escolaridade;
- 1 Desempregado – 50 anos, sexo feminino, 11º ano de escolaridade;
- 1 Reformado – 64 anos, sexo masculino, 9º ano de escolaridade;
- 1 Doméstico – 57 anos, sexo feminino, 6º ano de escolaridade.

Capítulo IV

4. Emprego/Desemprego, Atividade e Percepção sobre o Trabalho

4.1. Análise dos Dados

Na presente análise, entre os anos 2001 e 2011, são considerados os dados absolutos e percentuais referentes à população residente:

- Por grupo etário, grau de escolaridade e sexo;
- Com mais de 15 anos por grupo etário, sexo e principal meio de vida;
- Com mais de 15 anos por grupo etário, sexo e condição perante a atividade económica;
- Com mais de 15 anos por grupo etário, sexo, condição perante a atividade económica e grau de escolaridade;
- Empregada por grupo etário, grau de escolaridade e sexo;
- Empregada por situação na profissão e sexo.
- Desempregada por grupo etário, grau de escolaridade e sexo;

Para além destes dados, encontram-se também analisados os seguintes dados relativos ao período 2012-2017:

- População empregada por sexo, grupo etário, escolaridade e situação na profissão;
- População desempregada por sexo, grupo etário e escolaridade;
- População inativa, com 15 ou mais anos, grupo etário, sexo e condição perante a atividade económica.

4.1.1. Caraterização global da população residente por grupo etário, sexo e escolaridade

No ano 2001, a percentagem da população entre os 50 e os 64 anos a residir em Portugal era aproximadamente igual à população residente com 65 ou mais anos (Tabela 8) – diferença inferior a 1% -, passando em 2011 a diferença existente entre os dois grupos etários a ser apenas de 0,3% (Tabela 9).

Em 2001 o grupo etário dos 25 aos 49 anos representava o maior conjunto de indivíduos residentes em Portugal (36,3%), seguido do grupo dos 0 aos 24 anos (30,3%). Relativamente à população residente com qualificação académica verifica-se que a partir do grupo etário dos 25 aos 49 anos o número de indivíduos diminuiu, enquanto na população residente sem qualificação o grupo etário dos 0 aos 24 anos representava a maior parcela da população portuguesa – observa-se também que quanto mais avançado fosse o grupo etário mais indivíduos existiam sem qualquer qualificação.

Especificamente no nível de qualificação académica, mais de 55% da população tinha apenas o ensino básico – o grupo etário mais atingido era do 25-49 anos (23,4%) –, sendo que na maioria dos grupos etários existia um maior número de indivíduos do sexo feminino com este nível de ensino. No que respeita aos ensinos secundário e superior observa-se que o grupo etário dos 25 aos 49 anos era também o mais expressivo com 5,9% e 4,6%, respetivamente.

Considerando os indivíduos em idade ativa mais avançada, observa-se que no grupo dos 50 aos 64 anos encontravam-se compreendidos 1.764.884 indivíduos, representando 17,0% da população total residente, dos quais 13,2% possuíam qualificação e 3,8% não tinham qualquer nível de escolaridade. Relativamente aos indivíduos sem qualificações observa-se que o número de mulheres era mais de duas vezes superior ao dos homens.

Neste grupo etário observa-se que mais de metade dos indivíduos tinha apenas o ensino básico (10,9%), verificando-se maior incidência no sexo masculino, e no caso do ensino superior, este apenas era inferior ao secundário em 2.828 indivíduos. Verifica-se ainda que existiam mais indivíduos do sexo masculino com os ensinos secundário e superior, sendo que a diferença entre os sexos no superior era praticamente nula – existiam mais 906 homens do que mulheres.

Tabela 8. População residente por grupo etário e escolaridade em 2001 (%)

Qualificação Académica	Total	0-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	100,0	30,3	36,3	17,0	16,4
Sem Qualificação	26,4	11,6	2,2	3,8	8,8
Com Qualificação	73,6	18,7	34,2	13,2	7,6
Ensino Básico	55,4	14,6	23,4	10,9	6,5
Ensino Secundário	11,0	3,6	5,9	1,0	0,5
Ensino Médio	0,6	0,0	0,2	0,2	0,2
Ensino Superior	6,5	0,5	4,6	1,0	0,4

Fonte: INE, Censos 2001

Dez anos depois, o grupo etário dos 25 aos 49 anos continuava a compreender o maior número de indivíduos residentes (36,0%). Relativamente à população residente com qualificação académica verifica-se que a partir do grupo etário dos 25 aos 49 anos o número de indivíduos diminuiu, enquanto na população residente sem qualificação quanto mais avançado fosse o grupo etário mais indivíduos existiam sem qualquer qualificação.

Especificamente no nível de qualificação académica, quase 6 milhões de pessoas tinha apenas o ensino básico, correspondente a 56,0% da população, sendo que a partir do grupo etário dos 50 aos 64 anos existia um maior número de indivíduos do sexo feminino com este nível de ensino. No que respeita aos ensinos secundário e superior verifica-se que o grupo etário dos 25 aos 49 anos era o mais expressivo em ambas as escolaridades com 9,0% e 9,5%, respetivamente.

Considerando os indivíduos em idade ativa mais avançada, observa-se que no grupo dos 50 aos 64 anos estavam incluídos 2.034.752 indivíduos, representando 19,3% da população total residente, dos quais 18,7% dos indivíduos possuíam qualificação e 0,6% não tinham qualquer nível de escolaridade. Observa-se ainda que nesta situação existiam aproximadamente mais 7.000 mulheres sem escolaridade do que homens.

Neste grupo etário observa-se que mais de metade dos indivíduos tinha apenas o ensino básico (14,1%), verificando-se maior incidência no sexo feminino, e no caso do ensino superior, este apenas era superior ao secundário em 0,1% (140.424 indivíduos). Observa-se ainda que existiam aproximadamente mais 6.000 homens com o ensino secundário, relativamente às mulheres, e o número de homens com o ensino superior era inferior.

Tabela 9. População residente por grupo etário e escolaridade em 2011 (%)

Qualificação Académica	Total	0-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	100,0	25,7	36,0	19,3	19,0
Sem Qualificação	8,5	3,4	0,6	0,6	3,9
Com Qualificação	91,5	22,3	35,4	18,7	15,1
Ensino Pré-Escolar	2,5	2,5	0,0	0,0	0,0
Ensino Básico	56,0	12,1	16,3	14,1	13,4
Ensino Secundário	16,8	4,9	9,0	2,2	0,7
Ensino Superior	15,4	2,6	9,5	2,3	1,0

Fonte: INE, Censos 2011

Em termos absolutos, observa-se que a população residente em Portugal aumentou mais de 200 mil habitantes entre 2001 e 2011, sendo o grupo etário dos 25 aos 49 anos o que tinha maior relevo na sociedade portuguesa em ambos os anos – a população do grupo 0-24 anos diminuiu e dos 50-64 e 65 ou mais anos aumentou (Tabela 10).

Tabela 10. População residente por grupo etário e escolaridade, em 2001 e 2011 (Nº)

ZONA GEOGRÁFICA / Nível de Escolaridade	Ano	Total	0-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	2001	10 356 117	3 136 189	3 761 551	1 764 884	1 693 493
	2011	10 562 178	2 719 644	3 797 718	2 034 752	2 010 064
Sem Escolaridade	2001	2 732 254	1 199 899	224 161	397 576	910 618
	2011	895 140	359 796	60 689	61 862	412 793
Com Escolaridade	2001	7 623 863	1 936 290	3 537 390	1 367 308	782 875
	2011	9 667 038	2 359 848	3 737 029	1 972 890	1 597 271
Ensino Pré-Escolar	2001	0	0	0	0	0
	2011	261 805	261 805	0	0	0
Ensino Básico	2001	5 739 356	1 512 647	2 427 413	1 129 493	669 803
	2011	5 912 398	1 276 046	1 723 892	1 492 483	1 419 977
Ensino Secundário	2001	1 143 448	376 950	610 474	108 064	47 960
	2011	1 770 324	512 795	948 432	235 057	74 040
Ensino Médio/Pós-secundário	2001	66 965	0	18 814	24 515	23 636
	2011	92 611	35 132	57 479	0	0
Ensino Superior	2001	674 094	46 693	480 689	105 236	41 476
	2011	1 629 900	274 070	1 007 226	245 350	103 254

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Aquando a análise da escolaridade constata-se que de 2001 para 2011 o número de indivíduos sem escolaridade diminuiu cerca de 1 milhão e 800 mil, enquanto o número de indivíduos com qualificações aumentou mais de 2 milhões em 10 anos. O nível de ensino básico continuou em 2011 a ser o mais presente na população portuguesa, verificando-se ainda que passados 10 anos os ensinos secundário e superior viram aumentadas as suas percentagens de incidência na população – ensino superior aumentou quase 9% (8,9%) e o ensino secundário 5,8%.

Quando é efetuada a análise dos indivíduos em idade ativa mais avançada na sociedade portuguesa verifica-se que o número de residentes entre os 50 e os 64 anos aumentou 2,3% em 10 anos (208.006 indivíduos), continuando o sexo feminino em maior número.

A percentagem de indivíduos com qualificação académica aumentou 5,5%, enquanto o número de indivíduos sem qualificações sofreu uma diminuição de 335.714, correspondente a 3,2%. Enquanto em 2001 existiam mais homens com qualificações, em 2011 a situação inverteu-se, e no caso dos indivíduos sem escolaridade observa-se que as mulheres continuaram a aparecer em maior número.

Verifica-se ainda que os indivíduos entre os 50 e os 64 anos de idade tinham maioritariamente o ensino básico, mas em 10 anos aumentou ainda o número de indivíduos com os ensinos secundário e superior – enquanto em ambos os anos existiam mais homens com ensino secundário do que mulheres, quando se analisam os indivíduos com ensino superior constata-se que em 2001 existiam mais homens e em 2011 mais mulheres.

No Anexo I encontram-se apresentadas duas tabelas gerais em valores absolutos referentes à população total residente em Portugal nos anos 2001 e 2011, tendo em conta os grupos etários, o sexo e a escolaridade.

4.1.2. Caraterização da população residente com 15 ou mais anos por grupo etário, sexo e principal meio de vida

Em 2001 a população em idade ativa encontrava-se essencialmente incluída no grupo etário dos 25-49 anos (43,2%), apresentando-se o grupo dos 50-64 anos, 65 e mais anos e 15-24 anos com percentagens semelhantes – 20,3%, 19,5% e 17,0% respetivamente (Tabela 11).

Verifica-se que o trabalho, a pensão/reforma e estar a cargo da família eram os principais meios de vida, com percentagens de 52,6%, 23,8% e 17,7%, respetivamente – no trabalho existiam mais homens do que mulheres, enquanto o sexo feminino apresentava como principais meios de vida a reforma/pensão e o estar a cargo da família.

Considerando os indivíduos com 15 ou mais anos em idade ativa mais avançada, observa-se que 9,9% dos indivíduos do grupo dos 50 aos 64 anos tinha como principal meio de vida o trabalho, seguido da pensão/reforma com 5,4% e estar a cargo da família com 2,9%. Observa-se ainda que relativamente ao subsídio de desemprego, o grupo etário

dos 50-64 anos representava quase metade da população total que beneficiava do subsídio como principal meio de vida, correspondendo esta situação a 0,8%.

Ainda neste grupo etário, constata-se que no trabalho e no subsídio de desemprego existiam mais homens do que mulheres, enquanto na pensão/reforma ou encontrar-se a cargo da família o número de mulheres era superior.

Tabela 11. População em idade ativa por grupo etário e principal meio de vida em 2001 (%)

Principal Meio de Vida	Total	15-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	100,0	17,0	43,2	20,3	19,5
Trabalho	52,6	7,0	34,9	9,9	0,8
Rendimentos da propriedade e da empresa	0,6	0,0	0,2	0,3	0,2
Subsídio de desemprego	2,2	0,3	1,1	0,8	0,0
Subsídio por acidente de trabalho/doença profissional	0,4	0,0	0,2	0,2	0,0
Outros subsídios temporários	0,2	0,0	0,1	0,1	0,0
Rendimento Mínimo Garantido	0,5	0,1	0,3	0,1	0,0
Pensão / Reforma	23,8	0,1	1,0	5,4	17,4
Apoio social	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1
A cargo da família	17,7	9,3	4,7	2,9	0,8
Outra situação	1,6	0,2	0,6	0,5	0,1

Fonte: INE, Censos 2001

Passados dez anos, a grande parcela da população em idade ativa tinha entre os 25 e os 49 anos (42,2%), encontrando-se o grupo dos 50-64 anos como o segundo mais representado com 22,6%, e os indivíduos com 65 e mais anos com 22,4% (Tabela 12).

Verifica-se que o trabalho, a pensão/reforma e estar a cargo da família eram os principais meios de vida, com 48,2%, 27,4% e 15,4%, respetivamente – quando o principal meio de vida é o trabalho existem mais homens do que mulheres, enquanto o sexo feminino apresentava como principais meios de vida a reforma/pensão e o estar a cargo da família.

Quando se consideram os indivíduos com 15 ou mais anos em idade ativa mais avançada, observa-se que 11,3% dos indivíduos do grupo dos 50 aos 64 anos tinha como principal meio de vida o trabalho, seguido da pensão/reforma com 5,8% e estar a cargo da família com 2,6%. Verifica-se ainda que relativamente ao subsídio de desemprego, o grupo etário dos 50-64 anos representava 1,2% dos indivíduos que tinham este subsídio como principal meio de vida.

Neste grupo etário observa-se, ainda, que no trabalho e no subsídio de desemprego como meios de vida existiam mais indivíduos do sexo masculino, e quando o principal

meio de vida é a pensão/reforma ou encontrar-se a cargo da família existem mais mulheres do que homens.

Tabela 12. População em idade ativa por grupo etário e principal meio de vida em 2011 (%)

Principal Meio de Vida	Total	15-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	100,0	12,8	42,2	22,6	22,4
Trabalho	48,2	3,3	33,0	11,3	0,6
Pensão / Reforma	27,4	0,0	0,8	5,8	20,7
Subsídio de desemprego	3,3	0,2	1,9	1,2	0,0
Subsídio por acidente de trabalho/doença profissional	0,2	0,0	0,1	0,1	0,0
Rendimento social de inserção	1,2	0,1	0,7	0,3	0,0
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	0,6	0,0	0,3	0,2	0,0
Rendimento da propriedade ou da empresa	0,5	0,0	0,1	0,2	0,1
Apoio social	0,4	0,1	0,2	0,1	0,1
A cargo da família	15,4	8,4	3,8	2,6	0,7
Outro	2,9	0,6	1,2	0,8	0,2

Fonte: INE, Censos 2011

Tendo como auxílio os valores absolutos apresentados na Tabela 13, no espaço temporal de 10 anos a população em idade ativa em Portugal sofreu um aumento de 290.334 indivíduos – o número de indivíduos aumentou em ambos os sexos, sendo no sexo feminino mais acentuado.

Tabela 13. População em idade ativa por grupo etário, em 2001 e 2011 (Nº)

ZONA GEOGRÁFICA / Principal Meio de Vida	Ano	Total	15-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	2001	8 699 515	1 479 587	3 761 551	1 764 884	1 693 493
	2011	8 989 849	1 147 315	3 797 718	2 034 752	2 010 064
Trabalho	2001	4 579 640	609 057	3 038 510	860 176	71 897
	2011	4 335 856	294 090	2 965 670	1 020 039	56 057
Rendimentos da propriedade e da empresa	2001	55 328	839	15 336	22 975	16 178
	2011	40 733	709	11 579	17 064	11 381
Subsídio de desemprego	2001	190 463	22 139	97 790	70 087	447
	2011	299 147	13 588	173 584	111 795	180
Subsídio temporário por acidente de trabalho ou doença profissional	2001	36 779	1 497	16 981	16 498	1 803
	2011	18 986	520	8 914	8 971	581
Outros subsídios temporários	2001	19 851	3 986	8 950	5 840	1 075
	2011	51 207	4 446	30 102	15 847	812
Rendimento Mínimo Garantido/Rendimento Social de Inserção	2001	46 357	4 806	25 731	12 610	3 210
	2011	105 911	12 074	64 336	27 359	2 142
Pensão / Reforma	2001	2 074 443	5 206	87 581	472 019	1 509 637
	2011	2 459 338	4 442	76 235	520 745	1 857 916
Apoio social	2001	25 631	6 539	9 380	4 965	4 747
	2011	39 622	12 105	15 457	7 389	4 671
A cargo da família	2001	1 536 075	805 008	405 226	254 168	71 673
	2011	1 382 836	751 584	341 981	230 244	59 027
Outra situação	2001	134 948	20 510	56 066	45 546	12 826
	2011	256 213	53 757	109 860	75 299	17 297

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Relativamente ao grupo etário que abrangia um maior número de indivíduos em idade ativa, na sociedade portuguesa, este manteve-se entre os 25 e os 49 anos.

Os principais meios de vida continuavam a ser o trabalho, a pensão/reforma e o estar a cargo da família, sofrendo a pensão/reforma um aumento de 3,6% no número de indivíduos abrangidos, enquanto o trabalho como meio de vida diminuiu 4,4% e os indivíduos que se encontravam a cargo da família diminuíram também 2,3%.

Quando se analisam especificamente os indivíduos com 15 ou mais anos em idade ativa mais avançada verifica-se que no grupo etário 50-64 anos aumentaram as percentagens do trabalho e da pensão/reforma como principais meios de vida – aumento de 1,4% e 0,4% respetivamente. Relativamente ao subsídio de desemprego, observa-se que tanto em 2001 como em 2011 o grupo dos 50 aos 64 anos representava uma das grandes parcelas da população que usufruía deste meio de vida – em 10 anos ocorreu o aumento de 0,4% (41.708 indivíduos).

Em sentido inverso, a percentagem de indivíduos que se encontravam a cargo da família diminuiu 0,3% (23.924 indivíduos) continuando a existir mais mulheres com este meio de vida do que homens.

No Anexo II encontram-se apresentadas duas tabelas gerais com valores absolutos referentes à população total residente em Portugal com mais de 15 anos nos anos 2001 e 2011, tendo em conta os grupos etários, o sexo e o principal meio de vida.

4.1.3. Caraterização da população residente com 15 ou mais anos por grupo etário, sexo e condição perante a atividade económica

Em 2001, no conjunto da população residente com 15 ou mais anos, 57,4% dessa população encontrava-se ativa e 42,6% inativa (Tabela 14) – existiam mais indivíduos do sexo masculino ativos e do sexo feminino inativos.

No que diz respeito à população ativa, o grupo etário que englobava um maior número de indivíduos era dos 25 aos 49 anos (37,1%), enquanto na população inativa existia maior incidência a partir dos 50 anos de idade. Relativamente à população inativa, os reformados, os estudantes e os domésticos representavam a maior parcela da população que se encontrava sem atividade com 22,2%, 7,8% e 7,0%, respetivamente – em qualquer uma das condições os indivíduos do sexo feminino encontravam-se em maior número relativamente aos homens.

Considerando os indivíduos com 15 ou mais anos em idade ativa mais avançada, observa-se que 10,9% dos indivíduos do grupo dos 50 aos 64 anos encontravam-se ativos e 9,4% sem atividade – constata-se um número superior de homens com atividade económica e de mulheres inativas. No caso dos indivíduos inativos as principais condições eram a de reformado (4,8%) e a de doméstico (2,9%).

Tabela 14. Condição perante a atividade económica e grupo etário em 2001 (%)

Condição Perante a Atividade Económica	Total	15-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	100,0	17,0	43,2	20,3	19,5
População ativa	57,4	8,4	37,1	10,9	1,0
População empregada	53,5	7,3	35,0	10,1	1,0
População desempregada	3,9	1,0	2,1	0,8	0,0
População inativa	42,6	8,6	6,2	9,4	18,4
Estudantes	7,8	7,4	0,4	0,0	0,0
Domésticos	7,0	0,3	3,1	2,9	0,8
Reformados, aposentados ou na reserva	22,2	0,0	0,6	4,8	16,7
Incapacitados permanentemente para o trabalho	2,0	0,1	0,6	0,7	0,7
Outra situação	3,5	0,8	1,4	1,0	0,3

Fonte: INE, Censos 2001

No ano 2011, a população residente com 15 ou mais anos que se encontrava ativa representava 55,9% e a inativa 44,1% (Tabela 15), verificando-se a existência de mais indivíduos do sexo masculino ativos e do sexo feminino inativos.

Relativamente à população ativa, o grupo etário dos 25-49 anos (37,2%) representava a maioria da população que possuía atividade económica, enquanto no caso da população inativa os grupos etários dos 50-64 anos e 65 ou mais anos eram os principais grupos que não tinham qualquer atividade. No que diz respeito à população inativa, os reformados, estudantes e domésticos representavam a maioria da população inativa com 26,0%, 7,3% e 4,7%, respetivamente – nestas condições o sexo feminino encontrava-se em maior número comparativamente aos homens.

Quando considerados os indivíduos com 15 ou mais anos em idade ativa mais avançada, constata-se que 13,1% dos indivíduos do grupo dos 50 aos 64 anos se encontravam ativos e 9,5% sem atividade económica – mais homens com atividade económica e mais mulheres inativas – sendo, no caso dos indivíduos inativos, a principal condição a de reformado (5,1%), doméstico (2,2%) e outros casos (1,4%).

Tabela 15. Condição perante a atividade económica e grupo etário em 2011 (%)

Condição Perante a Atividade Económica	Total	15-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	100,0	12,8	42,2	22,6	22,4
População ativa	55,9	4,8	37,2	13,1	0,8
Empregados	48,5	3,5	32,9	11,4	0,8
Desempregados	7,4	1,3	4,3	1,7	0,0
População inativa	44,1	8,0	5,1	9,5	21,6
Estudantes	7,3	6,9	0,4	0,0	0,0
Domésticos	4,7	0,1	1,5	2,2	0,8
Reformados, aposentados ou na reserva	26,0	0,0	0,4	5,1	20,4
Incapacitados permanentes para o trabalho	1,6	0,1	0,7	0,8	0,1
Outros casos	4,5	0,8	2,0	1,4	0,3

Fonte: INE, Censos 2011

Tendo como auxílio os valores absolutos apresentados na Tabela 16, no espaço temporal de 10 anos a população residente com 15 ou mais anos ativa diminuiu 1,5% e a inativa aumentou 1,5%, continuando a existir mais indivíduos do sexo masculino ativos e indivíduos do feminino inativos.

Tabela 16. Condição perante a atividade económica e grupo etário, em 2001 e 2011 (Nº)

Zona Geográfica / Condição perante a Atividade Económica	Ano	Total	15-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	2001	8699515	1479587	3761551	1764884	1693493
	2011	8989849	1147315	3797718	2034752	2010064
População ativa	2001	4990208	730228	3224807	944981	90192
	2011	5023367	431722	3343666	1177807	70172
Empregados	2001	4650947	639277	3043343	878824	89503
	2011	4361187	311146	2957711	1022441	69889
Desempregados	2001	339261	90951	181464	66157	689
	2011	662180	120576	385955	155366	283
População inativa	2001	3709307	749359	536744	819903	1603301
	2011	3966482	715593	454052	856945	1939892
Estudantes	2001	681338	645990	34361	638	349
	2011	660496	619968	38187	1998	343
Domésticos	2001	613133	22999	269395	253518	67221
	2011	419726	10098	135727	198420	75481
Reformados, aposentados ou na reserva	2001	1935584	2405	54816	421900	1456463
	2011	2339094	2975	39993	461769	1834357
Incapacitados permanentes para o trabalho	2001	176480	9242	52393	57812	57033
	2011	141256	7099	59922	68365	5870
Outros casos	2001	302772	68723	125779	86035	22235
	2011	405910	75453	180223	126393	23841

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

O grupo etário com maior representação na população ativa continuou a ser o mesmo passados 10 anos (25-49 anos), e relativamente à população inativa esta incidia essencialmente em idades ativas mais avançadas, ou seja, no grupo dos 50 aos 64 anos e nos indivíduos com 65 e mais anos. No caso da população inativa, os reformados,

estudantes e domésticos continuavam a formar a maior parcela da população, sendo que a condição de reformado aumentou 3,8% e as de estudante e doméstico diminuíram 0,5% e 2,3%, respetivamente – nos três casos o número de indivíduos do sexo feminino é sempre superior ao masculino.

Quando se analisam particularmente os indivíduos com 15 ou mais anos em idade ativa mais avançada, o grupo etário dos 50-64 anos viu a sua população ativa e inativa aumentar 2,2% e 0,1%, respetivamente. Dentro dos inativos, os indivíduos estavam distribuídos principalmente pelas condições de reformado, doméstico e os que se consideravam em outros casos – os reformados aumentaram 0,3%, os domésticos diminuíram 0,7% e os que se encontravam incluídos em outros casos passaram a ter um maior peso neste grupo (1,4%).

Ainda neste grupo etário verifica-se que existiam mais mulheres estudantes, domésticas e em outros casos, enquanto existiam mais indivíduos reformados ou incapacitados permanentes para o trabalho do sexo masculino.

No Anexo III encontram-se apresentadas duas tabelas gerais com valores absolutos referentes à população total residente com mais de 15 anos em Portugal nos anos 2001 e 2011, tendo em conta os grupos etários, o sexo e a condição perante a atividade económica.

4.1.4. Caracterização da população residente com 15 ou mais anos por grupo etário, sexo, condição perante a atividade económica e grau de escolaridade

Tendo em conta a população ativa com 15 ou mais anos, em 2001 mais de metade desta possuía o ensino básico (34,2%), seguindo-se o ensino secundário (12,7%) e o ensino superior (9,0%) – apenas no ensino superior existiam mais mulheres com essa escolaridade. Constata-se ainda que nos indivíduos com atividade, mas sem nível de ensino, quanto mais avançado fosse o grupo etário maior o número de indivíduos, sendo no grupo etário dos 50-64 anos onde se verificava maior incidência (Tabela 17).

Quando analisada a população inativa, a grande maioria dos indivíduos encontravam-se reformados (22,2%), seguindo-se os estudantes (7,8%) e os indivíduos domésticos (7,0%):

- 13,4% dos reformados possuíam o ensino básico, seguindo-se os indivíduos que não tinham qualquer escolaridade (6,6%);

- 3,6% dos estudantes tinham o ensino secundário, seguido do ensino superior (2,8%) e do básico (1,4%) – o sexo feminino é predominante em níveis de escolaridade mais elevados, visto que só no ensino básico existiam mais homens;
- 5,9% dos domésticos possuíam o ensino básico, sendo que os restantes graus de escolaridade eram quase inexistentes – a percentagem de indivíduos do sexo masculino era praticamente nula.

Considerando os indivíduos com 15 ou mais anos em idade ativa mais avançada, constata-se que 4,1% dos indivíduos entre os 50 e os 64 anos encontravam-se reformados, seguindo-se os domésticos (2,4%) – em ambos os casos existiam mais mulheres do que homens, sendo que no caso dos homens domésticos esse número era praticamente nulo.

Ainda neste grupo etário, e no que diz respeito à escolaridade das diversas condições, as mulheres sem qualquer nível de ensino encontravam-se sempre em maior número relativamente aos homens – esta situação acontece também na grande maioria dos níveis de escolaridade das diversas condições. Em todas as condições deste grupo etário, o nível de escolaridade que se encontrava em evidência era o ensino básico.

Tabela 17. Condição perante a atividade económica, grupo etário e escolaridade em 2001
(%)

Condição Perante a Atividade Económica / Nível de Instrução	Total	15-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	100,0	17,0	43,2	20,3	19,5
População ativa	57,4	8,4	37,1	10,9	1,0
Sem nível de ensino	1,0	0,0	0,3	0,5	0,2
Ensino básico	34,2	4,2	21,2	8,1	0,7
Ensino secundário complementar	12,7	3,1	8,6	1,0	0,1
Ensino médio	0,4	0,0	0,2	0,1	0,0
Ensino superior	9,0	1,0	6,8	1,1	0,1
População inativa	42,6	8,6	6,2	9,4	18,4
Estudantes	7,8	7,4	0,4	0,0	0,0
Sem nível de ensino	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ensino básico	1,4	1,4	0,0	0,0	0,0
Ensino secundário complementar	3,6	3,6	0,0	0,0	0,0
Ensino médio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ensino superior	2,8	2,4	0,3	0,0	0,0
Domésticos	7,0	0,3	3,1	2,9	0,8
Sem nível de ensino	0,6	0,0	0,1	0,3	0,2
Ensino básico	5,9	0,2	2,7	2,5	0,5
Ensino secundário complementar	0,5	0,0	0,3	0,1	0,1
Ensino médio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ensino superior	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0
Reformados, aposentados ou na reserva	22,2	0,0	0,6	4,8	16,7
Sem nível de ensino	6,6	0,0	0,1	0,7	5,9
Ensino básico	13,4	0,0	0,5	3,4	9,6
Ensino secundário complementar	1,0	0,0	0,0	0,4	0,6
Ensino médio	0,5	0,0	0,0	0,2	0,3
Ensino superior	0,7	0,0	0,0	0,2	0,4
Incapacitados permanentemente para o trabalho	2,0	0,1	0,6	0,7	0,7
Sem nível de ensino	0,7	0,0	0,2	0,1	0,3
Ensino básico	1,3	0,1	0,4	0,5	0,3
Ensino secundário complementar	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Ensino médio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ensino superior	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outra situação	3,5	0,8	1,4	1,0	0,3
Sem nível de ensino	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1
Ensino básico	2,4	0,5	1,0	0,8	0,2
Ensino secundário complementar	0,6	0,2	0,3	0,1	0,0
Ensino médio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ensino superior	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0

Fonte: INE, Censos 2001

Em 2011, tendo em consideração a população ativa, cerca de metade desta possuía o ensino básico (27,2%), seguindo-se o ensino secundário (13,7%) e o superior (13,6%) – verifica-se que em todos os níveis de escolaridade, o grupo etário dos 25-49 anos representava o maior número de indivíduos (Tabela 18).

Na população inativa, uma larga maioria encontrava-se na condição de reformado (26,0%), seguindo-se os estudantes (7,3%), os domésticos (4,7%) e os que se encontravam em outras situações (4,5%):

- 18,6% dos reformados possuía o ensino básico e de seguida os que não tinham qualquer escolaridade (4,6%) – em ambos os casos existiam mais mulheres do que homens;
- 3,5% dos estudantes tinham o ensino secundário, seguindo-se o ensino superior e o básico com 2,3% e 1,4% respetivamente, sendo que no ensino superior existiam mais mulheres do que homens.
- 3,9% dos domésticos tinham o ensino básico e os restantes níveis de escolaridade eram pouco relevantes nesta condição.

Tendo em consideração os indivíduos com 15 ou mais anos em idade ativa mais avançada verifica-se que 5,1% dos indivíduos entre 50-64 anos encontravam-se reformados, seguindo-se os domésticos (2,2%) e os que se encontravam noutras situações (1,4%) – existiam mais homens reformados, enquanto o sexo feminino predominava na condição de doméstico ou então noutras situações.

Tendo ainda em consideração este grupo etário, e no que diz respeito à escolaridade nas diversas condições, as mulheres sem qualquer nível de ensino encontravam-se sempre em maior número relativamente aos homens – esta situação ocorria também na grande maioria dos níveis de escolaridade das diversas condições.

Tabela 18. Condição perante a atividade económica, grupo etário e escolaridade em 2011
(%)

Condição Perante a Atividade Económica / Nível de Instrução	Total	15-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	100,0	12,8	42,2	22,6	22,4
População ativa	55,9	4,8	37,2	13,1	0,8
Nenhum nível de escolaridade	0,7	0,0	0,3	0,2	0,0
Ensino básico	27,2	1,7	15,9	9,0	0,6
Ensino secundário	13,7	2,0	9,8	1,9	0,1
Ensino pós-secundário	0,8	0,2	0,6	0,0	0,0
Ensino superior	13,6	0,9	10,6	2,0	0,1
População inativa	44,1	8,0	5,1	9,5	21,6
Estudantes	7,3	6,9	0,4	0,0	0,0
Nenhum nível de escolaridade	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ensino básico	1,4	1,3	0,1	0,0	0,0
Ensino secundário	3,5	3,4	0,1	0,0	0,0
Ensino pós-secundário	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0
Ensino superior	2,3	2,0	0,3	0,0	0,0
Domésticos	4,7	0,1	1,5	2,2	0,8
Nenhum nível de escolaridade	0,2	0,0	0,0	0,1	0,1
Ensino básico	3,9	0,1	1,1	2,0	0,7
Ensino secundário	0,4	0,0	0,2	0,1	0,0
Ensino pós-secundário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ensino superior	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0
Reformados, aposentados ou na reserva	26,0	0,0	0,4	5,1	20,4
Nenhum nível de escolaridade	4,6	0,0	0,1	0,2	4,4
Ensino básico	18,6	0,0	0,3	3,9	14,3
Ensino secundário	1,2	0,0	0,0	0,5	0,7
Ensino pós-secundário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ensino superior	1,6	0,0	0,0	0,6	1,0
Incapacitados permanentes para o trabalho	1,6	0,1	0,7	0,8	0,1
Nenhum nível de escolaridade	0,3	0,0	0,1	0,1	0,0
Ensino básico	1,2	0,1	0,4	0,6	0,0
Ensino secundário	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0
Ensino pós-secundário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ensino superior	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros casos	4,5	0,8	2,0	1,4	0,3
Nenhum nível de escolaridade	0,2	0,0	0,1	0,1	0,0
Ensino básico	3,0	0,4	1,3	1,1	0,2
Ensino secundário	0,8	0,3	0,4	0,1	0,0
Ensino pós-secundário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ensino superior	0,4	0,1	0,2	0,1	0,0

Fonte: INE, Censos 2011

Tendo como auxílio os valores absolutos apresentados na Tabela 19, entre 2001 e 2011, o grupo etário com maior relevo na população ativa da sociedade portuguesa continuou a ser entre os 25 e os 49 anos, e relativamente à população inativa esta verificava-se essencialmente em idades mais avançadas – grupo etário dos 50-64 anos e 65 ou mais anos – Tabela 20 e Tabela 21.

Tabela 19. População ativa por grupo etário e escolaridade, em 2001 e 2011 (Nº)

Condição Perante a Atividade Económica / Nível de Instrução	Ano	Total	15-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	2001	8 699 515	1 479 587	3 761 551	1 764 884	1 693 493
	2011	8 989 849	1 147 315	3 797 718	2 034 752	2 010 064
População ativa	2001	4 990 208	730 228	3 224 807	944 981	90 192
	2011	5 023 367	431 722	3 343 666	1 177 807	70 172
Sem nível de ensino	2001	89 102	2 438	26 385	44 942	15 337
	2011	58 773	2 165	31 446	22 084	3 078
Ensino básico	2001	2 971 350	368 755	1 842 911	702 051	57 633
	2011	2 443 267	152 870	1 432 866	807 797	49 734
Ensino Secundário	2001	1 109 059	268 560	744 098	90 046	6 355
	2011	1 227 861	177 006	877 152	168 441	5 262
Ensino médio/Pós-secundário	2001	35 023	0	20 805	12 817	1 401
	2011	71 223	17 782	53 441	0	0
Ensino superior	2001	785 674	90 475	590 608	95 125	9 466
	2011	1 222 243	81 899	948 761	179 485	12 098

Fonte: INE, Censos (2001/2011)

No caso dos indivíduos ativos verificou-se um aumento dos que tinham o nível superior de escolaridade, assim como do secundário e pós-secundário. Relativamente ao ensino básico, o número de indivíduos com esta escolaridade diminuiu em 10 anos. Quando analisada a população inativa, os reformados, os estudantes e os domésticos continuavam a representar a maior parcela da população, sendo que a condição de reformado sofreu um aumento de 3,8%, e as condições de estudante e doméstico uma diminuição de 0,5% e 2,3%, respetivamente.

Relativamente ao grupo etário dos 50-64 anos, quando analisadas as condições de inatividade em ambos os anos, observa-se que em todas o nível de escolaridade predominante era o ensino básico, sendo que na condição de reformado e de doméstico verifica-se a diminuição do número de indivíduos sem qualquer qualificação. Para além disto, constata-se que em ambos os anos, e no que diz respeito à escolaridade das várias condições perante a atividade económica, existiam mais mulheres sem escolaridade do que homens.

Tabela 20. População inativa por grupo etário e escolaridade, em 2001 e 2011 (Nº) (Parte I)

Condição Perante a Atividade Económica / Nível de Instrução	Ano	Total	15-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	2001	8 699 515	1 479 587	3 761 551	1 764 884	1 693 493
	2011	8 989 849	1 147 315	3 797 718	2 034 752	2 010 064
População inativa	2001	3 709 307	749 359	536 744	819 903	1 603 301
	2011	3 966 482	715 593	454 052	856 945	1 939 892
Estudantes	2001	681 338	645 990	34 361	638	349
	2011	660 496	619 968	38 187	1 998	343
Sem nível de ensino	2001	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0
Ensino básico	2001	125 126	122 136	2 293	460	237
	2011	123 594	117 005	5 198	1 145	246
Ensino secundário	2001	315 753	313 450	2 196	50	57
	2011	312 936	305 131	7 226	526	53
Ensino médio/Pós-secundário	2001	0	0	0	0	0
	2011	15 459	15 074	385	0	0
Ensino superior	2001	240 459	210 404	29 872	128	55
	2011	208 507	182 758	25 378	327	44
Domésticos	2001	613 133	22 999	269 395	253 518	67 221
	2011	419 726	10 098	135 727	198 420	75 481
Sem nível de ensino	2001	51 838	551	6 084	28 533	16 670
	2011	21 111	229	3 621	6 825	10 436
Ensino básico	2001	509 297	18 128	232 078	213 905	45 186
	2011	347 359	6 607	103 010	177 536	60 206
Ensino secundário	2001	42 907	3 969	25 688	8 724	4 526
	2011	36 070	2 686	20 241	9 971	3 172
Ensino médio/Pós-secundário	2001	0	0	0	0	0
	2011	1 056	154	902	0	0
Ensino superior	2001	9 091	351	5 545	2 356	839
	2011	14 130	422	7 953	4 088	1 667

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

No Anexo IV encontram-se apresentadas duas tabelas com valores absolutos referentes à população total residente com mais de 15 anos em Portugal nos anos 2001 e 2011, tendo em conta os grupos etários, o sexo, a condição perante a atividade económica e a escolaridade.

Tabela 21. População inativa por grupo etário e escolaridade, em 2001 e 2011 (Nº) (Parte II)

Condição Perante a Atividade Económica / Nível de Instrução	Ano	Total	15-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	2001	8 699 515	1 479 587	3 761 551	1 764 884	1 693 493
	2011	8 989 849	1 147 315	3 797 718	2 034 752	2 010 064
População inativa	2001	3 709 307	749 359	536 744	819 903	1 603 301
	2011	3 966 482	715 593	454 052	856 945	1 939 892
Reformados, aposentados ou na reserva	2001	1 935 584	2 405	54 816	421 900	1 456 463
	2011	2 339 094	2 975	39 993	461 769	1 834 357
Sem nível de ensino	2001	578 115	848	7 900	59 667	509 700
	2011	417 278	520	5 273	17 962	393 523
Ensino básico	2001	1 167 348	1 359	40 489	291 911	833 589
	2011	1 668 153	1 937	29 554	348 060	1 288 602
Ensino secundário	2001	86 883	132	4 272	31 893	50 586
	2011	110 678	366	3 726	42 514	64 072
Ensino médio/Pós-secundário	2001	45 141	0	915	16 787	27 439
	2011	131	41	90	0	0
Ensino superior	2001	58 097	66	1 240	21 642	35 149
	2011	142 854	111	1 350	53 233	88 160
Incapacitados permanentes para o trabalho	2001	176 480	9 242	52 393	57 812	57 033
	2011	141 256	7 099	59 922	68 365	5 870
Sem nível de ensino	2001	57 836	3 489	13 530	12 843	27 974
	2011	23 204	1 683	12 234	7 877	1 410
Ensino básico	2001	110 403	5 064	34 864	42 602	27 873
	2011	104 890	4 723	40 436	55 541	4 190
Ensino secundário	2001	6 412	604	3 297	1 739	772
	2011	9 460	580	5 477	3 257	146
Ensino médio/Pós-secundário	2001	0	0	0	0	0
	2011	275	56	219	0	0
Ensino superior	2001	1 829	85	702	628	414
	2011	3 427	57	1 556	1 690	124
Outros casos	2001	302 772	68 723	125 779	86 035	22 235
	2011	405 910	75 453	180 223	126 393	23 841
Sem nível de ensino	2001	23 129	1 589	5 245	9 950	6 345
	2011	21 505	1 930	8 115	7 114	4 346
Ensino básico	2001	210 486	40 678	88 024	68 340	13 444
	2011	269 625	37 394	112 828	102 404	16 999
Ensino secundário	2001	50 846	21 525	22 452	5 252	1 617
	2011	71 574	25 281	34 610	10 348	1 335
Ensino médio/Pós-secundário	2001	9	0	2	7	0
	2011	4 467	2 025	2 442	0	0
Ensino superior	2001	18 302	4 931	10 056	2 486	829
	2011	38 739	8 823	22 228	6 527	1 161

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

4.1.5. Caracterização da população residente empregada por grupo etário, sexo e escolaridade

Em 2001, a população residente que se encontrava empregada era 53,5% da população em idade ativa (Tabela 22).

Tabela 22. População empregada por grupo etário e escolaridade em 2001 (%)

ZONA GEOGRÁFICA/ Qualificação Académica	Total	15-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	53,5	7,3	35,0	10,1	1,0
Sem Qualificação	1,0	0,0	0,3	0,5	0,2
Com Qualificação	52,5	7,3	34,7	9,6	0,9
Ensino Básico	31,8	3,8	19,9	7,5	0,7
Ensino Secundário	11,8	2,7	8,1	1,0	0,1
Ensino Médio	0,4	0,0	0,2	0,1	0,0
Ensino Superior	8,6	0,9	6,5	1,1	0,1

Fonte: INE, Censos 2001

A população empregada sem qualquer escolaridade era 1%, enquanto a grande maioria da população empregada tinha qualificação (52,5%) – no caso dos indivíduos com emprego, mas sem escolaridade, existiam mais homens do que mulheres.

Relativamente à população empregada com qualificação académica verifica-se que o grupo etário dos 25-49 anos incluía o maior número de indivíduos (34,7%), enquanto na população empregada sem qualificação o grupo dos 50-64 anos era o que tinha maior representação (0,5%). Quanto ao nível de qualificação académica, os indivíduos empregados tinham principalmente o ensino básico (31,8%), secundário (11,8%) e superior (8,6%) – em todos os níveis existiam mais indivíduos do sexo masculino do que do sexo feminino, excetuando no ensino superior.

Considerando os indivíduos empregados em idade ativa mais avançada, observa-se que o grupo dos 50 aos 64 anos representava 10,1% da população que se encontrava empregada, existindo mais indivíduos com qualificações (9,6%) do que sem qualquer escolaridade (0,5%) – em ambas as situações, empregados com e sem escolaridade, existiam mais homens do que mulheres, sendo que no caso dos que não tinham qualificações a diferença entre sexos ser reduzida.

No que respeita ao nível de escolaridade observa-se que em todos existiam mais homens do que mulheres, e que grande parte dos indivíduos possuía o ensino básico (7,5%) seguido do ensino superior (1,1%). Por outro lado, a percentagem de indivíduos empregados sem escolaridade neste grupo etário era igual ao conjunto de todos os restantes grupos etários (0,5%), sendo o sexo masculino o mais atingido.

Em 2011, a população residente empregada era 48,5% da população em idade ativa (Tabela 23).

Tabela 23. População empregada por grupo etário e escolaridade, em 2011 (%)

ZONA GEOGRÁFICA/ Qualificação Académica	Total	15-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	48,5	3,5	32,9	11,4	0,8
Sem Qualificação	0,5	0,0	0,3	0,2	0,0
Com Qualificação	48,0	3,4	32,6	11,2	0,7
Ensino Básico	22,9	1,2	13,6	7,6	0,6
Ensino Secundário	11,9	1,5	8,7	1,7	0,1
Ensino Pós-Secundário	0,7	0,1	0,5	0,0	0,0
Ensino Superior	12,5	0,7	9,8	1,9	0,1

Fonte: INE, Censos 2011

A população empregada sem qualquer escolaridade representava 0,5%, enquanto 48,0% da população empregada tinha escolaridade – no caso dos indivíduos com emprego sem qualificações existiam mais indivíduos do sexo masculino do que feminino.

Tendo em conta a população empregada com qualificação académica verifica-se que o grupo etário dos 25-49 anos incluía grande parte dos indivíduos (32,6%), sendo também o grupo onde existiam mais indivíduos empregados sem escolaridade (0,3%). Quanto ao nível de qualificação académica, os indivíduos empregados distribuíam-se essencialmente pelo ensino básico (22,9%), superior (12,5%) e secundário (11,9%) – em todas as escolaridades existiam mais indivíduos do sexo masculino do que do feminino, exceto no ensino superior.

Considerando os indivíduos empregados em idade ativa mais avançada, observa-se que o grupo dos 50 aos 64 anos representava 11,4% da população que se encontrava empregada, existindo mais indivíduos empregados com qualificações (11,2%) do que sem qualquer escolaridade (0,2%) – constata-se que em ambas as situações, indivíduos empregados com e sem escolaridade, existiam mais homens do que mulheres.

Tendo em consideração o tipo de escolaridade, observa-se que em todas existiam mais homens empregados do que mulheres, excetuando no ensino superior – grande parte dos indivíduos possuía o ensino básico (7,6%), seguido do ensino superior (1,9%). Por outro lado, no caso dos indivíduos empregados sem escolaridade o sexo mais atingido era o masculino.

Tendo como auxílio os valores absolutos apresentados na Tabela 24, no espaço temporal de 10 anos, a população empregada em Portugal sofreu um decréscimo de 289.760 indivíduos (5,0%).

Tabela 24. População empregada por grupo etário e escolaridade, em 2001 e 2011 (Nº)

ZONA GEOGRÁFICA / Nível de Escolaridade	Ano	Total	15-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	2001	4 650 947	639 277	3 043 343	878 824	89 503
	2011	4 361 187	311 146	2 957 711	1 022 441	69 889
Sem Escolaridade	2001	83 165	2 112	24 286	41 565	15 202
	2011	49 381	1 508	26 463	18 344	3 066
Com Escolaridade	2001	4567782	637 165	3 019 057	837 259	74 301
	2011	4 311 806	309 638	2 931 248	1 004 097	66 823
Ensino Básico	2001	2 762 209	328 683	1 726 869	649 436	57 221
	2011	2 059 119	105 765	1 220 673	683 172	49 509
Ensino Secundário	2001	1 026 680	233 310	704 182	82 907	6 281
	2011	1 069 822	131 896	783 190	149 498	5 238
Ensino Médio/Pós-secundário	2001	33 929	0	20 339	12 218	1 372
	2011	60 445	13 415	47 030	0	0
Ensino Superior	2001	744 964	75 172	567 667	92 698	9 427
	2011	1 122 420	58 562	880 355	171 427	12 076

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

No mesmo período, o número de indivíduos empregados com e sem escolaridade diminuiu – os empregados sem escolaridade aumentam entre os 25-49 anos e diminuem no grupo dos 50 aos 64 anos.

A população empregada com ensino básico diminuiu 8,9% em 10 anos, enquanto os empregados com ensino superior aumentaram 3,9%. Constata-se que em ambos os anos o sexo masculino era superior em número do que o sexo feminino, exceto no ensino superior – neste último caso, a percentagem de mulheres aumentou relativamente aos homens.

Considerando os indivíduos em idade ativa mais avançada na sociedade portuguesa verificou-se um aumento de 143.617 indivíduos empregados entre os 50 e os 64 anos, correspondente a 1,3%. Neste grupo etário, em ambos os anos, existiam mais indivíduos empregados com qualificações do que sem qualquer escolaridade – os empregados com escolaridade aumentaram 1,6% e sem escolaridade diminuíram 0,3% -, sendo que em ambas as situações, empregados com e sem escolaridade, o número de indivíduos do sexo masculino era superior ao feminino.

Especificamente no nível de escolaridade observa-se que os indivíduos com o ensino básico aumentaram 0,1% em 10 anos – mais homens do que mulheres em ambos os anos –, e no caso do ensino superior o aumento do número de indivíduos foi de 0,8% (enquanto que em 2001 existiam mais homens com este nível, em 2011 já existiam mais mulheres apesar da diferença ser bastante reduzida). No caso dos indivíduos empregados sem escolaridade o sexo mais atingido em ambos anos era o masculino, sendo que

passados 10 anos o grupo etário dos 50-64 anos passou a ter um menor peso relativamente ao grupo dos 25-49 anos.

No Anexo V encontram-se apresentadas duas tabelas com valores absolutos referentes à população total residente empregada em Portugal nos anos 2001 e 2011, tendo em conta os grupos etários, o sexo e a escolaridade.

4.1.6. Caracterização da população residente empregada por sexo e situação na profissão

Em 2001 a população residente empregada era 53,5% da população em idade ativa (Tabela 25), existindo mais homens empregados (29,9%) do que mulheres (23,6%) – diferença de 6,3% entre os dois sexos.

Tabela 25. População empregada por sexo e situação na profissão, em 2001 (%)

ZONA GEOGRÁFICA / Situação na Profissão	Total (%)		
	HM	H	M
Portugal	53,5	29,9	23,6
Empregador	5,5	3,7	1,8
Trabalhador por conta própria	3,4	2,1	1,3
Trabalhador familiar não remunerado	0,4	0,1	0,3
Trabalhador por conta de outrem	43,6	23,7	19,9
Membro de uma cooperativa de produção	0,0	0,0	0,0
Outra situação	0,5	0,3	0,3

Fonte: INE, Censos 2001

Tendo em consideração a situação na profissão dos empregados em Portugal observa-se que:

- 43,6% trabalhavam por conta de outrem;
- 5,5% dos indivíduos eram empregadores;
- 3,4% trabalhavam por conta própria;
- 0,9% encontravam-se nas restantes situações (trabalhador familiar não remunerado, membro de uma cooperativa de produção e em outra situação).

Quando analisada a distribuição dos homens e das mulheres constata-se que nas três situações mais relevantes (empregador, trabalhador por conta própria e por conta de outrem) existiam mais indivíduos do sexo masculino, sendo que nas restantes situações a distribuição dos dois sexos era essencialmente perceptível em valores absolutos.

Em 2011 a população residente empregada era 48,5% da população em idade ativa (Tabela 26), existindo mais homens empregados (25,3%) do que mulheres (23,2%) – diferença de 2,1% entre os dois sexos.

Tabela 26. População empregada por sexo e situação na profissão, em 2011 (%)

ZONA GEOGRÁFICA / Situação na Profissão	Total (%)		
	HM	H	M
Portugal	48,5	25,3	23,2
Empregador	5,1	3,3	1,8
Trabalhador por conta própria	3,2	1,9	1,3
Trabalhador familiar não remunerado	0,3	0,1	0,2
Trabalhador por conta de outrem	39,4	19,8	19,6
Membro de uma cooperativa de produção	0,0	0,0	0,0
Outra situação	0,5	0,2	0,3

Fonte: INE, Censos 2011

Tendo em consideração a situação na profissão dos empregados em Portugal observa-se que:

- 39,4% trabalhavam por conta de outrem;
- 5,1% dos indivíduos eram empregadores;
- 3,2% trabalhavam por conta própria;
- 0,8% encontravam-se nas restantes situações (trabalhador familiar não remunerado, membro de uma cooperativa de produção e em outra situação).

Tendo em conta a distribuição dos homens e das mulheres nas várias situações, observa-se que em duas das situações mais relevantes (trabalhador por conta própria e empregador) existiam mais indivíduos do sexo masculino, sendo que nas restantes situações a distribuição dos dois sexos era essencialmente perceptível em valores absolutos.

No espaço temporal de 10 anos a população residente empregada diminuiu 5,0% - percentagem correspondente a 289.760 indivíduos (Tabela 27) –, verificando-se ainda que as percentagens relativamente ao sexo masculino e feminino também diminuíram 4,6% e 0,4%, respetivamente – constata-se que apesar de diminuir a percentagem de mulheres no período de 10 anos, em termos absolutos verifica-se um aumento de 33.354 indivíduos do sexo feminino.

Observa-se ainda que, apesar do número de homens empregados continuar a ser superior ao de mulheres, a diferença entre os dois sexos diminuiu de 6,3% para 2,1% (correspondente em termos absolutos a uma diminuição de 356.468 indivíduos).

Tabela 27. População empregada por situação na profissão, em 2001 e 2011 (Nº)

ZONA GEOGRÁFICA / Situação na Profissão	Total	
	2001	2011
Portugal	4 650 947	4 361 187
Empregador	478 804	459 123
Trabalhador por conta própria	294 103	286 090
Trabalhador familiar não remunerado	35 939	24 130
Trabalhador por conta de outrem	3 793 992	3 540 336
Membro de uma cooperativa de produção	3 216	2 157
Outra situação	44 893	49 351

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Relativamente à situação na profissão dos indivíduos empregados observa-se que neste espaço temporal, excetuando o aumento do número de indivíduos que se encontravam em outras situações – aumento de 4.458 indivíduos, verificou-se a diminuição do número de indivíduos em todas as situações:

- Trabalhadores por conta de outrem diminuíram 4,2% (253.656 indivíduos);
- Empregadores diminuíram 0,4% (19.681 indivíduos);
- Trabalhadores por conta própria diminuíram 0,2% (8.013 indivíduos);
- Trabalhadores familiares não remunerados diminuíram 0,1% (11.809 indivíduos);
- Membros de uma cooperativa de produção diminuíram 1.059 indivíduos.

A maior parcela dos indivíduos continuava a trabalhar por conta de outrem, a ser empregador ou então a trabalhar por conta própria, verificando-se nestas uma maior predominância do sexo masculino. No caso das mulheres, estas encontravam-se em maior número relativamente aos homens nas situações em que são trabalhadores familiares não remuneradas ou então possuíam outra situação.

No Anexo VI encontram-se apresentadas duas tabelas com valores absolutos referentes à população total residente empregada nos anos 2001 e 2011, tendo em conta o sexo e a situação na profissão.

4.1.7. Caracterização da população residente desempregada por grupo etário, sexo e escolaridade

Em 2001 a população residente que se encontrava desempregada era 6,8% da população ativa (Tabela 28), existindo mais 53.367 mulheres sem emprego do que homens.

Tabela 28. População desempregada por grupo etário e escolaridade, em 2001 (%)

ZONA GEOGRÁFICA/ Qualificação Académica	Total	15-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	6,8	1,8	3,6	1,3	0,0
Sem Qualificação	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0
Com Qualificação	6,7	1,8	3,6	1,3	0,0
Ensino Básico	4,2	0,8	2,3	1,1	0,0
Ensino Secundário	1,7	0,7	0,8	0,1	0,0
Ensino Médio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ensino Superior	0,8	0,3	0,5	0,0	0,0

Fonte: INE, Censos 2001

A população desempregada sem qualquer escolaridade representava 0,1%, enquanto 6,7% da população desempregada possuía qualificações.

Relativamente à população desempregada com qualificação académica verifica-se que o grupo etário mais afetado era dos 25-49 anos (3,6%) – o sexo mais afetado era o feminino –, seguido do grupo dos 15-24 anos (1,8%). Quanto ao nível de qualificação académica, os indivíduos desempregados tinham principalmente o ensino básico (4,2%), secundário (1,7%) e superior (0,8%), verificando-se que em todos o número de homens desempregados era inferior relativamente às mulheres.

Considerando os indivíduos desempregados em idade ativa mais avançada, observa-se que o grupo dos 50 aos 64 anos representava 1,3% da população que se encontrava desempregada, existindo mais indivíduos desempregados com qualificações (1,3%) do que sem qualquer escolaridade (0,1%) – existiam mais homens com escolaridade e mais mulheres sem escolaridade, sendo que neste último caso a diferença entre homens e mulheres, quer em valores absolutos quer em percentuais, era reduzida.

No caso particular da escolaridade, observa-se que os indivíduos desempregados deste grupo possuíam essencialmente o ensino básico (1,1%) e o secundário (0,1%) – em ambos os casos o número de indivíduos do sexo masculino era superior ao feminino, apesar da diferença ser reduzida. Por outro lado, verifica-se que o número de indivíduos desempregados sem qualificação no grupo etário dos 50-64 anos era maior do que o conjunto de todos os restantes grupos etários (2.560 indivíduos).

Em 2011 a população residente que se encontrava desempregada era 13,2% da população ativa (Tabela 29), existindo mais 6.980 mulheres sem emprego do que homens.

Tabela 29. População desempregada por grupo etário e escolaridade, em 2011 (%)

ZONA GEOGRÁFICA/ Qualificação Académica	Total	15-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	13,2	2,4	7,7	3,1	0,0
Sem Qualificação	0,2	0,0	0,1	0,1	0,0
Com Qualificação	13,0	2,4	7,6	3,0	0,0
Ensino Básico	7,6	0,9	4,2	2,5	0,0
Ensino Secundário	3,1	0,9	1,9	0,4	0,0
Ensino Pós-Secundário	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0
Ensino Superior	2,0	0,5	1,4	0,2	0,0

Fonte: INE, Censos 2011

A população desempregada sem qualquer escolaridade representava 0,2%, enquanto 13,0% da população desempregada tinha escolaridade.

Relativamente à população desempregada com qualificação académica verifica-se que o grupo etário mais afetado era dos 25-49 anos (7,6%) – o sexo mais afetado era o feminino –, seguido do grupo dos 50-64 anos (3,0%) e dos 15-24 anos (2,4%). Quanto ao nível de escolaridade, a maioria dos indivíduos desempregados possuía o ensino básico (7,6%), secundário (3,1%) e superior (2,0%) – os homens desempregados com ensino básico encontram-se em maior número, enquanto nos ensinos secundário e superior existiam mais mulheres do que homens.

Considerando os indivíduos desempregados em idade ativa mais avançada, observa-se que o grupo dos 50 aos 64 anos representava 3,1% da população que se encontrava desempregada, existindo mais indivíduos desempregados com qualificações (3,0%) do que sem qualquer escolaridade (0,1%) – em ambos os casos existiam mais indivíduos do sexo masculino, apesar de nos homens sem qualificação, em termos percentuais e absolutos, a diferença ser reduzida.

No caso particular da escolaridade, observa-se que os indivíduos desempregados deste grupo possuíam essencialmente o ensino básico (2,5%) e o secundário (0,4%) – em ambos os casos o número de indivíduos do sexo masculino é superior ao feminino, sendo que no caso do ensino secundário essa diferença é reduzida (diferença de 295 indivíduos). Por outro lado, a percentagem de indivíduos desempregados sem escolaridade neste grupo etário era 0,1% (correspondente a 3.740 indivíduos), sendo o sexo masculino o mais afetado.

No espaço temporal de 10 anos a população residente desempregada sofreu um aumento de 322.919 indivíduos (6,4%) – o número de desempregados aumentou em ambos os sexos, sendo no masculino mais acentuado –, verificando-se ainda que apenas ocorreu a

diminuição do número de desempregados com 65 ou mais anos (Tabela 30). Enquanto em 2001 existiam mais mulheres sem emprego, em 2011 inverteu-se esta realidade passando a existir mais indivíduos do sexo masculino.

Tabela 30. População desempregada por grupo etário e escolaridade, em 2001 e 2011 (Nº)

ZONA GEOGRÁFICA / Nível de Escolaridade	Ano	Total	15-24	25-49	50-64	≥65
Portugal	2001	339 261	90 951	181 464	66 157	689
	2011	662 180	120 576	385 955	155 366	283
Sem Escolaridade	2001	5 937	326	2 099	3 377	135
	2011	9 392	657	4 983	3 740	12
Com Escolaridade	2001	333324	90 625	179 365	62 780	554
	2011	652 788	119 919	380 972	151 626	271
Ensino Básico	2001	209 141	40 072	116 042	52 615	412
	2011	384 148	47 105	212 193	124 625	225
Ensino Secundário	2001	82 379	35 250	39 916	7 139	74
	2011	158 039	45 110	93 962	18 943	24
Ensino Médio/Pós-secundário	2001	1 094	0	466	599	29
	2011	10 778	4 367	6 411	0	0
Ensino Superior	2001	40 710	15 303	22 941	2 427	39
	2011	99 823	23 337	68 406	8 058	22

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Tendo em conta a população desempregada com qualificação observou-se que o grupo etário mais afetado em ambos os anos foi dos 25-49 anos, seguido dos 50-64 anos e 15-24 anos – nos três grupos etários o número de desempregados aumentou 4,1%, 1,8% e 0,6%, respetivamente. No que diz respeito ao nível de escolaridade, os indivíduos sem emprego distribuíam-se principalmente pelo:

- Ensino básico – aumento de 3,4% (175.007 indivíduos);
- Ensino secundário – aumento de 1,4% (75.660 indivíduos);
- Ensino superior – aumento de 1,2% (59.113 indivíduos).

Verifica-se ainda que no ensino básico ocorreu a inversão do sexo predominante, passando em 2011 a existir mais homens desempregados com este nível de ensino, enquanto no ensino secundário e superior continuaram a existir mais mulheres sem emprego com estas escolaridades. Em termos gerais, observou-se que o número de indivíduos desempregados com e sem escolaridade aumentou – aumento da população desempregada com os três níveis de ensino mencionados.

Considerando os indivíduos em idade ativa mais avançada verifica-se que o número de indivíduos desempregados entre os 50 e os 64 anos aumentou 1,8% em 10 anos, correspondendo a 89.209 indivíduos – em ambos os anos existiam mais desempregados

com qualificações do que sem qualquer escolaridade. Ocorreu ainda a inversão relativamente ao sexo com maior peso, no que diz respeito aos desempregados sem escolaridade, ou seja, passou do sexo feminino para o masculino – em 2011, os homens desempregados, com e sem qualificação, apareciam em maior número.

Tendo em consideração a escolaridade, observa-se que os desempregados deste grupo etário tinham essencialmente o ensino:

- Básico – aumento de 1,4% em 10 anos, encontrando-se o sexo masculino em maior número;
- Secundário – aumento de 0,3% em 10 anos e o sexo masculino encontra-se também em maior número.

Por outro lado, a percentagem de indivíduos desempregados sem escolaridade aumentou 0,1% (363 indivíduos) em 10 anos – ocorreu a inversão do sexo mais atingido, passando do sexo feminino em 2001 para o masculino em 2011.

No Anexo VII encontram-se apresentadas duas tabelas com valores absolutos referentes à população total residente desempregada em Portugal nos anos 2001 e 2011, tendo em conta os grupos etários, o sexo e a escolaridade.

4.1.8. Caraterização da população empregada por sexo, grupo etário, escolaridade e situação na profissão: 2012-2017

Na população empregada entre 2012 e 2017, tendo em conta o sexo, verifica-se que os homens se encontravam sempre em maior número relativamente às mulheres em todos os anos – apesar desta realidade a diferença entre os dois sexos diminuiu entre 2012 e 2017, aumentando em 2017 novamente (Tabela 31).

Tabela 31. População empregada por sexo entre 2012 e 2017 (Nº)

Sexo	Ano					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
H	2443600	2369900	2319500	2334300	2361400	2442300
M	2191100	2143600	2180000	2214400	2243800	2314300

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 2012 a 2017

Entre 2012 e 2014 o número de indivíduos do sexo masculino empregados diminuiu, aumentando posteriormente, e no caso do sexo feminino o número de empregados diminuiu entre 2012 e 2013 e aumentou até 2017.

Na população empregada, tendo em conta o grupo etário, verifica-se que entre 2012 e 2014 o total de empregados diminuiu e entre 2015 e 2017 aumentou – em 2017 constata-se um aumento de 121.900 indivíduos empregados relativamente a 2012 (Tabela 32).

Tabela 32. População empregada por grupo etário entre 2012 e 2017 (Nº)

Ano	Total	Grupo Etário				
		15-24	25-34	35-44	45-64	≥65
2012	4634700	266300	1080700	1285100	1717300	285300
2013	4513500	243700	1010900	1271100	1724300	263400
2014	4499500	246500	945100	1284100	1778800	245000
2015	4548700	251500	942000	1295900	1819700	239600
2016	4605200	262400	923100	1308100	1877600	234000
2017	4756600	282600	933000	1306800	1993000	241200

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 2012 a 2017

A população empregada entre os 15-24 anos diminuiu entre 2012 e 2013, aumentando entre 2014 e 2017, e nos grupos 25-34 anos e 65 ou mais anos o emprego diminuiu até ao ano 2016 e aumentou em 2017.

No caso dos indivíduos em idade ativa mais avançada, o grupo etário dos 45-64 anos foi o único em que o número de indivíduos empregados aumentou gradualmente todos os anos, verificando-se em 2017 um aumento de 275.700 indivíduos relativamente a 2012.

No caso da população empregada, segundo a escolaridade, verifica-se que entre 2012 e 2017 o número de indivíduos empregados com o ensino básico era sempre superior comparativamente com os restantes níveis de escolaridade – apesar desta superioridade, o número de empregados com ensino básico diminuiu entre 2012 e 2016, aumentando depois em 2017 (Tabela 33).

Tabela 33. População empregada por escolaridade entre 2012 e 2017 (Nº)

Escolaridade	Ano					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ensino Básico	2711500	2509600	2342500	2282200	2227400	2263800
Ensino Secundário/Pós-Secundário	980300	1044600	1080800	1133200	1182100	1260300
Ensino Superior	942900	959300	1076300	1133300	1195800	1232500

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 2012 a 2017

Ao longo dos anos, os indivíduos empregados com ensino secundário e superior aumentam, sendo que nos anos 2015 e 2016 o número de indivíduos com ensino superior aumentou relativamente ao ensino secundário.

Na população empregada, tendo em conta a situação na profissão, verifica-se que em todos os anos existia um maior número de trabalhadores por conta de outrem, apesar destes diminuírem entre 2012 e 2013 e aumentarem posteriormente (Tabela 34).

Tabela 34. População empregada por situação na profissão entre 2012 e 2017 (Nº)

Situação na Profissão	Ano					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Trabalhadores por conta de outrem	3628400	3541000	3611000	3710600	3787200	3948700
Trabalhadores por conta própria	976000	943100	864500	815000	789100	785900
Trabalhadores familiares não remunerados	30300	29400	24000	23000	29000	22000

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 2012 a 2017

Os trabalhadores por conta própria diminuem ao longo de todos os anos, e no caso dos trabalhadores familiares não remunerados a tendência foi a mesma excetuando no ano de 2016 em que o número de indivíduos nesta última situação aumentou – apesar desta realidade, os trabalhadores familiares não remunerados eram uma pequena parcela da população portuguesa relativamente às outras situações.

4.1.9. Caracterização da população desempregada por sexo, grupo etário e escolaridade: 2012-2017

Na população desempregada entre 2012 e 2017, tendo em consideração o sexo, verifica-se que tanto nos homens como nas mulheres o número de desempregados aumentou entre 2012 e 2013, diminuindo posteriormente até 2017 (Tabela 35).

Tabela 35. População desempregada por sexo entre 2012 e 2017 (Nº)

Sexo	Ano					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
H	453900	454400	361500	323000	291000	224200
M	406200	421500	364500	323500	282000	238700

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 2012 a 2017

Entre 2012 e 2017 a diferença entre o número de indivíduos desempregados do sexo masculino e feminino foi diminuindo, constatando-se ainda que no caso do sexo masculino o número de desempregados em 2017 diminuiu 229.700 indivíduos relativamente a 2012, e no caso do sexo feminino ocorreu a diminuição de 167.500 mulheres desempregadas.

Na população desempregada, tendo em conta o grupo etário, observa-se que o número de indivíduos desempregados aumentou entre 2012 e 2013, diminuindo posteriormente até 2017 (Tabela 36).

Tabela 36. População desempregada por grupo etário entre 2012 e 2017 (Nº)

Ano	Total	Grupo Etário			
		15-24	25-34	35-44	≥45
2012	860100	161000	239400	198300	261400
2013	875900	147600	237600	211900	278700
2014	726000	131400	173700	170000	250900
2015	646500	118100	141500	147500	239500
2016	573000	101800	131700	121200	218300
2017	462800	88600	100400	100700	173100

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 2012 a 2017

O desemprego nos grupos etários dos 15-24 anos e 25-34 anos diminuiu gradualmente ao longo dos anos, enquanto o número de indivíduos entre o 35-44 anos e com 45 ou mais anos aumentou em 2012 e 2013 e diminuiu posteriormente – no caso dos indivíduos com 45 e mais anos, estes apresentam-se sempre em maior número comparativamente aos restantes grupos etários.

No caso da população desempregada, segundo a escolaridade, constata-se que os indivíduos sem emprego, com o nível de ensino básico, representavam a maior parcela da população desempregada ao longo dos anos – apesar desta realidade, o número de indivíduos com ensino básico diminuiu entre 2012 e 2017 (Tabela 37).

Tabela 37. População desempregada por escolaridade entre 2012 e 2017 (Nº)

Escolaridade	Ano					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ensino Básico	523300	516200	412000	347500	299000	239100
Ensino Secundário/Pós-Secundário	209400	217300	194700	183600	165000	138700
Ensino Superior	127400	142400	119400	115400	109000	85000

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 2012 a 2017

No caso dos desempregados com os ensinos secundário e superior, o número aumentou entre 2012 e 2013, diminuindo posteriormente de forma gradual até 2017.

4.1.10. Caracterização da população inativa, com 15 ou mais anos, por grupo etário, sexo e condição perante a atividade económica: 2012-2017

Na população inativa entre 2012 e 2013, tendo em consideração os grupos etários, verifica-se que o total de indivíduos sem atividade aumentou até 2014 e diminuiu posteriormente até 2017 (Tabela 38).

Tabela 38. População inativa por grupo etário entre 2012 e 2017 (Nº)

Ano	Total	Grupo Etário					
		≤15	15-24	25-34	35-44	45-64	≥65
2012	5105200	1588400	701000	138900	154500	839300	1683100
2013	5110000	1551700	703800	140700	161400	832100	1720300
2014	5161700	1503800	723900	126800	137000	830600	1839600
2015	5142000	1470900	732700	127600	128200	805200	1877400
2016	5128100	1447700	734000	125600	121100	779300	1920400
2017	5065600	1431900	721200	115400	118300	732100	1946700

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 2012 a 2017

Neste período temporal, o número de indivíduos sem atividade com 15 ou menos anos e entre os 45-64 anos, ou seja, aqueles que se encontravam em idade ativa mais avançada, diminuiu ao longo dos anos. No grupo que inclui os indivíduos com 65 e mais anos, o número de inativos aumentou entre 2012 e 2013.

Na população inativa com 15 e mais anos, tendo em conta o sexo, constata-se que o número de mulheres sem atividade económica era sempre maior relativamente aos homens – o número de mulheres inativas aumentou até 2016 e diminuiu em 2017, enquanto no caso dos indivíduos do sexo masculino inativos o número aumentou até 2015 e diminuiu posteriormente (Tabela 39).

Tabela 39. População inativa por sexo entre 2012 e 2017 (Nº)

Sexo	Ano					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
H	1417500	1445200	1474500	1487300	1485600	1465100
M	2099200	2113100	2183300	2183700	2194800	2168600

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 2012 a 2017

Na população inativa com 15 e mais anos, segundo a condição perante a atividade económica, verifica-se que os indivíduos reformados representavam ao longo dos anos a maior parcela da população sem atividade económica – a tendência que se verifica é de aumento do número de reformados ao longo dos anos (Tabela 40).

Tabela 40. Condição perante a atividade económica entre 2012 e 2017 (Nº)

População Inativa	Ano					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Estudantes	783200	780000	794200	822300	818000	807200
Domésticos	440500	429600	428600	414900	399600	387400
Reformados	1591900	1595600	1693100	1711500	1746400	1752700
Outros	701200	753000	742000	722300	716500	686500

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 2012 a 2017

O número de indivíduos que se encontrava na situação de estudante variou ao longo dos anos, enquanto no caso dos indivíduos domésticos tem-se observado uma diminuição no mesmo período, apesar de reduzida. Apesar dos indivíduos em outras condições de inatividade aumentarem entre 2012 e 2013, verifica-se também que esse número tem diminuído ao longo dos anos.

4.2. Síntese de Resultados

Tendo como base os Censos, correspondentes ao ano 2001 e 2011, verificou-se a ocorrência de algumas alterações no que diz respeito ao grupo etário dos 50 aos 64 anos. Na Tabela 41 encontram-se sistematizadas as principais alterações ocorridas entre 2001 e 2011 em Portugal.

Tabela 41. Síntese de resultados relativos ao grupo etário 50-64 anos: 2001-2011

Período 2001-2011 (População 50-64 anos)	
População por sexo, grupo etário e escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> ○ + 208.006 indivíduos (2,3%) – sexo feminino continua em superioridade; ○ + 5,5% dos indivíduos com algum nível de escolaridade concluído – possuem essencialmente o ensino básico; ○ Aumento dos indivíduos com ensino secundário e superior; ○ – 335.714 indivíduos (3,2%) sem escolaridade.
População com 15 ou mais anos por sexo, grupo etário e principal meio de vida	<ul style="list-style-type: none"> ○ + 1,4% e 0,4% de indivíduos que têm o trabalho e a pensão/reforma como principais meios de vida; ○ + 41.708 indivíduos (0,4%) tem o subsídio de desemprego como principal meio de vida – em ambos os anos representam a segunda maior parcela; ○ – 23.924 indivíduos (0,3%) a cargo da família – sexo feminino continua em superioridade.
População com 15 ou mais anos por sexo, grupo etário, condição perante a atividade e escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> ○ + 2,2% e 0,1% de indivíduos ativos e inativos; ○ + 0,3% de indivíduos reformados; ○ – 0,7% indivíduos domésticos; ○ + mulheres estudantes e domésticas; ○ + homens reformados e incapacitados; ○ Em ambos os anos existiam mais mulheres sem escolaridade do que homens nas várias condições.
População empregada por sexo, grupo etário e escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> ○ + 143.617 empregados (1,3%); ○ + 1,6% de empregados com escolaridade; ○ – 0,3% de empregados sem escolaridade – maior número de homens sem escolaridade empregados; ○ + 0,1% de empregados com ensino básico (+ homens em ambos os anos); ○ + 0,8% de empregados com ensino superior; ○ No caso dos indivíduos sem escolaridade, este grupo etário passa em 2011 a ter um menor peso relativamente aos outros grupos.
População desempregada por sexo, grupo etário e escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> ○ + 89.209 desempregados (1,8%); ○ + desempregados com qualificação em ambos os anos; ○ + desempregados com ensino básico (aumento de 1,4%); ○ + desempregados com ensino secundário (aumento de 0,3%); ○ Percentagem de indivíduos desempregados sem escolaridade é praticamente nula em ambos os anos (0,1%) – mais mulheres em 2001 e homens em 2011.

Fonte: Tabela 8 a Tabela 30

Por outro lado, a análise dos dados mais recentes dos vários Inquéritos ao Emprego, realizados entre o ano 2012 e 2017, mostram alguma da evolução ocorrida nos últimos anos. De referir, que neste período de tempo, os dados referentes aos trabalhadores em idade ativa mais avançada encontravam-se agrupados na faixa etária dos 45 aos 64 anos (Tabela 42).

Tabela 42. Síntese de resultados relativos ao grupo etário 45-64 anos, 2012-2017

Período 2012-2017 (População 45-64 anos)	
População empregada por sexo, grupo etário, escolaridade e situação na profissão	<ul style="list-style-type: none"> ○ + 275. 700 empregados em 2012 do que em 2017; ○ Único grupo etário em que o número de empregados aumenta gradualmente todos os anos.
População desempregada por sexo, grupo etário e escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> ○ Número de indivíduos com 45 e mais anos aumenta entre 2012 e 2013 e diminui posteriormente até 2017; ○ Indivíduos com 45 e mais anos encontram-se sempre em maior número relativamente aos outros grupos.
População inativa com 15 ou mais anos por sexo, grupo etário e condição perante a atividade económica	<ul style="list-style-type: none"> ○ Número de indivíduos sem atividade diminui ao longo dos anos.

Fonte: Tabela 31 a Tabela 40

4.3. Análise das Entrevistas

Como referido anteriormente, foram realizadas entrevistas a indivíduos entre os 50 e os 64 anos, que se encontravam em situações específicas perante o mercado de trabalho, nomeadamente, em emprego, em desemprego, na reforma ou na situação de doméstico. Na presente análise, e no sentido de assegurar a confidencialidade dos participantes, atribuiu-se a designação de participante A (empregado), B (desempregado), C (reformado) e D (doméstico). No Anexo VIII e Anexo XIX encontram-se apresentados os modelos da entrevista e do consentimento informado assinado pelo participante.

A partir das entrevistas foi possível identificar algumas ideias relativamente à situação dos indivíduos com 50 ou mais anos no mercado de trabalho, que reúnem o consenso dos entrevistados.

Em primeiro lugar, e na resposta às primeiras quatro perguntas (Tabela 43), verifica-se que os participantes creem que a maioria das pessoas com 50 e mais anos não se encontram incluídas nem respeitadas no mercado de trabalho, visto que não sentem que a experiência adquirida ao longo dos anos seja devidamente valorizada. Com efeito, no

discurso dos entrevistados, a experiência e os conhecimentos adquiridos ao longo da vida são precisamente o que consideram dever ser mais valorizado nas pessoas com 50 e mais anos.

Por outro lado, os participantes referem a persistência de alguns estereótipos relacionados com estas idades como podendo ser fator de desvalorização dos trabalhadores, como a diminuição do rendimento no trabalho relativamente a uma pessoa mais jovem e a degradação do estado de saúde destes indivíduos, principalmente aquelas que se encontram cada vez mais velhos. Por esta razão, os entrevistados consideram que as entidades empregadoras têm preferência pela contratação de pessoas mais novas.

Tabela 43. Principais respostas dos participantes (Parte I)

Pergunta 1: Na sua opinião, como avalia a participação das pessoas com 50 e mais anos no mercado de trabalho? Acha que se encontram incluídas e respeitadas?	
A	• Não se encontram incluídas e respeitadas, porque o próprio mercado de trabalho já as coloca num estereótipo onde não conseguem encontrar trabalho.
B	• Estas pessoas estão mal aproveitadas, visto que apesar de se encontrarem capacitadas, atualmente não se dá valor à experiência adquirida no trabalho, não sendo incluídas nem respeitadas.
C	• Deveriam ser incluídas e respeitadas devido à experiência, mas vão perdendo a aceitação com o avançar da idade.
D	• As pessoas destas idades não são muito valorizadas, no estrangeiro dá-se mais valor ao que estas pessoas fazem.
Pergunta 2: O que mais valoriza uma pessoa com 50 e mais anos na situação de trabalho?	
A	• Conhecimento e Prática.
B	• Experiência adquirida aliada à formação (atualmente é contínua).
C	• Pontualidade, Educação, Respeito.
D	• Experiência adquirida ao longo do tempo
Pergunta 3: E o que mais desvaloriza ou penaliza uma pessoa com 50 e mais anos na situação de trabalho?	
A	• Rendimento de trabalho inferior aos mais jovens e a saúde também é penalizante.
B	• Serem considerados “velhos” para trabalhar.
C	• Quando uma pessoa não é interessada.
D	• Rendimento de trabalho inferior do que os mais jovens (principalmente nas mulheres), a idade e a saúde.
Pergunta 4: Acha que as entidades empregadoras valorizam a idade no recrutamento/acesso ao trabalho? Porquê?	
A	• Sim, porque preferem contratar mais novos, com a possibilidade de trabalhar mais anos e com mais rendimento.
B	• Sim, porque dão mais valor à formação académica do que à experiência.
C	• Sim, porque atualmente o empregador prefere uma pessoa mais nova e com diploma.
D	• Não, porque como querem que se faça muito trabalho, contratam os mais novos porque os mais velhos não têm o mesmo rendimento.

Fonte: Entrevistas

Relativamente ao impacto da escolaridade na situação perante o trabalho, é referido o desajuste dos requisitos relativos à escolaridade obrigatória, que se alteraram com o tempo criando uma situação de desigualdade entre os trabalhadores mais velhos e mais jovens que têm uma escolaridade mais elevada, muitos com formação superior.

De acordo com os entrevistados, o nível de escolaridade poderá não ser um entrave no momento de integração no mercado de trabalho pois os requisitos, para determinados trabalhos, poderão não ser tão exigentes. Estas referências encontram-se sistematizadas na Tabela 44, assim como as restantes respostas dos entrevistados.

Tabela 44. Principais respostas dos participantes (Parte II)

Pergunta 5: Em que medida considera que o nível de escolaridade interfere com a situação perante o trabalho?	
A	• O nível de escolaridade interfere sempre, mas de maneira diferente tendo em conta a área de trabalho a que se candidatam.
B	• O nível de escolaridade exigido deveria ser em função da idade, atendendo à escolaridade obrigatória na altura e não ao que se exige atualmente.
C	• Atualmente o empregador prefere sempre uma pessoa com estudos e com conhecimentos gerais em várias áreas, admitindo por isso pessoas com formação escolar e universitários.
D	• Depende do trabalho, porque no caso das limpezas (p.e) se a pessoa souber fazer o serviço a escolaridade não tem muito impacto. Por outro lado, as pessoas mais velhas não têm muitos conhecimentos sobre tecnologias, mas podem aprender.
Pergunta 6: O que pensa sobre o aumento da idade da reforma?	
A	• É negativo, porque mais tarde a pessoa deixa de trabalhar e mais “debilitado” fica não tendo o mesmo rendimento que antigamente.
B	• Absurdo, pois ficam sem disponibilidade para colher o fruto do trabalho, nem conseguem ajudar os filhos.
C	• Infelizmente Portugal não tem muita riqueza para que seja possível a reforma aos 60 anos, mas tendo em conta as ideias dos sucessivos governos, qualquer dia a reforma é quando a pessoa morre.
D	• É mau, porque quando as pessoas chegarem à idade da reforma não conseguem aproveitar a vida.
Pergunta 7: Sente-se protegido(a) pelas medidas do Estado face à sua situação de desemprego?	
A	Não Aplicável
B	• Não, porque no IEFP as pessoas são consideradas apenas números, em que só chamam para formações ou “tapar buracos” em empregos que nada correspondem à área. Os apoios económicos ou são muito pequenos, ou então nem todos têm direito a eles.
C	Não Aplicável
D	Não Aplicável
Pergunta 8: Como avalia a situação de trabalho das pessoas com 50 e mais anos em Portugal?	
A	• É má, porque existem muitas pessoas que trabalharam e foram despedidas aos 50 anos, ou seja, quando procuram trabalho as empresas já não estão dispostas a contratar alguém com 50 ou mais anos.
B	• A grande maioria encontra-se desempregada.
C	• É má e o futuro não é promissor devido ao trabalho precário.
D	• Não é boa pois a maioria sujeita-se ao trabalho que aparece ao longo dos anos, não gostando de o fazer, e quando ficam sem emprego é mais difícil de encontrar de novo.

Fonte: Entrevistas

No que diz respeito ao aumento da idade da reforma, a convergência de ideias é bastante visível pois os entrevistados consideram que ao aumentar cada vez mais a idade da reforma, as pessoas não conseguirão aproveitar o tempo que ainda têm pela frente, nem dar tanta atenção à família porque se encontram ainda a trabalhar. Observa-se ainda alguma compreensão relativamente ao facto de em Portugal não haver a possibilidade da maioria das pessoas se reformarem mais cedo (por exemplo aos 60 anos), mas os entrevistados, na sua generalidade, não compreendem o facto de a idade da reforma aumentar cada vez mais.

A questão relativa às medidas de proteção no desemprego, apenas foi colocada à pessoa que se encontrava nessa situação, tendo referido que a proteção proporcionada pelo Estado é mínima, relativamente aos apoios financeiros e abrangência dos mesmos, e que as formações e possíveis empregos através do IEFP são desadequados(as) à área de formação das próprias pessoas.

Por último, e na resposta à pergunta relativa à situação das pessoas com 50 e mais anos em Portugal no trabalho, todos consideram que não é muito animadora: muitas ou se encontram desempregadas e não conseguem reintegrar de novo o mercado de trabalho, ou então sujeitam-se a trabalhos que nada produzem para a felicidade dos mesmos.

Capítulo V

5. Considerações Finais

5.1. Principais Conclusões

O número de pessoas mais velhas tem aumentado em todo o mundo, e o número de crianças e jovens não tem acompanhado esse crescimento verificando-se assim que as características das estruturas etárias das diversas sociedades resultam da diminuição da natalidade e do aumento da esperança de vida (Peixoto *et al.*, 2017). Todas as mudanças ocorridas ao longo dos anos levaram as instituições internacionais a promover medidas remuneratórias e o aumento da idade da reforma, sempre no sentido de impulsionar o envelhecimento ativo dos indivíduos no emprego (Hamzaoui *et al.* 2017).

Tanto a literatura como as projeções da população disponíveis mostram que os cenários relativos ao envelhecimento da população, particularmente no mercado de trabalho, serão desafiadores, visto que a população que se encontra em idade ativa diminuirá e a mão-de-obra disponível será cada vez mais envelhecida. A análise dos dados dos Censos, assim como dos Inquéritos ao Emprego de 2012 a 2017, vai ao encontro de algumas das conclusões mencionadas pela literatura sobre o tema, reforçando duas questões fundamentais.

Em primeiro lugar, observa-se o envelhecimento da população portuguesa ao longo do tempo, particularmente a que se encontra em idade ativa mais avançada, sendo que a população residente entre os 50 e os 64 anos aumenta 2,3% em 10 anos. Relativamente à população mais jovem, a população residente entre os 0 e os 24 anos diminui 4,6% no mesmo período, e o número de indivíduos em idade ativa, entre os 15 e os 24 anos, diminui também 4,2%. Constata-se assim que o número de indivíduos mais velhos em Portugal tem aumentado, e em contrapartida o número de jovens não tem acompanhado esse aumento, fruto da diminuição da natalidade ao longo de vários anos.

Em segundo lugar, entre 2001 e 2011 o número de indivíduos reformados, entre os 50 e os 64 anos, aumentou 0,3% e a percentagem de indivíduos que tinham como principal meio de vida a pensão/reforma aumentou também 0,4%. Esta realidade é consequência da indexação da idade de reforma à esperança de vida, verificando-se que a promoção da reforma antecipada, adotada por diversos países durante algumas décadas, não será a melhor solução devido ao seu impacto na sustentabilidade dos sistemas de proteção social.

Tendo em consideração o (des)emprego entre 2001 e 2011, nos indivíduos entre os 50 e os 64 anos, verifica-se neste período o aumento do número de empregados em 1,3% e de desempregados em 1,8%. Posteriormente, no período compreendido entre 2012 e 2017, o número de empregados com 45 ou mais anos aumenta de forma gradual e o no caso dos desempregados observa-se a diminuição gradual a partir de 2014.

Segundo Hamzaoui *et al.* (2017), o aumento do número de reformados em consonância com as taxas de emprego da população entre os 55 e os 64 anos poderá originar riscos financeiros para os sistemas de segurança social, daí a opção de muitos países aumentarem a idade da reforma – aumentam os anos contributivos e a diminuição da despesa com as reformas nesse período (OECD, 2017). Como demonstram os dados anteriores, o caso português poderá ser desafiante se as tendências não se alterarem.

Apesar de alguns destes valores representarem uma melhoria, no que diz respeito aos indivíduos entre os 50 e os 64 anos no mercado de trabalho, é essencial notar que ainda permanecem algumas limitações relativamente às qualificações da mão-de-obra existente. Tendo em consideração as entrevistas realizadas, as pessoas com 50 e mais anos não têm a mesma igualdade de opções no acesso ao emprego, visto que os mais jovens com mais qualificações são mais valorizados, e no recrutamento não é tida em consideração a escolaridade obrigatória que antes era exigida às pessoas que têm atualmente mais de 50 anos.

De acordo com a última atualização do Programa Nacional de Reformas (2016-2022), e não obstante o esforço das últimas décadas na educação, sensivelmente 52% dos indivíduos entre os 25 e os 64 anos não completaram o ensino secundário, e 45% da mão-de-obra não possui competências tecnológicas (XXI Governo Constitucional, 2018). Esta realidade reforça o cenário da formação contínua ao longo da vida, no sentido de capacitar as pessoas com novas competências, e que permitam assegurar a empregabilidade das pessoas mais velhas.

Na Tabela 45 encontram-se sistematizadas algumas das medidas legislativas dos últimos 15 anos em Portugal, que têm como principais beneficiários os trabalhadores mais velhos, que se encontrem essencialmente sem emprego. Observa-se que algumas das medidas têm como público-alvo indivíduos com 45 ou mais anos, sinal esse que demonstra um aumento da preocupação em apoiar indivíduos em idade ativa mais avançada que estejam desempregados ou em situações similares. Este cuidado é fundamental, no sentido

em que ao nível das políticas públicas, o desenvolvimento de medidas e/ou dispositivos que permitem regular o mercado laboral, têm a idade como principal critério (Hamzaoui *et al.*, 2017).

Tabela 45. Síntese de medidas legislativas relativas à população dos 50 aos 64 anos

Legislação	Objetivo	Medida Específica/Beneficiários
Decreto-lei nº 84/2003 (24 abril)	-Instituir o Programa de Emprego e Proteção Social	-Medidas temporárias de emprego e proteção para desempregados -Reforma antecipada para 58 anos
Portaria nº 128/2009 (30 janeiro)	-Regulamentar o Contrato emprego-inserção e o Contrato emprego-inserção+	-Desempregados com 55 ou mais anos
Portaria nº 131/2009 (30 janeiro)	-Regulamentar os Estágios Qualificação-Emprego	-Indivíduos com 35 ou mais anos à procura do primeiro emprego (maiores benefícios para 45 ou mais anos)
Portaria nº 3-A/2013 (4 janeiro)	-Apoiar à contratação (reembolso de parte da TSU)	-Desempregados com 45 ou mais anos -Indivíduos inativos
Decreto-lei nº 13/2015 (26 janeiro)	-Refletir sobre a inclusão dos grupos mais desfavorecidos no mercado de trabalho	-Trabalhadores mais velhos incluídos
Decreto-lei nº 72/2017 (21 junho)	-Incentivar a contratação de desempregados de longa e muito longa duração	-Trabalhadores com 45 ou mais anos

Fonte: Elaboração própria com base nos Decretos-Leis.

As organizações a nível mundial têm sido consciencializadas e alertadas para a evolução da estrutura etária dos trabalhadores e para os desafios e vantagens que poderão comportar. Nesse sentido, já tem sido visível algum esforço por parte de vários países e suas organizações, para a adaptação das suas infraestruturas e ações a esta nova realidade. Segundo Hamzaoui *et al.* (2017), o facto de os trabalhadores terem de trabalhar mais anos não quer dizer que isso seja possível da parte desses indivíduos, ou até que poderão não querer trabalhar mais, daí a premência das organizações fornecerem algumas condições para reterem os trabalhadores mais velhos nos seus postos de trabalho.

De acordo com os dados analisados, o número de indivíduos entre os 50 e os 64 anos com escolaridade aumenta entre 2001 e 2011 – indivíduos com o ensino secundário e superior aumentam –, e diminui o número de indivíduos sem qualquer qualificação. Apesar do aumento da escolarização dos indivíduos, e do número de empregados qualificados aumentar também 1,6%, o número de desempregados qualificados deste grupo etário é

elevado em ambos os censos, verificando-se ainda que o número de indivíduos sem emprego com ensino superior aumenta.

Assim, um dos principais desafios do Programa Nacional de Reformas (2016-2022) é combater o desemprego de longa e muito longa duração nos adultos, promovendo a sua qualificação e facilitando o reingresso destes no mercado de trabalho (XXI Governo Constitucional, 2018). É de extrema importância o desenvolvimento de medidas que promovam a qualificação de todos os indivíduos, particularmente do grupo etário dos 50 aos 64 anos, pois são um grupo de risco no que diz respeito ao desencorajamento e possível separação do mercado de trabalho devido ao desemprego.

Existe ainda alguma indefinição relativamente à idade dos “trabalhadores mais velhos” e, no caso específico de Portugal, essa indefinição faz com que o desenvolvimento de medidas direcionadas aos indivíduos em idade ativa mais avançada (entre os 50 e os 64 anos) ainda não seja, salvo algumas exceções, muito objetiva.

Observa-se que aquando da enumeração das medidas propostas pelo poder político, a referência fica-se pelos indivíduos adultos entre os 15 e os 64 anos ou então entre os 25 e os 64 anos. Como refere Hamzaoui *et al.* (2017), a designação de “trabalhadores mais velhos” carece ainda de alguma precisão, visto que não existe nenhum critério onde se encontre definido a altura em que um indivíduo é considerado velho.

Em suma, uma das principais medidas utilizadas no sentido de dar resposta aos desafios subjacentes ao envelhecimento da população é o aumento da idade da reforma (OECD, 2017), algo que já tem sido implementado em vários países e que virá a ser utilizado noutros. Os trabalhadores em idade ativa mais avançada, especificamente entre os 50 e os 64 anos, são por isso demasiado novos para deixarem de trabalhar tendo em conta o atual contexto populacional e laboral.

No sentido destes indivíduos não serem considerados velhos para trabalhar, algo que ainda existe atualmente em diversos sectores de atividade, é imprescindível que as organizações se adaptem a esta realidade, visto que a mão-de-obra portuguesa, e mundial, será cada vez mais envelhecida.

Será fundamental que as entidades empregadoras consigam integrar profissionais de diversas faixas etárias, particularmente cidadãos em idade ativa mais avançada, visto que poderão ser uma mais-valia para a empresa e para os recursos humanos mais jovens que integrem o mercado de trabalho.

Referências Bibliográficas

- Almeida, A. J. (2007). Empregabilidade, contextos de trabalho e funcionamento do mercado de trabalho em Portugal. *Revista de Ciências Da Educação*, 51–58.
- André, M. H. (2012). Proteção social, regulação do mercado e criação de emprego. In M. de L. Rodrigues & P. A. e Silva (Eds.), *Políticas Públicas em Portugal* (pp. 175–184). Lisboa: INCM/ISCTE-IUL.
- Bandeira, M. L., Azevedo, A. B., Gomes, C. S., Tomé, L. P., Mendes, M. F., Baptista, M. I., & Moreira, M. J. G. (2014). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Retrieved from <https://www.ffms.pt/FileDownload/3b046d5a-0a4a-4e0e-9efb-3b3a7c87b616/dinamicas-demograficas-e-envelhecimento-da-populacao-portuguesa-19502011-evolucao-e-perspectivas>
- Bell, J. (2005). Planning and conducting interviews. In *Doing Your Research Project: A guide for first-time researchers in education, health and social science* (pp. 156–172). Berkshire: Open University Press. Retrieved from http://elearning.cfl.udn.vn/home/esp/pluginfile.php/3274/mod_resource/content/1/Judith Bell - Doing_Your_Research_Project.pdf
- Boockmann, B., Fries, J., & Gobel, C. (2018). Specific measures for older employees and late career employment. *The Journal of the Economics of Ageing*, 12, 159–174.
- Cabral, M. V., Ferreira, P. M., Silva, P. A. da, Jerónimo, P., & Marques, T. (2013). *Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- Cardoso, D., & Branco, R. (2018). Liberalised dualisation, labour market reforms and the crisis in Portugal: A new departure. *European Journal of Social Security*, 20(1), 31–48. Retrieved from https://www.researchgate.net/profile/Rui_Branco3/publication/323966870_Liberalised_dualisation_Labour_market_reforms_and_the_crisis_in_Portugal_A_new_departure/links/5ab52b610f7e9b68ef4c0f1c/Liberalised-dualisation-Labour-market-reforms-and-the-crisis-in-
- Centeno, M., & Novo, Á. (2008). As políticas activas e passivas do mercado de trabalho. In *Janus 2008: Portugal no Mundo* (pp. 154–155). Lisboa: Público/UAL.
- Centeno, M., Pedroso, P., Ferreira, A. C., Dornelas, A., Estanque, E., Novo, Á., & Henriques, M. (2005). *Acesso ao Emprego e Mercado de Trabalho: Formulação de Políticas Públicas no Horizonte de 2013*. Coimbra.
- Collier, D. (1993). The Comparative Method. In A. W. Finifter (Ed.), *Political Science: The State of the Discipline II* (pp. 105–119). Washington D.C.: American Political Science Association. Retrieved from <http://polisci.berkeley.edu/sites/default/files/people/u3827/APSA-TheComparativeMethod.pdf>
- Commission, E. (2014). *Population ageing in Europe: facts, implications and policies*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Costa, R. F. da, & Pereira, F. (2005). Capital Humano: Métricas para a Inovação e Competitividade. In Centro de Informação e Documentação (CID) (Ed.), *Competitividade, Inovação e Emprego* (pp. 163–181). Lisboa: MTSS/DGEEP.
- Coughlin, J. F. (2008). Are You Ready for the New Older Workplace? Aging Baby Boomers & the Evolving Role of Employers. *AgeLab*, 1–6.
- Decreto-Lei n.º 13/2015 de 26 de janeiro do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pub. L. No. Diário da República, 1.ª série-º 17, 569 (2015). Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/66325237>

- Decreto-Lei n.º 220/2006 de 3 de Novembro do Ministério da Trabalho e da Segurança Social, Pub. L. No. Diário da República, 1.ª série-º 212, 7689 (2006). Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/546202>
- Decreto-Lei n.º 72/2017 de 21 de junho do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pub. L. No. Diário da República, 1.ª série-º 118, 3125 (2017). Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/107541408>
- Decreto-Lei n.º 84/2003 de 24 de abril do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Pub. L. No. Diário da República, 1.ª série-A-º 96, 2660 (2003). Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/240672>
- Dornelas, A., & Silva, M. V. da. (2012). Regulação do Mercado de Trabalho. In M. de L. Rodrigues & P. A. e Silva (Eds.), *Políticas Públicas em Portugal* (pp. 155–165). Lisboa: INCM/ISCTE-IUL.
- Eurofound. (2012). *Employment trends and policies for older workers in the recession*. Retrieved from <https://www.eurofound.europa.eu/publications/report/2012/labour-market-social-policies/employment-trends-and-policies-for-older-workers-in-the-recession>
- Europeia, C. (2012). *A contribuição da UE para um envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia. <https://doi.org/10.2767/68665>
- Eurostat. (2010). Unemployment. Retrieved February 15, 2018, from <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Glossary:Unemployment>
- Eurostat. (2012). *Active ageing and solidarity between generations: A statistical portrait of the European Union 2012*. (P. P. Borg, D. Ivan, A. Johansson, D. Kawiorska, D. Leythienne, M. Marcu, ... U. Wieland, Eds.). Luxembourg: Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2785/17758>
- Eurostat. (2015). Young people neither in employment nor in education and training (NEET). Retrieved January 18, 2018, from <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Glossary:NEET>

- Fernandes, A. A. (2005). Envelhecimento e Saúde. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, pp. 45–48.
- Ferreira, A. L. D. (2017). *Perspetivas sobre os ativos mais velhos da região norte*. Universidade Católica Portuguesa. Retrieved from [https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/22864/1/Perspetivas sobre os Ativos Mais Velhos da Região Norte.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/22864/1/Perspetivas%20sobre%20os%20Ativos%20Mais%20Velhos%20da%20Região%20Norte.pdf)
- Ferreira, P. L., Rodrigues, R., & Nogueira, D. (2006). Características demográficas da população idosa. In *Avaliação multidimensional em idosos* (pp. 19–27). Coimbra: Mar da Palavra.
- Ferreira, P. M., Moreira, A., Azevedo, A. B., & Manso, L. P. (2017). *O Envelhecimento Ativo em Portugal através do Active Ageing Index e do AgeWatch Index*. Lisboa.
- Figueiredo, D. (2007). *Cuidados Familiares ao Idoso Dependente*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Fula, A., Amaral, V., & Abraão, A. (2012). Que idade tem o trabalhador mais velho? Um contributo para a definição do conceito de trabalhador mais velho. *Análise Psicológica*, 30, 285–300. [https://doi.org/https://doi.org/10.14417/ap.567](https://doi.org/10.14417/ap.567)
- Garcia, M. T. M., Fontainha, E., & Passos, J. (2017). Hiring older workers: The case of Portugal. *The Journal of the Economics of Ageing*, 9, 71–77. Retrieved from <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212828X15300141>
- Gibson, K. J., Zerbe, W., & Franken, R. E. (1992). Job Search Strategies for Older Job Hunters: Addressing Employers Perceptions. *Canadian Journal of Counselling*, 26(3), 166–176.
- Góis, C. S. A. T. dos S. V. e. (2012). *A Europeização das políticas de emprego: Impactos e implicações no caso português*. Universidade de Coimbra.
- Gonçalves, C. M. (2005). Evoluções recentes do desemprego em Portugal. *Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, 125–163.

- Hamzaoui, M., Léonard, D., & Artois, P. (2017). *Vieillissement et société: Catégorisations, Travail, Politiques sociales*. Louvain-la-Neuve: Éditions Academia.
- Harper, S., Khan, H. T. A., Saxena, A., & Leeson, G. (2006). Attitudes and Practices of Employers towards Ageing Workers: Evidence from a Global Survey on the Future of Retirement. *Ageing Horizons*. Oxford. Retrieved from https://www.ageing.ox.ac.uk/files/5_harper_khan_saxena_leeson.pdf
- Ichino, A., Schwerdt, G., Winter-Ebmer, R., & Zweimuller, J. (2017). Too old to work, too young to retire. *The Journal of the Economics of Ageing*, 9, 14–29.
- INE. (1994a). Desempregado de longa duração. Retrieved April 27, 2018, from <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4744>
- INE. (1994b). Taxa de Desemprego. Retrieved October 15, 2018, from http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/545#Histórico_
- INE. (2003). Índice de Envelhecimento. Retrieved January 13, 2018, from <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/925>
- INE. (2005a). Inativo Desencorajado. Retrieved January 11, 2018, from <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5455>
- INE. (2005b). Taxa de Emprego. Retrieved October 15, 2018, from <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5453>
- INE. (2006). Taxa de inatividade. Retrieved April 27, 2018, from <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3553>
- INE. (2017, June 16). Estimativas de população residente em Portugal: 2016. *Destaque: Informação à Comunicação Social*, pp. 1–6. Retrieved from https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=296278024&att_display=n&att_download=y
- Ivic, S. (2013). O Direito dos Idosos na União Europeia. *Revista de Ciências Sociais*, 185–205.

- Johnson, R. W. (2007). *Managerial Attitudes Toward Older Workers: A Review of the Evidence*. Washington D.C.
- Lamelas, F. (2015). Regulação do Mercado de Trabalho e Memorando de Entendimento. In M. de L. Rodrigues & P. A. e Silva (Eds.), *Governar com a Troika: Políticas Públicas em Tempo de Austeridade* (pp. 155–175). Coimbra: Almedina.
- Maia, G. S. P. (2015). *A Relação dos contratos de trabalho atípicos com a flexibilização do direito do trabalho: Uma perspectiva luso-brasileira*. Universidade de Coimbra. Retrieved from [https://eg.uc.pt/bitstream/10316/34742/1/A relacao dos contratos de trabalho atipicos com a flexibilizacao do direito do trabalho uma perspectiva luso-brasileira.pdf](https://eg.uc.pt/bitstream/10316/34742/1/A%20relacao%20dos%20contratos%20de%20trabalho%20atipicos%20com%20a%20flexibilizacao%20do%20direito%20do%20trabalho%20uma%20perspectiva%20luso-brasileira.pdf)
- Marshall, V. W. (2001). Canadian research on older workers. In *Problems of Older Workers* (pp. 1–20). Vancouver: International Association on Gerontology.
- McGregor, J., & Gray, L. (2002). Stereotypes and Older Workers: The New Zealand Experience. *Social Policy Journal of New Zealand*, (18), 163–177.
- OECD. (2017). Flexible Retirement in OECD Countries. In *Pensions at a Glance 2017: OECD and G20 Indicators*. Paris: OECD Publishing.
- OIT. (2013). *Enfrentar a Crise do Emprego em Portugal*. Lisboa.
- Padilla, A. (2011). *An Ageing Workforce*. London. Retrieved from <http://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/POST-PN-391/POST-PN-391.pdf>
- Peixoto, J., Craveiro, D., Malheiros, J., & Oliveira, I. T. de. (2017). *Migrações e Sustentabilidade Demográfica: Perspetivas de evolução da sociedade e economia portuguesas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Pinto, L. M. P. (2014). *Gestão da mão de obra e idade dos trabalhadores: Um estudo exploratório*. Universidade do Porto.

- Portaria n.º 128/2009 de 30 de janeiro de 2009 do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, Pub. L. No. Diário da República, 1.ª série-º 21, 645 (2009). Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/601747>
- Portaria n.º 131/2009 de 30 de janeiro do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Pub. L. No. Diário da República, 1.ª série-º 21, 656 (2009). Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/601748>
- Portaria n.º 262/2009 de 12 de março do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Pub. L. No. Diário da República, 1.ª série-º 50, 1647 (2009). Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/605313>
- Portaria n.º 3-A/2013 de 4 janeiro do Ministério da Economia e do Emprego, Pub. L. No. Diário da República, 1.ª série-º 3, 36(2) (2013). Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/249068>
- Portaria n.º 34/2017 de 18 de janeiro de 2017 do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Pub. L. No. Diário da República, 1.ª série-º 13, 463 (2017). Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/105770337>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. Van. (1998a). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. Van. (1998b). Quinta Etapa: A Observação. In *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2 Edição). Lisboa: Gradiva - Publicações, Lda.
- Ramos, V. (2008). Quais os métodos e processos de recolha de dados? In E. E. da Silva (Ed.), *Investigação Passo a Passo: Perguntas e respostas essenciais para a Investigação Clínica* (pp. 61–67). Lisboa: APMCG.
- Rebelo, G. (2015). Os Desafios à Criação de Emprego. In M. Robalo (Ed.), *Trabalho e Segurança Social: Uma perspetiva socioeconómica e jurídica*. (pp. 17–25). Lisboa: Edições Sílabo.
- Rodrigues, M. J. (1991). *Competitividade e recursos humanos: dilemas de Portugal na construção europeia*. Lisboa: Dom Quixote.

- SafeWork SA. (2014). Age Friendly Workplaces: Case Studies - the benefits of employing older worker. South Australia: Government of South Australia. Retrieved from https://www.safework.sa.gov.au/uploaded_files/AgeFriendlyWorkplacesCaseStudies.pdf
- Santo, P. do E. (2015). Política Comparada. In *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais: Génese, Fundamentos e Problemas* (2ª Edição, pp. 41–62). Lisboa: Edições Sílabo.
- Silva, P. A. e, & Pereira, M. T. (2012). As políticas de proteção no desemprego em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 133–150. Retrieved from <http://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/10300/10446.pdf>
- Skirbekk, V. (2008). Age and Productivity Capacity: Descriptions, Causes and Policy Options. *Ageing Horizons*. Oxford. Retrieved from http://pure.iiasa.ac.at/id/eprint/8588/1/ageing_horizons_8_skirbekk_ll.pdf
- União Europeia. (2011). *Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica*. (M. das Finanças, Ed.). Lisboa.
- Valente, A. F., Frade, C., Coelho, L., & Ribeiro, R. (2015). Crise Económica em Portugal: Alterações nas Práticas Quotidianas e nas Relações Familiares. In *Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa 2015* (1ª Edição, pp. 5153–5171). Lisboa.
- Veiga, M. (2014). Legislação da União Europeia para o Envelhecimento. *Debater a Europa*, 373–294.
- Walker, A. (2002). Ageing in Europe: policies in harmony or discord. *International Journal of Epidemiology*, 31, 758–761. Retrieved from <https://academic.oup.com/ije/article-pdf/31/4/758/18478808/310758.pdf>
- Walker, A. (2008). Commentary: The Emergence and Application of Active Aging in Europe. *Journal of Aging & Social Policy*, 21(1), 75–93. <https://doi.org/10.1080/08959420802529986>

WHO. (2002). *Active Ageing: A Policy Framework*. (WHO, Ed.). Geneva. Retrieved from http://whqlibdoc.who.int/hq/2002/WHO_NMH_NPH_02.8.pdf

XXI Governo Constitucional. (2018). *Programa Nacional de Reformas: Maior crescimento, melhor emprego, maior igualdade (2016-2022)*. Lisboa. Retrieved from <https://www.portugal.gov.pt/upload/ficheiros/i007132.pdf>

Zaidi, A. (2015). Creating and using the evidence base: the case of the Active Ageing Index. *Journal of the Academy of Social Sciences*, 10(2), 148–159. <https://doi.org/10.1080/21582041.2015.1056750>

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto P-RIDE: Portugal – Integração Regional da Demografia e da Economia (POCI-01-0145-FEDER-016868), financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do COMPETE2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia I.P.

ANEXOS

ANEXO I – População residente por grupo etário, escolaridade e sexo, em 2001 e 2011

2001	Sexo	Total	Menos de 15 anos	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 a 69 anos	De 70 a 74 anos	De 75 ou mais anos
Portugal	HM	10 356 117	1 656 602	688 686	790 901	814 661	761 457	770 781	728 518	686 134	642 516	571 452	550 916	538 165	453 962	701 366
	H	5 000 141	847 553	351 422	400 087	409 243	379 363	378 783	357 528	333 382	309 484	268 899	256 179	244 230	196 615	267 373
	M	5 355 976	809 049	337 264	390 814	405 418	382 094	391 998	370 990	352 752	333 032	302 553	294 737	293 935	257 347	433 993
Sem Qualificação	HM	2 732 254	1 164 004	14 942	20 953	29 467	38 894	44 448	52 166	59 186	77 078	120 658	199 840	246 664	239 168	424 786
	H	1 152 169	599 908	8 974	12 263	16 864	22 005	24 184	26 308	26 302	25 211	31 982	62 575	82 317	80 772	132 504
	M	1 580 085	564 096	5 968	8 690	12 603	16 889	20 264	25 858	32 884	51 867	88 676	137 265	164 347	158 396	292 282
Com Qualificação	HM	7 623 863	492 598	673 744	769 948	785 194	722 563	726 333	676 352	626 948	565 438	450 794	351 076	291 501	214 794	276 580
	H	3 847 972	247 645	342 448	387 824	392 379	357 358	354 599	331 220	307 080	284 273	236 917	193 604	161 913	115 843	134 869
	M	3 775 891	244 953	331 296	382 124	392 815	365 205	371 734	345 132	319 868	281 165	213 877	157 472	129 588	98 951	141 711
Ensino Básico	HM	5 739 356	492 598	598 377	421 672	441 726	476 985	520 116	501 417	487 169	457 182	375 091	297 220	248 692	183 583	237 528
	H	2 985 470	247 645	312 627	241 570	244 795	250 193	262 939	248 982	238 004	228 851	196 072	163 227	138 195	98 543	113 827
	M	2 753 886	244 953	285 750	180 102	196 931	226 792	257 177	252 435	249 165	228 331	179 019	133 993	110 497	85 040	123 701
Ensino Secundário	HM	1 143 448	0	75 367	301 583	200 061	134 862	113 340	95 544	66 667	51 541	34 125	22 398	17 890	13 359	16 711
	H	546 656	0	29 821	131 659	96 261	64 101	54 472	47 447	34 920	27 901	20 048	13 724	10 515	7 375	8 412
	M	596 792	0	45 546	169 924	103 800	70 761	58 868	48 097	31 747	23 640	14 077	8 674	7 375	5 984	8 299
Ensino Médio	HM	66 965	0	0	0	0	2 469	4 268	5 551	6 526	7 360	8 299	8 856	8 964	6 567	8 105
	H	32 729	0	0	0	0	1 511	2 405	3 054	3 156	3 640	3 966	4 294	4 078	3 016	3 609
	M	34 236	0	0	0	0	958	1 863	2 497	3 370	3 720	4 333	4 562	4 886	3 551	4 496
Ensino Superior	HM	674 094	0	0	46 693	143 407	108 247	88 609	73 840	66 586	49 355	33 279	22 602	15 955	11 285	14 236
	H	283 117	0	0	14 595	51 323	41 553	34 783	31 737	31 000	23 881	16 831	12 359	9 125	6 909	9 021
	M	390 977	0	0	32 098	92 084	66 694	53 826	42 103	35 586	25 474	16 448	10 243	6 830	4 376	5 215

2011	Sexo	Total	Menos de 15 anos	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 a 69 anos	De 70 a 74 anos	De 75 ou mais anos
Portugal	HM	10 562 178	1 572 329	565 250	582 065	656 076	773 567	824 683	773 098	770 294	722 360	677 651	634 741	551 701	496 438	961 925
	H	5 046 600	803 999	288 525	293 023	324 848	378 734	402 307	374 962	370 989	346 248	322 095	298 546	253 004	220 461	368 859
	M	5 515 578	768 330	276 725	289 042	331 228	394 833	422 376	398 136	399 305	376 112	355 556	336 195	298 697	275 977	593 066
Sem Qualificação	HM	895 140	353 269	2 025	4 502	7 274	10 387	12 743	14 408	15 877	17 603	20 830	23 429	36 387	92 345	284 061
	H	358 413	180 347	1 058	2 243	3 589	5 284	6 621	7 610	8 090	8 490	9 396	9 585	12 069	28 151	75 880
	M	536 727	172 922	967	2 259	3 685	5 103	6 122	6 798	7 787	9 113	11 434	13 844	24 318	64 194	208 181
Com Qualificação	HM	9 667 038	1 219 060	563 225	577 563	648 802	763 180	811 940	758 690	754 417	704 757	656 821	611 312	515 314	404 093	677 864
	H	4 688 187	623 652	287 467	290 780	321 259	373 450	395 686	367 352	362 899	337 758	312 699	288 961	240 935	192 310	292 979
	M	4 978 851	595 408	275 758	286 783	327 543	389 730	416 254	391 338	391 518	366 999	344 122	322 351	274 379	211 783	384 885
Ensino Pré-Escolar	HM	261 805	261 805	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	H	134 526	134 526	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	127 279	127 279	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino Básico	HM	5 912 398	955 510	171 884	148 652	190 905	261 956	365 601	427 343	478 087	485 483	503 814	503 186	446 226	359 756	613 995
	H	2 939 160	488 226	101 488	91 046	113 821	147 995	196 705	220 198	239 779	235 714	237 473	233 747	203 884	168 204	260 880
	M	2 973 238	467 284	70 396	57 606	77 084	113 961	168 896	207 145	238 308	249 769	266 341	269 439	242 342	191 552	353 115
Ensino Secundário	HM	1 770 324	1 745	325 078	185 972	198 805	221 971	200 276	173 423	153 957	120 221	67 889	46 947	28 660	17 638	27 742
	H	876 305	900	157 984	95 733	99 939	109 710	96 054	81 388	72 698	58 923	35 426	25 775	17 075	10 725	13 975
	M	894 019	845	167 094	90 239	98 866	112 261	104 222	92 035	81 259	61 298	32 463	21 172	11 585	6 913	13 767
Ensino Pós-Secundário	HM	92 611	0	8 771	26 361	20 908	18 625	15 405	2 541	0	0	0	0	0	0	0
	H	49 613	0	4 685	14 585	11 396	9 664	7 966	1 317	0	0	0	0	0	0	0
	M	42 998	0	4 086	11 776	9 512	8 961	7 439	1 224	0	0	0	0	0	0	0
Ensino Superior	HM	1 629 900	0	57 492	216 578	238 184	260 628	230 658	155 383	122 373	99 053	85 118	61 179	40 428	26 699	36 127
	H	688 583	0	23 310	89 416	96 103	106 081	94 961	64 449	50 422	43 121	39 800	29 439	19 976	13 381	18 124
	M	941 317	0	34 182	127 162	142 081	154 547	135 697	90 934	71 951	55 932	45 318	31 740	20 452	13 318	18 003

ANEXO II – População com 15 ou mais anos por grupo etário, sexo e principal meio de vida, em 2001 e 2011

2001	Sexo	Total	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 a 69 anos	De 70 a 74 anos	75 ou mais anos
Portugal	HM	8 699 515	688 686	790 901	814 661	761 457	770 781	728 518	686 134	642 516	571 452	550 916	538 165	453 962	701 366
	H	4 152 588	351 422	400 087	409 243	379 363	378 783	357 528	333 382	309 484	268 899	256 179	244 230	196 615	267 373
	M	4 546 927	337 264	390 814	405 418	382 094	391 998	370 990	352 752	333 032	302 553	294 737	293 935	257 347	433 993
Trabalho	HM	4 579 640	140 431	468 626	669 334	638 755	632 529	581 459	516 433	422 014	274 499	163 663	47 979	14 099	9 819
	H	2 569 057	85 773	260 547	356 996	345 213	344 698	322 391	292 820	247 739	165 655	102 079	29 758	9 429	5 959
	M	2 010 583	54 658	208 079	312 338	293 542	287 831	259 068	223 613	174 275	108 844	61 584	18 221	4 670	3 860
Rendimentos da propriedade e da empresa	HM	55 328	151	688	1 319	1 911	2 928	3 971	5 207	6 950	7 983	8 042	5 432	4 310	6 436
	H	27 339	72	402	745	1 025	1 488	2 044	2 541	3 387	4 005	4 373	2 688	2 004	2 565
	M	27 989	79	286	574	886	1 440	1 927	2 666	3 563	3 978	3 669	2 744	2 306	3 871
Subsídio de desemprego	HM	190 463	5 759	16 380	19 182	19 861	19 428	18 848	20 471	23 421	28 550	18 116	447	0	0
	H	83 919	2 859	6 643	6 737	6 899	6 758	7 137	7 886	10 723	16 500	11 552	225	0	0
	M	106 544	2 900	9 737	12 445	12 962	12 670	11 711	12 585	12 698	12 050	6 564	222	0	0
Subsídio temporário por acidente de trabalho ou doença profissional	HM	36 779	335	1 162	2 365	2 727	3 383	3 782	4 724	5 481	5 870	5 147	1 158	308	337
	H	18 440	195	578	1 100	1 306	1 693	1 843	2 325	2 699	3 062	2 847	503	146	143
	M	18 339	140	584	1 265	1 421	1 690	1 939	2 399	2 782	2 808	2 300	655	162	194
Outros subsídios temporários	HM	19 851	1 355	2 631	2 064	1 734	1 862	1 600	1 690	1 943	2 051	1 846	548	231	296
	H	6 453	728	1 197	751	516	465	437	444	540	605	579	95	44	52
	M	13 398	627	1 434	1 313	1 218	1 397	1 163	1 246	1 403	1 446	1 267	453	187	244
Rendimento Mínimo Garantido	HM	46 357	1 438	3 368	4 634	5 668	5 993	5 095	4 341	4 275	4 300	4 035	1 520	816	874
	H	14 162	505	1 012	1 291	1 657	1 807	1 696	1 456	1 340	1 338	1 289	370	200	201
	M	32 195	933	2 356	3 343	4 011	4 186	3 399	2 885	2 935	2 962	2 746	1 150	616	673
Pensão / Reforma	HM	2 074 443	725	4 481	7 076	9 862	14 138	21 074	35 431	72 149	142 312	257 558	439 869	411 785	657 983
	H	918 238	410	2 362	3 740	5 422	7 523	10 186	15 870	33 330	68 235	124 868	207 681	183 039	255 572
	M	1 156 205	315	2 119	3 336	4 440	6 615	10 888	19 561	38 819	74 077	132 690	232 188	228 746	402 411
Apoio social	HM	25 631	3 692	2 847	2 167	1 991	1 970	1 720	1 532	1 523	1 758	1 684	1 050	1 008	2 689
	H	10 736	1 807	1 303	1 123	1 093	1 000	804	653	615	635	523	283	270	627
	M	14 895	1 885	1 544	1 044	898	970	916	879	908	1 123	1 161	767	738	2 062
A cargo da família	HM	1 536 075	525 627	279 381	95 847	69 018	77 984	80 267	82 110	89 210	88 375	76 583	34 263	18 314	19 096
	H	452 912	254 070	120 112	31 926	12 144	9 408	7 332	4 464	3 950	3 544	3 096	1 019	648	1 199
	M	1 083 163	271 557	159 269	63 921	56 874	68 576	72 935	77 646	85 260	84 831	73 487	33 244	17 666	17 897
Outra situação	HM	134 948	9 173	11 337	10 673	9 930	10 566	10 702	14 195	15 550	15 754	14 242	5 899	3 091	3 836
	H	51 332	5 003	5 931	4 834	4 088	3 943	3 658	4 923	5 161	5 320	4 973	1 608	835	1 055
	M	83 616	4 170	5 406	5 839	5 842	6 623	7 044	9 272	10 389	10 434	9 269	4 291	2 256	2 781

2011	Sexo	Total	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 a 69 anos	De 70 a 74 anos	De 75 ou mais anos
Portugal	HM	8 989 849	565 250	582 065	656 076	773 567	824 683	773 098	770 294	722 360	677 651	634 741	551 701	496 438	961 925
	H	4 242 601	288 525	293 023	324 848	378 734	402 307	374 962	370 989	346 248	322 095	298 546	253 004	220 461	368 859
	M	4 747 248	276 725	289 042	331 228	394 833	422 376	398 136	399 305	376 112	355 556	336 195	298 697	275 977	593 066
Trabalho	HM	4 335 856	34 767	259 323	494 573	627 892	664 788	604 098	574 319	489 922	352 303	177 814	39 490	10 387	6 180
	H	2 281 243	21 001	140 045	250 829	321 291	342 069	312 559	299 862	261 959	196 115	100 061	24 199	7 057	4 196
	M	2 054 613	13 766	119 278	243 744	306 601	322 719	291 539	274 457	227 963	156 188	77 753	15 291	3 330	1 984
Pensão / Reforma	HM	2 459 338	1 192	3 250	5 309	9 118	13 726	18 661	29 421	55 007	149 665	316 073	474 760	462 159	920 997
	H	1 089 177	577	1 748	2 894	4 955	7 295	9 599	14 298	25 701	68 512	159 069	223 931	210 737	359 861
	M	1 370 161	615	1 502	2 415	4 163	6 431	9 062	15 123	29 306	81 153	157 004	250 829	251 422	561 136
Subsídio de desemprego	HM	299 147	907	12 681	25 295	34 645	37 836	36 515	39 293	42 231	43 291	26 273	180	0	0
	H	146 829	488	5 905	11 270	14 637	16 363	17 039	19 499	21 683	24 227	15 642	76	0	0
	M	152 318	419	6 776	14 025	20 008	21 473	19 476	19 794	20 548	19 064	10 631	104	0	0
Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional	HM	18 986	78	442	759	1 217	1 793	2 279	2 866	3 330	3 405	2 236	360	100	121
	H	11 814	51	303	490	832	1 089	1 408	1 795	2 029	2 175	1 342	193	47	60
	M	7 172	27	139	269	385	704	871	1 071	1 301	1 230	894	167	53	61
Rendimento social de inserção	HM	105 911	3 371	8 703	10 228	12 161	14 308	14 160	13 479	11 787	9 515	6 057	1 004	506	632
	H	40 930	1 413	3 075	3 407	4 109	4 990	5 437	5 796	5 340	4 339	2 579	275	71	99
	M	64 981	1 958	5 628	6 821	8 052	9 318	8 723	7 683	6 447	5 176	3 478	729	435	533
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	HM	51 207	870	3 576	6 278	7 937	6 400	4 551	4 936	5 856	6 009	3 982	564	113	135
	H	14 626	222	485	638	881	1 274	1 541	1 999	2 537	2 920	1 879	195	26	29
	M	36 581	648	3 091	5 640	7 056	5 126	3 010	2 937	3 319	3 089	2 103	369	87	106
Rendimento da propriedade ou da empresa	HM	40 733	179	530	941	1 480	2 191	2 972	3 995	5 125	5 801	6 138	3 143	2 500	5 738
	H	19 727	98	282	553	817	1 175	1 522	2 012	2 623	2 840	3 075	1 451	1 127	2 152
	M	21 006	81	248	388	663	1 016	1 450	1 983	2 502	2 961	3 063	1 692	1 373	3 586
Apoio social	HM	39 622	6 439	5 666	2 900	2 783	3 280	3 271	3 223	2 952	2 565	1 872	1 303	1 206	2 162
	H	15 190	2 928	2 374	1 229	1 149	1 312	1 312	1 404	1 204	1 070	649	156	126	277
	M	24 432	3 511	3 292	1 671	1 634	1 968	1 959	1 819	1 748	1 495	1 223	1 147	1 080	1 885
A cargo da família	HM	1 382 836	486 666	264 918	89 338	55 693	58 490	64 312	74 148	79 528	78 907	71 809	24 222	15 256	19 549
	H	517 363	245 797	127 527	43 688	20 691	17 238	15 485	14 621	12 959	10 337	6 722	975	457	866
	M	865 473	240 869	137 391	45 650	35 002	41 252	48 827	59 527	66 569	68 570	65 087	23 247	14 799	18 683
Outro	HM	256 213	30 781	22 976	20 455	20 641	21 871	22 279	24 614	26 622	26 190	22 487	6 675	4 211	6 411
	H	105 702	15 950	11 279	9 850	9 372	9 502	9 060	9 703	10 213	9 560	7 528	1 553	813	1 319
	M	150 511	14 831	11 697	10 605	11 269	12 369	13 219	14 911	16 409	16 630	14 959	5 122	3 398	5 092

ANEXO III – População com 15 ou mais anos por grupo etário, sexo e condição perante a atividade económica, em 2001 e 2011

2001	Sexo	Total	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 a 69 anos	De 70 a 74 anos	75 ou mais anos
Portugal	HM	8 699 515	688 686	790 901	814 661	761 457	770 781	728 518	686 134	642 516	571 452	550 916	538 165	453 962	701 366
	H	4 152 588	351 422	400 087	409 243	379 363	378 783	357 528	333 382	309 484	268 899	256 179	244 230	196 615	267 373
	M	4 546 927	337 264	390 814	405 418	382 094	391 998	370 990	352 752	333 032	302 553	294 737	293 935	257 347	433 993
População ativa	HM	4 990 208	187 223	543 005	720 593	675 836	668 787	612 498	547 093	454 833	306 318	183 830	57 484	20 249	12 459
	H	2 742 035	108 518	292 502	375 919	357 371	355 677	332 677	303 933	261 980	183 037	114 009	35 658	13 180	7 574
	M	2 248 173	78 705	250 503	344 674	318 465	313 110	279 821	243 160	192 853	123 281	69 821	21 826	7 069	4 885
População empregada	HM	4 650 947	153 238	486 039	673 447	637 467	631 687	581 794	518 948	426 773	281 012	171 039	57 151	20 054	12 298
	H	2 599 088	92 608	267 970	358 026	343 495	342 924	321 282	292 942	249 253	168 556	105 892	35 518	13 114	7 508
	M	2 051 859	60 630	218 069	315 421	293 972	288 763	260 512	226 006	177 520	112 456	65 147	21 633	6 940	4 790
População desempregada	HM	339 261	33 985	56 966	47 146	38 369	37 100	30 704	28 145	28 060	25 306	12 791	333	195	161
	H	142 947	15 910	24 532	17 893	13 876	12 753	11 395	10 991	12 727	14 481	8 117	140	66	66
	M	196 314	18 075	32 434	29 253	24 493	24 347	19 309	17 154	15 333	10 825	4 674	193	129	95
População inativa	HM	3 709 307	501 463	247 896	94 068	85 621	101 994	116 020	139 041	187 683	265 134	367 086	480 681	433 713	688 907
	H	1 410 553	242 904	107 585	33 324	21 992	23 106	24 851	29 449	47 504	85 862	142 170	208 572	183 435	259 799
	M	2 298 754	258 559	140 311	60 744	63 629	78 888	91 169	109 592	140 179	179 272	224 916	272 109	250 278	429 108
Estudantes	HM	681 338	456 593	189 397	27 688	4 013	1 469	730	461	267	207	164	127	100	122
	H	318 674	219 451	82 779	13 436	1 659	535	265	184	96	74	55	48	42	50
	M	362 664	237 142	106 618	14 252	2 354	934	465	277	171	133	109	79	58	72
Domésticos	HM	613 133	7 711	15 288	27 694	42 261	57 251	66 533	75 656	86 171	88 725	78 622	34 641	17 731	14 849
	H	3 830	341	258	176	195	242	275	333	440	496	671	208	101	94
	M	609 303	7 370	15 030	27 518	42 066	57 009	66 258	75 323	85 731	88 229	77 951	34 433	17 630	14 755
Reformados, aposentados ou na reserva	HM	1 935 584	123	2 282	3 386	4 727	7 292	13 329	26 082	58 954	125 383	237 563	421 058	397 688	637 717
	H	846 638	71	1 092	1 643	2 419	3 577	5 918	11 017	26 510	59 432	114 420	197 079	175 635	247 825
	M	1 088 946	52	1 190	1 743	2 308	3 715	7 411	15 065	32 444	65 951	123 143	223 979	222 053	389 892
Incapacitados permanentemente para o trabalho	HM	176 480	3 320	5 922	7 654	9 101	10 958	11 697	12 983	16 058	19 612	22 142	16 079	13 257	27 697
	H	86 421	1 946	3 398	4 445	5 319	6 392	6 448	6 738	8 113	9 751	10 894	7 593	5 902	9 482
	M	90 059	1 374	2 524	3 209	3 782	4 566	5 249	6 245	7 945	9 861	11 248	8 486	7 355	18 215
Outra situação	HM	302 772	33 716	35 007	27 646	25 519	25 024	23 731	23 859	26 233	31 207	28 595	8 776	4 937	8 522
	H	154 990	21 095	20 058	13 624	12 400	12 360	11 945	11 177	12 345	16 109	16 130	3 644	1 755	2 348
	M	147 782	12 621	14 949	14 022	13 119	12 664	11 786	12 682	13 888	15 098	12 465	5 132	3 182	6 174

2011	Sexo	Total	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 a 69 anos	De 70 a 74 anos	De 75 ou mais anos
Portugal	HM	8989849	565250	582065	656076	773567	824683	773098	770294	722360	677651	634741	551701	496438	961925
	H	4242601	288525	293023	324848	378734	402307	374962	370989	346248	322095	298546	253004	220461	368859
	M	4747248	276725	289042	331228	394833	422376	398136	399305	376112	355556	336195	298697	275977	593066
População ativa	HM	5023367	73752	357970	576582	703029	740593	675748	647714	561147	409001	207659	45305	15171	9696
	H	2603574	41617	186435	287823	352017	373247	343777	333361	295648	226271	116907	28675	10779	7017
	M	2419793	32135	171535	288759	351012	367346	331971	314353	265499	182730	90752	16630	4392	2679
Empregados	HM	4361187	40362	270784	495678	625096	662007	601495	573435	490857	351913	179671	45022	15171	9696
	H	2275974	23786	143248	248753	316210	337279	308637	296813	259810	194519	100555	28568	10779	7017
	M	2085213	16576	127536	246925	308886	324728	292858	276622	231047	157394	79116	16454	4392	2679
Desempregados	HM	662180	33390	87186	80904	77933	78586	74253	74279	70290	57088	27988	283	0	0
	H	327600	17831	43187	39070	35807	35968	35140	36548	35838	31752	16352	107	0	0
	M	334580	15559	43999	41834	42126	42618	39113	37731	34452	25336	11636	176	0	0
População inativa	HM	3966482	491498	224095	79494	70538	84090	97350	122580	161213	268650	427082	506396	481267	952229
	H	1639027	246908	106588	37025	26717	29060	31185	37628	50600	95824	181639	224329	209682	361842
	M	2327455	244590	117507	42469	43821	55030	66165	84952	110613	172826	245443	282067	271585	590387
Estudantes	HM	660496	450545	169423	25665	6218	3136	1913	1255	1039	644	315	168	96	79
	H	326183	225154	80695	14504	2894	1103	604	367	336	240	135	74	51	26
	M	334313	225391	88728	11161	3324	2033	1309	888	703	404	180	94	45	53
Domésticos	HM	419726	3674	6424	9851	16462	25700	35511	48203	59193	67913	71314	29997	20490	24994
	H	9632	682	465	373	438	668	784	1003	1042	1284	1354	560	450	529
	M	410094	2992	5959	9478	16024	25032	34727	47200	58151	66629	69960	29437	20040	24465
Reformados, aposentados ou na reserva	HM	2339094	1050	1925	2653	4271	6801	9361	16907	38995	131025	291749	462911	454456	916990
	H	1040110	472	956	1346	2277	3558	4890	8625	19819	61832	150451	218847	207580	359457
	M	1298984	578	969	1307	1994	3243	4471	8282	19176	69193	141298	244064	246876	557533
Incapacitados permanentes para o trabalho	HM	141256	2003	5096	6768	9024	11814	14481	17835	21353	24228	22784	3693	613	1564
	H	72423	1215	2720	3576	4797	6395	7819	9421	10982	12259	11211	1611	152	265
	M	68833	788	2376	3192	4227	5419	6662	8414	10371	11969	11573	2082	461	1299
Outros casos	HM	405910	34226	41227	34557	34563	36639	36084	38380	40633	44840	40920	9627	5612	8602
	H	190679	19385	21752	17226	16311	17336	17088	18212	18421	20209	18488	3237	1449	1565
	M	215231	14841	19475	17331	18252	19303	18996	20168	22212	24631	22432	6390	4163	7037

ANEXO IV – População com 15 ou mais anos por grupo etário, sexo, condição perante a atividade económica e escolaridade, em 2001 e 2011

2001	Sexo	Total	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 a 69 anos	De 70 a 74 anos	75 ou mais anos
Portugal	HM	8 699 515	688 686	790 901	814 661	761 457	770 781	728 518	686 134	642 516	571 452	550 916	538 165	453 962	701 366
	H	4 152 588	351 422	400 087	409 243	379 363	378 783	357 528	333 382	309 484	268 899	256 179	244 230	196 615	267 373
	M	4 546 927	337 264	390 814	405 418	382 094	391 998	370 990	352 752	333 032	302 553	294 737	293 935	257 347	433 993
População ativa	HM	4 990 208	187 223	543 005	720 593	675 836	668 787	612 498	547 093	454 833	306 318	183 830	57 484	20 249	12 459
	H	2 742 035	108 518	292 502	375 919	357 371	355 677	332 677	303 933	261 980	183 037	114 009	35 658	13 180	7 574
	M	2 248 173	78 705	250 503	344 674	318 465	313 110	279 821	243 160	192 853	123 281	69 821	21 826	7 069	4 885
Sem nível de ensino	HM	89 102	588	1 850	3 023	4 397	5 160	6 278	7 527	7 971	11 864	25 107	8 641	3 647	3 049
	H	48 661	371	1 281	2 038	3 022	3 399	3 821	4 313	4 228	5 782	13 155	4 352	1 699	1 200
	M	40 441	217	569	985	1 375	1 761	2 457	3 214	3 743	6 082	11 952	4 289	1 948	1 849
Ensino básico	HM	2 971 350	125 520	243 235	314 305	353 968	396 540	393 768	384 330	334 950	234 810	132 291	38 396	12 505	6 732
	H	1 734 970	78 645	150 171	185 537	202 165	221 912	221 335	218 482	196 183	140 690	83 322	23 933	8 292	4 303
	M	1 236 380	46 875	93 064	128 768	151 803	174 628	172 433	165 848	138 767	94 120	48 969	14 463	4 213	2 429
Ensino secundário complementar	HM	1 109 059	56 752	211 808	214 494	182 216	157 291	118 566	71 531	52 274	26 938	10 834	3 870	1 492	993
	H	588 785	27 764	107 325	111 526	94 902	83 444	63 990	39 888	30 620	17 481	7 431	2 660	1 082	672
	M	520 274	28 988	104 483	102 968	87 314	73 847	54 576	31 643	21 654	9 457	3 403	1 210	410	321
Ensino médio	HM	35 023	0	0	0	2 450	4 219	6 819	7 317	6 640	4 059	2 118	899	340	162
	H	20 657	0	0	0	1 502	2 386	4 075	3 889	3 703	2 629	1 426	649	263	135
	M	14 366	0	0	0	948	1 833	2 744	3 428	2 937	1 430	692	250	77	27
Ensino superior	HM	785 674	4 363	86 112	188 771	132 805	105 577	87 067	76 388	52 998	28 647	13 480	5 678	2 265	1 523
	H	348 962	1 738	33 725	76 818	55 780	44 536	39 456	37 361	27 246	16 455	8 675	4 064	1 844	1 264
	M	436 712	2 625	52 387	111 953	77 025	61 041	47 611	39 027	25 752	12 192	4 805	1 614	421	259
População inativa	HM	3 709 307	501 463	247 896	94 068	85 621	101 994	116 020	139 041	187 683	265 134	367 086	480 681	433 713	688 907
	H	1 410 553	242 904	107 585	33 324	21 992	23 106	24 851	29 449	47 504	85 862	142 170	208 572	183 435	259 799
	M	2 298 754	258 559	140 311	60 744	63 629	78 888	91 169	109 592	140 179	179 272	224 916	272 109	250 278	429 108
Estudantes	HM	681 338	456 593	189 397	27 688	4 013	1 469	730	461	267	207	164	127	100	122
	H	318 674	219 451	82 779	13 436	1 659	535	265	184	96	74	55	48	42	50
	M	362 664	237 142	106 618	14 252	2 354	934	465	277	171	133	109	79	58	72
Sem nível de ensino	HM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino básico	HM	125 126	117 913	4 223	1 179	484	254	193	183	152	168	140	84	71	82
	H	70 044	66 523	2 229	593	206	105	74	63	56	60	43	33	29	30
	M	55 082	51 390	1 994	586	278	149	119	120	96	108	97	51	42	52
Ensino secundário complementar	HM	315 753	284 603	28 847	1 438	353	229	95	81	29	12	9	30	10	17
	H	148 289	132 239	15 020	705	128	80	36	37	10	5	4	11	6	8
	M	167 464	152 364	13 827	733	225	149	59	44	19	7	5	19	4	9
Ensino médio	HM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino superior	HM	240 459	54 077	156 327	25 071	3 176	986	442	197	86	27	15	13	19	23
	H	100 341	20 689	65 530	12 138	1 325	350	155	84	30	9	8	4	7	12
	M	140 118	33 388	90 797	12 933	1 851	636	287	113	56	18	7	9	12	11

2001	Sexo	Total	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 a 69 anos	De 70 a 74 anos	75 ou mais anos
Domésticos	HM	613 133	7 711	15 288	27 694	42 261	57 251	66 533	75 656	86 171	88 725	78 622	34 641	17 731	14 849
	H	3 830	341	258	176	195	242	275	333	440	496	671	208	101	94
	M	609 303	7 370	15 030	27 518	42 066	57 009	66 258	75 323	85 731	88 229	77 951	34 433	17 630	14 755
Sem nível de ensino	HM	51 838	146	405	612	866	1 149	1 433	2 024	3 065	7 039	18 429	8 964	4 296	3 410
	H	320	5	4	10	10	9	13	14	21	35	126	48	12	13
	M	51 518	141	401	602	856	1 140	1 420	2 010	3 044	7 004	18 303	8 916	4 284	3 397
Ensino básico	HM	509 297	6 570	11 558	22 010	34 761	48 476	58 093	68 738	78 741	77 840	57 324	23 561	11 807	9 818
	H	2 891	284	127	104	132	176	202	268	360	433	520	148	76	61
	M	506 406	6 286	11 431	21 906	34 629	48 300	57 891	68 470	78 381	77 407	56 804	23 413	11 731	9 757
Ensino secundário complementar	HM	42 907	990	2 979	4 265	5 535	6 278	5 799	3 811	3 414	3 028	2 282	1 780	1 398	1 348
	H	426	52	73	34	38	43	48	34	40	19	16	9	5	15
	M	42 481	938	2 906	4 231	5 497	6 235	5 751	3 777	3 374	3 009	2 266	1 771	1 393	1 333
Ensino médio	HM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino superior	HM	9 091	5	346	807	1 099	1 348	1 208	1 083	951	818	587	336	230	273
	H	193	0	54	28	15	14	12	17	19	9	9	3	8	5
	M	8 898	5	292	779	1 084	1 334	1 196	1 066	932	809	578	333	222	268
Reformados, aposentados ou na reserva	HM	1 935 584	123	2 282	3 386	4 727	7 292	13 329	26 082	58 954	125 383	237 563	421 058	397 688	637 717
	H	846 638	71	1 092	1 643	2 419	3 577	5 918	11 017	26 510	59 432	114 420	197 079	175 635	247 825
	M	1 088 946	52	1 190	1 743	2 308	3 715	7 411	15 065	32 444	65 951	123 143	223 979	222 053	389 892
Sem nível de ensino	HM	578 115	21	827	1 083	1 250	1 402	1 753	2 412	3 813	9 612	46 242	112 357	126 174	271 169
	H	181 398	15	326	442	580	677	794	989	1 495	3 171	14 657	38 296	41 592	78 364
	M	396 717	6	501	641	670	725	959	1 423	2 318	6 441	31 585	74 061	84 582	192 805
Ensino básico	HM	1 167 348	93	1 266	2 030	3 069	5 158	9 917	20 315	44 086	90 329	157 496	269 787	239 558	324 244
	H	562 623	53	666	1 062	1 618	2 529	4 291	8 422	19 712	43 652	80 911	137 167	116 162	146 378
	M	604 725	40	600	968	1 451	2 629	5 626	11 893	24 374	46 677	76 585	132 620	123 396	177 866
Ensino secundário complementar	HM	86 883	9	123	206	334	576	1 092	2 064	5 996	11 290	14 607	17 569	14 325	18 692
	H	50 665	3	71	118	185	302	557	1 022	3 127	6 781	9 530	10 788	8 361	9 820
	M	36 218	6	52	88	149	274	535	1 042	2 869	4 509	5 077	6 781	5 964	8 872
Ensino médio	HM	45 141	0	0	0	19	49	264	583	2 315	6 043	8 429	9 872	7 729	9 838
	H	21 091	0	0	0	9	19	124	257	1 025	2 586	4 099	4 623	3 708	4 641
	M	24 050	0	0	0	10	30	140	326	1 290	3 457	4 330	5 249	4 021	5 197
Ensino superior	HM	58 097	0	66	67	55	107	303	708	2 744	8 109	10 789	11 473	9 902	13 774
	H	30 861	0	29	21	27	50	152	327	1 151	3 242	5 223	6 205	5 812	8 622
	M	27 236	0	37	46	28	57	151	381	1 593	4 867	5 566	5 268	4 090	5 152

2001	Sexo	Total	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 a 69 anos	De 70 a 74 anos	75 ou mais anos
Incapacitados permanentemente para o trabalho	HM	176 480	3 320	5 922	7 654	9 101	10 958	11 697	12 983	16 058	19 612	22 142	16 079	13 257	27 697
	H	86 421	1 946	3 398	4 445	5 319	6 392	6 448	6 738	8 113	9 751	10 894	7 593	5 902	9 482
	M	90 059	1 374	2 524	3 209	3 782	4 566	5 249	6 245	7 945	9 861	11 248	8 486	7 355	18 215
Sem nível de ensino	HM	57 836	1 334	2 155	2 625	2 803	2 998	2 646	2 458	2 506	3 295	7 042	6 411	6 137	15 426
	H	23 923	767	1 180	1 450	1 514	1 655	1 461	1 236	1 209	1 413	2 913	2 528	2 286	4 311
	M	33 913	567	975	1 175	1 289	1 343	1 185	1 222	1 297	1 882	4 129	3 883	3 851	11 115
Ensino básico	HM	110 403	1 821	3 243	4 336	5 540	7 105	8 096	9 787	12 700	15 459	14 443	9 297	6 853	11 723
	H	57 776	1 090	1 944	2 616	3 353	4 244	4 440	5 093	6 425	7 798	7 545	4 855	3 468	4 905
	M	52 627	731	1 299	1 720	2 187	2 861	3 656	4 694	6 275	7 661	6 898	4 442	3 385	6 818
Ensino secundário complementar	HM	6 412	155	449	576	653	724	799	545	636	645	458	256	169	347
	H	3 702	85	242	329	389	421	467	303	365	411	314	149	88	139
	M	2 710	70	207	247	264	303	332	242	271	234	144	107	81	208
Ensino médio	HM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino superior	HM	1 829	10	75	117	105	131	156	193	216	213	199	115	98	201
	H	1 020	4	32	50	63	72	80	106	114	129	122	61	60	127
	M	809	6	43	67	42	59	76	87	102	84	77	54	38	74
Outra situação	HM	302 772	33 716	35 007	27 646	25 519	25 024	23 731	23 859	26 233	31 207	28 595	8 776	4 937	8 522
	H	154 990	21 095	20 058	13 624	12 400	12 360	11 945	11 177	12 345	16 109	16 130	3 644	1 755	2 348
	M	147 782	12 621	14 949	14 022	13 119	12 664	11 786	12 682	13 888	15 098	12 465	5 132	3 182	6 174
Sem nível de ensino	HM	23 129	664	925	929	1 016	1 022	1 103	1 175	1 438	2 525	5 987	2 323	1 398	2 624
	H	9 629	384	478	523	558	559	604	562	648	1 048	2 736	723	347	459
	M	13 500	280	447	406	458	463	499	613	790	1 477	3 251	1 600	1 051	2 165
Ensino básico	HM	210 486	23 589	17 089	15 829	17 067	18 042	17 868	19 218	21 692	25 944	20 704	5 614	2 965	4 865
	H	112 010	15 663	10 674	8 462	8 816	9 231	9 080	8 921	10 180	13 544	12 259	2 544	1 172	1 464
	M	98 476	7 926	6 415	7 367	8 251	8 811	8 788	10 297	11 512	12 400	8 445	3 070	1 793	3 401
Ensino secundário complementar	HM	50 846	8 948	12 577	6 705	5 451	4 468	3 520	2 308	2 102	1 861	1 289	535	376	706
	H	25 573	4 835	7 092	3 016	2 309	2 034	1 716	1 161	1 038	1 031	744	217	130	250
	M	25 273	4 113	5 485	3 689	3 142	2 434	1 804	1 147	1 064	830	545	318	246	456
Ensino médio	HM	9	0	0	0	0	0	1	1	2	3	2	0	0	0
	H	7	0	0	0	0	0	1	1	2	2	1	0	0	0
	M	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Ensino superior	HM	18 302	515	4 416	4 183	1 985	1 492	1 239	1 157	999	874	613	304	198	327
	H	7 771	213	1 814	1 623	717	536	544	532	477	484	390	160	106	175
	M	10 531	302	2 602	2 560	1 268	956	695	625	522	390	223	144	92	152

2011	Sexo	Total	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 a 69 anos	De 70 a 74 anos	De 75 ou mais anos
Portugal	HM	8 989 849	565 250	582 065	656 076	773 567	824 683	773 098	770 294	722 360	677 651	634 741	551 701	496 438	961 925
	H	4 242 601	288 525	293 023	324 848	378 734	402 307	374 962	370 989	346 248	322 095	298 546	253 004	220 461	368 859
	M	4 747 248	276 725	289 042	331 228	394 833	422 376	398 136	399 305	376 112	355 556	336 195	298 697	275 977	593 066
População ativa	HM	5 023 367	73 752	357 970	576 582	703 029	740 593	675 748	647 714	561 147	409 001	207 659	45 305	15 171	9 696
	H	2 603 574	41 617	186 435	287 823	352 017	373 247	343 777	333 361	295 648	226 271	116 907	28 675	10 779	7 017
	M	2 419 793	32 135	171 535	288 759	351 012	367 346	331 971	314 353	265 499	182 730	90 752	16 630	4 392	2 679
Nenhum nível de escolaridade	HM	58 773	391	1 774	3 550	5 431	6 617	7 646	8 202	8 556	8 294	5 234	1 402	945	731
	H	32 563	220	933	1 908	3 028	3 779	4 465	4 650	4 758	4 558	2 698	703	498	365
	M	26 210	171	841	1 642	2 403	2 838	3 181	3 552	3 798	3 736	2 536	699	447	366
Ensino básico	HM	2 443 267	36 018	116 852	160 703	222 848	310 380	356 056	382 879	357 251	290 123	160 423	33 055	10 368	6 311
	H	1 398 859	23 511	75 248	100 588	132 890	177 494	197 611	211 463	197 371	162 205	88 600	20 111	7 228	4 539
	M	1 044 408	12 507	41 604	60 115	89 958	132 886	158 445	171 416	159 880	127 918	71 823	12 944	3 140	1 772
Ensino secundário	HM	1 227 861	32 153	144 853	182 804	207 408	186 664	160 372	139 904	104 054	48 087	16 300	3 465	1 085	712
	H	618 598	15 648	74 021	93 307	104 906	91 872	77 689	68 512	52 867	26 271	9 708	2 425	835	537
	M	609 263	16 505	70 832	89 497	102 502	94 792	82 683	71 392	51 187	21 816	6 592	1 040	250	175
Ensino pós-secundário	HM	71 223	1 802	15 980	19 284	17 516	14 316	2 325	0	0	0	0	0	0	0
	H	38 408	949	8 649	10 643	9 302	7 621	1 244	0	0	0	0	0	0	0
	M	32 815	853	7 331	8 641	8 214	6 695	1 081	0	0	0	0	0	0	0
Ensino superior	HM	1 222 243	3 388	78 511	210 241	249 826	222 616	149 349	116 729	91 286	62 497	25 702	7 383	2 773	1 942
	H	515 146	1 289	27 584	81 377	101 891	92 481	62 768	48 736	40 652	33 237	15 901	5 436	2 218	1 576
	M	707 097	2 099	50 927	128 864	147 935	130 135	86 581	67 993	50 634	29 260	9 801	1 947	555	366
População inativa	HM	3 966 482	491 498	224 095	79 494	70 538	84 090	97 350	122 580	161 213	268 650	427 082	506 396	481 267	952 229
	H	1 639 027	246 908	106 588	37 025	26 717	29 060	31 185	37 628	50 600	95 824	181 639	224 329	209 682	361 842
	M	2 327 455	244 590	117 507	42 469	43 821	55 030	66 165	84 952	110 613	172 826	245 443	282 067	271 585	590 387
Estudantes	HM	660 496	450 545	169 423	25 665	6 218	3 136	1 913	1 255	1 039	644	315	168	96	79
	H	326 183	225 154	80 695	14 504	2 894	1 103	604	367	336	240	135	74	51	26
	M	334 313	225 391	88 728	11 161	3 324	2 033	1 309	888	703	404	180	94	45	53
Nenhum nível de escolaridade	HM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino básico	HM	123 594	112 006	4 999	1 633	1 096	1 072	807	590	564	376	205	112	69	65
	H	69 754	64 653	2 710	796	395	323	222	154	170	136	92	51	33	19
	M	53 840	47 353	2 289	837	701	749	585	436	394	240	113	61	36	46
Ensino secundário	HM	312 936	279 187	25 944	3 744	1 553	975	584	370	282	178	66	32	13	8
	H	153 430	135 533	14 492	1 973	637	317	159	113	87	66	26	12	11	4
	M	159 506	143 654	11 452	1 771	916	658	425	257	195	112	40	20	2	4
Ensino pós-secundário	HM	15 459	6 497	8 577	385	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	H	8 721	3 492	4 978	251	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	6 738	3 005	3 599	134	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino superior	HM	208 507	52 855	129 903	19 903	3 569	1 089	522	295	193	90	44	24	14	6
	H	94 278	21 476	58 515	11 484	1 862	463	223	100	79	38	17	11	7	3
	M	114 229	31 379	71 388	8 419	1 707	626	299	195	114	52	27	13	7	3

2011	Sexo	Total	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 a 69 anos	De 70 a 74 anos	De 75 ou mais anos
Domésticos	HM	419 726	3 674	6 424	9 851	16 462	25 700	35 511	48 203	59 193	67 913	71 314	29 997	20 490	24 994
	H	9 632	682	465	373	438	668	784	1 003	1 042	1 284	1 354	560	450	529
	M	410 094	2 992	5 959	9 478	16 024	25 032	34 727	47 200	58 151	66 629	69 960	29 437	20 040	24 465
Nenhum nível de escolaridade	HM	21 111	53	176	319	512	668	891	1 231	1 630	2 348	2 847	2 046	3 549	4 841
	H	548	2	12	13	17	21	31	47	64	68	56	38	71	108
	M	20 563	51	164	306	495	647	860	1 184	1 566	2 280	2 791	2 008	3 478	4 733
Ensino básico	HM	347 359	2 510	4 097	6 090	10 691	18 542	27 855	39 832	50 956	61 309	65 271	26 268	15 783	18 155
	H	6 863	381	193	192	247	395	576	734	758	1 022	1 169	462	354	380
	M	340 496	2 129	3 904	5 898	10 444	18 147	27 279	39 098	50 198	60 287	64 102	25 806	15 429	17 775
Ensino secundário	HM	36 070	1 025	1 661	2 472	3 648	4 097	4 709	5 315	5 023	2 892	2 056	1 066	708	1 398
	H	1 450	277	148	86	100	131	112	163	162	112	80	36	16	27
	M	34 620	748	1 513	2 386	3 548	3 966	4 597	5 152	4 861	2 780	1 976	1 030	692	1 371
Ensino pós-secundário	HM	1 056	21	133	218	289	329	66	0	0	0	0	0	0	0
	H	87	5	26	16	15	23	2	0	0	0	0	0	0	0
	M	969	16	107	202	274	306	64	0	0	0	0	0	0	0
Ensino superior	HM	14 130	65	357	752	1 322	2 064	1 990	1 825	1 584	1 364	1 140	617	450	600
	H	684	17	86	66	59	98	63	59	58	82	49	24	9	14
	M	13 446	48	271	686	1 263	1 966	1 927	1 766	1 526	1 282	1 091	593	441	586
Reformados, aposentados ou na reserva	HM	2 339 094	1 050	1 925	2 653	4 271	6 801	9 361	16 907	38 995	131 025	291 749	462 911	454 456	916 990
	H	1 040 110	472	956	1 346	2 277	3 558	4 890	8 625	19 819	61 832	150 451	218 847	207 580	359 457
	M	1 298 984	578	969	1 307	1 994	3 243	4 471	8 282	19 176	69 193	141 298	244 064	246 876	557 533
Nenhum nível de escolaridade	HM	417 278	173	347	489	730	1 102	1 267	1 685	2 560	4 947	10 455	31 297	86 523	275 703
	H	124 275	62	140	217	339	537	657	860	1 203	2 267	4 668	10 844	27 386	75 095
	M	293 003	111	207	272	391	565	610	825	1 357	2 680	5 787	20 453	59 137	200 608
Ensino básico	HM	1 668 153	638	1 299	1 812	2 955	4 893	7 014	12 880	28 775	95 545	223 740	376 510	329 124	582 968
	H	791 792	301	681	947	1 629	2 631	3 703	6 499	14 745	47 851	119 174	179 585	159 382	254 664
	M	876 361	337	618	865	1 326	2 262	3 311	6 381	14 030	47 694	104 566	196 925	169 742	328 304
Ensino secundário	HM	110 678	208	158	242	411	539	826	1 708	4 549	12 374	25 591	23 442	15 578	25 052
	H	63 431	94	78	125	231	277	414	927	2 830	6 761	14 357	14 280	9 764	13 293
	M	47 247	114	80	117	180	262	412	781	1 719	5 613	11 234	9 162	5 814	11 759
Ensino pós-secundário	HM	131	11	30	12	26	43	9	0	0	0	0	0	0	0
	H	76	6	18	11	15	20	6	0	0	0	0	0	0	0
	M	55	5	12	1	11	23	3	0	0	0	0	0	0	0
Ensino superior	HM	142 854	20	91	98	149	224	245	634	3 111	18 159	31 963	31 662	23 231	33 267
	H	60 536	9	39	46	63	93	110	339	1 041	4 953	12 252	14 138	11 048	16 405
	M	82 318	11	52	52	86	131	135	295	2 070	13 206	19 711	17 524	12 183	16 862

2011	Sexo	Total	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 a 69 anos	De 70 a 74 anos	De 75 ou mais anos
Incapacitados permanentes para o trabalho	HM	141 256	2 003	5 096	6 768	9 024	11 814	14 481	17 835	21 353	24 228	22 784	3 693	613	1 564
	H	72 423	1 215	2 720	3 576	4 797	6 395	7 819	9 421	10 982	12 259	11 211	1 611	152	265
	M	68 833	788	2 376	3 192	4 227	5 419	6 662	8 414	10 371	11 969	11 573	2 082	461	1 299
Nenhum nível de escolaridade	HM	23 204	492	1 191	1 761	2 245	2 632	2 790	2 806	2 690	2 647	2 540	573	198	639
	H	11 650	290	663	915	1 153	1 396	1 502	1 500	1 414	1 334	1 164	217	34	68
	M	11 554	202	528	846	1 092	1 236	1 288	1 306	1 276	1 313	1 376	356	164	571
Ensino básico	HM	104 890	1 388	3 335	4 029	5 398	7 608	10 141	13 260	16 592	19 873	19 076	2 932	397	861
	H	54 237	854	1 781	2 196	2 975	4 210	5 586	7 093	8 554	10 029	9 386	1 280	111	182
	M	50 653	534	1 554	1 833	2 423	3 398	4 555	6 167	8 038	9 844	9 690	1 652	286	679
Ensino secundário	HM	9 460	109	471	752	1 042	1 118	1 211	1 354	1 519	1 048	690	95	9	42
	H	4 811	61	227	367	522	580	584	644	771	575	406	62	5	7
	M	4 649	48	244	385	520	538	627	710	748	473	284	33	4	35
Ensino pós-secundário	HM	275	7	49	62	63	75	19	0	0	0	0	0	0	0
	H	149	6	30	37	34	32	10	0	0	0	0	0	0	0
	M	126	1	19	25	29	43	9	0	0	0	0	0	0	0
Ensino superior	HM	3 427	7	50	164	276	381	320	415	552	660	478	93	9	22
	H	1 576	4	19	61	113	177	137	184	243	321	255	52	2	8
	M	1 851	3	31	103	163	204	183	231	309	339	223	41	7	14
Outros casos	HM	405 910	34 226	41 227	34 557	34 563	36 639	36 084	38 380	40 633	44 840	40 920	9 627	5 612	8 602
	H	190 679	19 385	21 752	17 226	16 311	17 336	17 088	18 212	18 421	20 209	18 488	3 237	1 449	1 565
	M	215 231	14 841	19 475	17 331	18 252	19 303	18 996	20 168	22 212	24 631	22 432	6 390	4 163	7 037
Nenhum nível de escolaridade	HM	21 505	916	1 014	1 155	1 469	1 724	1 814	1 953	2 167	2 594	2 353	1 069	1 130	2 147
	H	9 030	484	495	536	747	888	955	1 033	1 051	1 169	999	267	162	244
	M	12 475	432	519	619	722	836	859	920	1 116	1 425	1 354	802	968	1 903
Ensino básico	HM	269 625	19 324	18 070	16 638	18 968	23 106	25 470	28 646	31 345	36 588	34 471	7 349	4 015	5 635
	H	129 429	11 788	10 433	9 102	9 859	11 652	12 500	13 836	14 116	16 230	15 326	2 395	1 096	1 096
	M	140 196	7 536	7 637	7 536	9 109	11 454	12 970	14 810	17 229	20 358	19 145	4 954	2 919	4 539
Ensino secundário	HM	71 574	12 396	12 885	8 791	7 909	6 883	5 721	5 306	4 794	3 310	2 244	560	245	530
	H	33 685	6 371	6 767	4 081	3 314	2 877	2 430	2 339	2 206	1 641	1 198	260	94	107
	M	37 889	6 025	6 118	4 710	4 595	4 006	3 291	2 967	2 588	1 669	1 046	300	151	423
Ensino pós-secundário	HM	4 467	433	1 592	947	731	642	122	0	0	0	0	0	0	0
	H	2 172	227	884	438	298	270	55	0	0	0	0	0	0	0
	M	2 295	206	708	509	433	372	67	0	0	0	0	0	0	0
Ensino superior	HM	38 739	1 157	7 666	7 026	5 486	4 284	2 957	2 475	2 327	2 348	1 852	649	222	290
	H	16 363	515	3 173	3 069	2 093	1 649	1 148	1 004	1 048	1 169	965	315	97	118
	M	22 376	642	4 493	3 957	3 393	2 635	1 809	1 471	1 279	1 179	887	334	125	172

ANEXO V – População empregada por grupo etário, escolaridade e sexo, em 2001 e 2011

2001	Sexo	Total	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 a 69 anos	De 70 a 74 anos	75 ou mais anos
Portugal	HM	4 650 947	153 238	486 039	673 447	637 467	631 687	581 794	518 948	426 773	281 012	171 039	57 151	20 054	12 298
	H	2 599 088	92 608	267 970	358 026	343 495	342 924	321 282	292 942	249 253	168 556	105 892	35 518	13 114	7 508
	M	2 051 859	60 630	218 069	315 421	293 972	288 763	260 512	226 006	177 520	112 456	65 147	21 633	6 940	4 790
Sem Escolaridade	HM	83 165	497	1 615	2 707	4 029	4 768	5 819	6 963	7 284	10 800	23 481	8 582	3 610	3 010
	H	46 020	317	1 152	1 888	2 838	3 209	3 606	4 077	3 970	5 365	12 378	4 336	1 687	1 197
	M	37 145	180	463	819	1 191	1 559	2 213	2 886	3 314	5 435	11 103	4 246	1 923	1 813
Com Escolaridade	HM	4 567 782	152 741	484 424	670 740	633 438	626 919	575 975	511 985	419 489	270 212	147 558	48 569	16 444	9 288
	H	2 553 068	92 291	266 818	356 138	340 657	339 715	317 676	288 865	245 283	163 191	93 514	31 182	11 427	6 311
	M	2 014 714	60 450	217 606	314 602	292 781	287 204	258 299	223 120	174 206	107 021	54 044	17 387	5 017	2 977
Ensino Básico	HM	2 762 209	106 497	222 186	292 883	330 677	370 875	370 844	361 590	312 094	214 594	122 748	38 191	12 385	6 645
	H	1 644 571	68 906	140 189	176 908	193 610	213 142	212 955	209 858	186 092	129 362	77 185	23 846	8 257	4 261
	M	1 117 638	37 591	81 997	115 975	137 067	157 733	157 889	151 732	126 002	85 232	45 563	14 345	4 128	2 384
Ensino Secundário	HM	1 026 680	43 474	189 836	201 585	172 416	149 107	113 065	68 009	48 947	24 181	9 779	3 835	1 469	977
	H	554 781	22 219	97 916	106 709	91 378	80 577	61 911	38 405	28 924	15 684	6 678	2 644	1 071	665
	M	471 899	21 255	91 920	94 876	81 038	68 530	51 154	29 604	20 023	8 497	3 101	1 191	398	312
Ensino Médio	HM	33 929	0	0	0	2 380	4 130	6 672	7 157	6 417	3 795	2 006	885	333	154
	H	19 954	0	0	0	1 475	2 338	3 999	3 782	3 559	2 431	1 338	641	261	130
	M	13 975	0	0	0	905	1 792	2 673	3 375	2 858	1 364	668	244	72	24
Ensino Superior	HM	744 964	2 770	72 402	176 272	127 965	102 807	85 394	75 229	52 031	27 642	13 025	5 658	2 257	1 512
	H	333 762	1 166	28 713	72 521	54 194	43 658	38 811	36 820	26 708	15 714	8 313	4 051	1 838	1 255
	M	411 202	1 604	43 689	103 751	73 771	59 149	46 583	38 409	25 323	11 928	4 712	1 607	419	257

2011	Sexo	Total	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 a 69 anos	De 70 a 74 anos	De 75 ou mais anos
Portugal	HM	4 361 187	40 362	270 784	495 678	625 096	662 007	601 495	573 435	490 857	351 913	179 671	45 022	15 171	9 696
	H	2 275 974	23 786	143 248	248 753	316 210	337 279	308 637	296 813	259 810	194 519	100 555	28 568	10 779	7 017
	M	2 085 213	16 576	127 536	246 925	308 886	324 728	292 858	276 622	231 047	157 394	79 116	16 454	4 392	2 679
Sem Escolaridade	HM	49 381	188	1 320	2 946	4 580	5 600	6 453	6 884	7 067	6 842	4 435	1 390	945	731
	H	27 268	119	708	1 614	2 601	3 234	3 796	3 882	3 860	3 673	2 219	699	498	365
	M	22 113	69	612	1 332	1 979	2 366	2 657	3 002	3 207	3 169	2 216	691	447	366
Com Escolaridade	HM	4 311 806	40 174	269 464	492 732	620 516	656 407	595 042	566 551	483 790	345 071	175 236	43 632	14 226	8 965
	H	2 248 706	23 667	142 540	247 139	313 609	334 045	304 841	292 931	255 950	190 846	98 336	27 869	10 281	6 652
	M	2 063 100	16 507	126 924	245 593	306 907	322 362	290 201	273 620	227 840	154 225	76 900	15 763	3 945	2 313
Ensino básico	HM	2 059 119	19 778	85 987	130 479	187 843	265 665	306 956	329 730	303 427	243 035	136 710	32 830	10 368	6 311
	H	1 192 887	13 668	57 001	83 494	114 449	154 770	172 806	184 185	169 720	136 151	74 841	20 035	7 228	4 539
	M	866 232	6 110	28 986	46 985	73 394	110 895	134 150	145 545	133 707	106 884	61 869	12 795	3 140	1 772
Ensino secundário	HM	1 069 822	17 700	114 196	159 600	185 468	168 200	144 343	125 579	92 949	42 352	14 197	3 441	1 085	712
	H	547 640	8 776	58 858	82 929	95 884	84 595	71 177	62 407	47 597	23 174	8 456	2 415	835	537
	M	522 182	8 924	55 338	76 671	89 584	83 605	73 166	63 172	45 352	19 178	5 741	1 026	250	175
Ensino pós-secundário	HM	60 445	1 028	12 387	16 739	15 548	12 676	2 067	0	0	0	0	0	0	0
	H	33 038	557	6 700	9 344	8 406	6 906	1 125	0	0	0	0	0	0	0
	M	27 407	471	5 687	7 395	7 142	5 770	942	0	0	0	0	0	0	0
Ensino superior	HM	1 122 420	1 668	56 894	185 914	231 657	209 866	141 676	111 242	87 414	59 684	24 329	7 361	2 773	1 942
	H	475 141	666	19 981	71 372	94 870	87 774	59 733	46 339	38 633	31 521	15 039	5 419	2 218	1 576
	M	647 279	1 002	36 913	114 542	136 787	122 092	81 943	64 903	48 781	28 163	9 290	1 942	555	366

ANEXO VI – População empregada por situação na profissão e sexo, em 2001 e 2011

2001	Total		
	HM	H	M
Portugal	4 650 947	2 599 088	2 051 859
Empregador	478 804	318 675	160 129
Trabalhador por conta própria	294 103	184 892	109 211
Trabalhador familiar não remunerado	35 939	11 407	24 532
Trabalhador por conta de outrem	3 793 992	2 059 768	1 734 224
Membro de uma cooperativa de produção	3 216	1 970	1 246
Outra situação	44 893	22 376	22 517

2011	Total		
	HM	H	M
Portugal	4 361 187	2 275 974	2 085 213
Empregador	459 123	297 068	162 055
Trabalhador por conta própria	286 090	167 314	118 776
Trabalhador familiar não remunerado	24 130	9 275	14 855
Trabalhador por conta de outrem	3 540 336	1 779 158	1 761 178
Membro de uma cooperativa de produção	2 157	1 323	834
Outra situação	49 351	21 836	27 515

ANEXO VII – População desempregada por grupo etário, escolaridade e sexo, em 2001 e 2011

2001	Sexo	Total	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 ou mais anos
Portugal	HM	339 261	33 985	56 966	47 146	38 369	37 100	30 704	28 145	28 060	25 306	12 791	689
	H	142 947	15 910	24 532	17 893	13 876	12 753	11 395	10 991	12 727	14 481	8 117	272
	M	196 314	18 075	32 434	29 253	24 493	24 347	19 309	17 154	15 333	10 825	4 674	417
Sem Escolaridade	HM	5 937	91	235	316	368	392	459	564	687	1 064	1 626	135
	H	2 641	54	129	150	184	190	215	236	258	417	777	31
	M	3 296	37	106	166	184	202	244	328	429	647	849	104
Com Escolaridade	HM	333 324	33 894	56 731	46 830	38 001	36 708	30 245	27 581	27 373	24 242	11 165	554
	H	140 306	15 856	24 403	17 743	13 692	12 563	11 180	10 755	12 469	14 064	7 340	241
	M	193 018	18 038	32 328	29 087	24 309	24 145	19 065	16 826	14 904	10 178	3 825	313
Ensino Básico	HM	209 141	19 023	21 049	21 422	23 291	25 665	22 924	22 740	22 856	20 216	9 543	412
	H	90 399	9 739	9 982	8 629	8 555	8 770	8 380	8 624	10 091	11 328	6 137	164
	M	118 742	9 284	11 067	12 793	14 736	16 895	14 544	14 116	12 765	8 888	3 406	248
Ensino Secundário	HM	82 379	13 278	21 972	12 909	9 800	8 184	5 501	3 522	3 327	2 757	1 055	74
	H	34 004	5 545	9 409	4 817	3 524	2 867	2 079	1 483	1 696	1 797	753	34
	M	48 375	7 733	12 563	8 092	6 276	5 317	3 422	2 039	1 631	960	302	40
Ensino Médio	HM	1 094	0	0	0	70	89	147	160	223	264	112	29
	H	703	0	0	0	27	48	76	107	144	198	88	15
	M	391	0	0	0	43	41	71	53	79	66	24	14
Ensino Superior	HM	40 710	1 593	13 710	12 499	4 840	2 770	1 673	1 159	967	1 005	455	39
	H	15 200	572	5 012	4 297	1 586	878	645	541	538	741	362	28
	M	25 510	1 021	8 698	8 202	3 254	1 892	1 028	618	429	264	93	11

2011	Sexo	Total	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 ou mais anos
Portugal	HM	662 180	33 390	87 186	80 904	77 933	78 586	74 253	74 279	70 290	57 088	27 988	283
	H	327 600	17 831	43 187	39 070	35 807	35 968	35 140	36 548	35 838	31 752	16 352	107
	M	334 580	15 559	43 999	41 834	42 126	42 618	39 113	37 731	34 452	25 336	11 636	176
Sem Escolaridade	HM	9 392	203	454	604	851	1 017	1 193	1 318	1 489	1 452	799	12
	H	5 295	101	225	294	427	545	669	768	898	885	479	4
	M	4 097	102	229	310	424	472	524	550	591	567	320	8
Com Escolaridade	HM	652 788	33 187	86 732	80 300	77 082	77 569	73 060	72 961	68 801	55 636	27 189	271
	H	322 305	17 730	42 962	38 776	35 380	35 423	34 471	35 780	34 940	30 867	15 873	103
	M	330 483	15 457	43 770	41 524	41 702	42 146	38 589	37 181	33 861	24 769	11 316	168
Ensino básico	HM	384 148	16 240	30 865	30 224	35 005	44 715	49 100	53 149	53 824	47 088	23 713	225
	H	205 972	9 843	18 247	17 094	18 441	22 724	24 805	27 278	27 651	26 054	13 759	76
	M	178 176	6 397	12 618	13 130	16 564	21 991	24 295	25 871	26 173	21 034	9 954	149
Ensino secundário	HM	158 039	14 453	30 657	23 204	21 940	18 464	16 029	14 325	11 105	5 735	2 103	24
	H	70 958	6 872	15 163	10 378	9 022	7 277	6 512	6 105	5 270	3 097	1 252	10
	M	87 081	7 581	15 494	12 826	12 918	11 187	9 517	8 220	5 835	2 638	851	14
Ensino pós-secundário	HM	10 778	774	3 593	2 545	1 968	1 640	258	0	0	0	0	0
	H	5 370	392	1 949	1 299	896	715	119	0	0	0	0	0
	M	5 408	382	1 644	1 246	1 072	925	139	0	0	0	0	0
Ensino superior	HM	99 823	1 720	21 617	24 327	18 169	12 750	7 673	5 487	3 872	2 813	1 373	22
	H	40 005	623	7 603	10 005	7 021	4 707	3 035	2 397	2 019	1 716	862	17
	M	59 818	1 097	14 014	14 322	11 148	8 043	4 638	3 090	1 853	1 097	511	5

ANEXO VII – Guião da Entrevista



Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território
2017/2018

Entrevista

Identificação da Entrevista:	
Entrevista N.º ____	Data: ____ / ____ / 2018
Hora início: ____ : ____	Hora fim: ____ : ____
Local da entrevista:	
_____ _____	
Identificação do entrevistado:	
_____ _____	
Idade: ____ anos	
Sexo: Masculino	<input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/>
Nível de escolaridade completo mais elevado:	
Situação perante o trabalho:	

- Como descreveria a sua vida considerando a ser percurso profissional

1. Na sua opinião, como avalia a participação das pessoas com 50 ou mais anos no mercado de trabalho? Acha que se encontram incluídas e respeitadas?
2. O que mais valoriza uma pessoa com 50 ou mais anos na situação de trabalho?
3. E o que mais desvaloriza ou penaliza uma pessoa com 50 ou mais anos na situação de trabalho?
4. Acha que as entidades empregadoras valorizam a idade no recrutamento/acesso ao trabalho? Porquê?
5. Em que medida considera que o nível de escolaridade interfere com a situação perante o trabalho?
6. O que pensa sobre o aumento da idade da reforma?
7. Sente-se protegido(a) pelas medidas do Estado face à sua situação de desemprego?
8. Como avalia a situação de trabalho das pessoas com 50 e mais anos em Portugal?

ANEXO VIII – Consentimento Informado



Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território
2017/2018

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Por favor, responda às questões que se seguem colocando uma cruz na coluna adequada.

	Sim	Não
Compreendi a explicação que me foi fornecida verbalmente, relativa à concretização dos objetivos da entrevista para a dissertação de Mestrado em Administração e Gestão Pública (Recursos Humanos), para a qual é solicitada a minha participação voluntária.		
Foi-me dada a oportunidade de fazer todas as questões que julguei necessárias, e para todas obtive resposta satisfatória.		
Foi-me declarado o direito de decidir livremente a aceitação ou a recusa, a qualquer momento, da minha participação voluntária.		
Fui informado(a) também que todos os dados recolhidos são totalmente confidenciais e que serão apenas usados para fins da concretização dos objetivos da entrevista para a dissertação de Mestrado em Administração e Gestão Pública (Recursos Humanos), de acordo com a Lei de Proteção de Dados de Portugal (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro).		
Foi-me dado todo o tempo que necessitei para refletir sobre esta proposta de participação voluntária.		

Nestas circunstâncias, decido livremente participar na entrevista do aluno _____, no âmbito da dissertação de Mestrado em Administração e Gestão Pública (Recursos Humanos) da Universidade de Aveiro.

Assinatura do(a) participante

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do aluno
